

REVISTA

NECAT

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE

ANO 4, NÚMERO 8

JUL-DEZ DE 2015

ISSN 2317-8523

EDITORIAL

*Acordos comerciais, economia fechada e
Brasil: Algumas observações*

Ricardo L. C. Amorim

*Competitividade das exportações australianas e
brasileiras de minério de ferro para a China
(1999-2014)*

Alison Geovani Schwingel Franck

Daniel Arruda Coronel

Mygre Lopes da Silva

Rodrigo Abbade da Silva

*Padrões de concentração da pauta exportadora
de Santa Catarina, 1998-2012*

Graciella Martignano

Fernanda Steiner Perin

Thomas Henrique Schreurs Pires

*O fluxo de comércio entre Santa Catarina e os
países membros do Mercosul: uma análise
para o período de 1996 a 2009*

Daiane Soffiatti Panigalli

Darlan Christiano Kroth

*O comportamento da indústria catarinense a
partir dos resultados da balança comercial
entre 2000-2008*

Ângelo Brião Zanela

Cássio Andrei Bortoluzzi

Rosemari Fátima Orlowski



SUMÁRIO

EDITORIAL	03
ACORDOS COMERCIAIS, ECONOMIA FECHADA E BRASIL: ALGUMAS OBSERVAÇÕES	
Ricardo L. C. Amorim.....	06
COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES AUSTRALIANAS E BRASILEIRAS DE MINÉRIO DE FERRO PARA A CHINA (1999-2014)	
Alison Geovani Schwingel Franck Daniel Arruda Coronel Mygre Lopes da Silva Rodrigo Abbade da Silva.....	28
PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA DE SANTA CATARINA, 1998-2012	
Graciella Martignano Fernanda Steiner Perin Thomas Henrique Schreurs Pires.....	44
O FLUXO DE COMÉRCIO ENTRE SANTA CATARINA E OS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 1996 A 2009	
Daiane Soffiatti Panigalli Darlan Christiano Kroth.....	64
O COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA CATARINENSE A PARTIR DOS RESULTADOS DA BALANÇA COMERCIAL ENTRE 2000-2008	
Ângelo Brião Zanela Cássio Andrei Bortoluzzi Rosemari Fátima Orłowski.....	89

REVISTA NECAT

Revista Semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editor:

Prof. Lauro Mattei – UFSC

Comitê Editorial: André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC)

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.
88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 4, nº 8, Jul-Dez. Florianópolis, NECAT, 2015.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br/
E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

O COMÉRCIO EXTERNO DE SANTA CATARINA DIANTE DE UM CENÁRIO DE CRISE ECONÔMICA

Desde o ano de 2008 a economia brasileira vem sofrendo os efeitos da crise econômica mundial. Mesmo diante das políticas anticíclicas adotadas desde então, o país continua sofrendo os efeitos dessa crise que é sistêmica e de caráter global. Particularmente em relação ao comércio externo ocorreram impactos negativos, tanto no Brasil como em Santa Catarina, decorrentes do esgotamento da capacidade econômica de muitos países que também foram afetados pela crise e que são importantes parceiros comerciais. O resultado imediato foi a geração de déficits na balança comercial do país e de Santa Catarina.

Sabe-se que o comportamento das exportações e importações de bens e serviços é decisivo sobre a dinâmica do Produto Interno Bruto de um determinado país. Desta forma, quando as exportações apresentarem resultados líquidos positivos tem-se um indicador de que o país está produzindo para além de sua demanda interna, levando-o a vender seus excedentes para parceiros comerciais externos. Já o cenário oposto indica que a produção interna está sendo insuficiente para atender a própria demanda, implicando na necessidade de expansão das importações.

Diversos fatores explicam esses movimentos da balança comercial de um país, destacando-se dentre os principais o comportamento dos preços relativos, da taxa de câmbio e o grau de abertura da economia em relação aos demais países. No caso particular do Brasil, muitos analistas creditam a situação externa desfavorável à política de valorização cambial que prevaleceu até bem recentemente.

Posicionando-se entre as principais economias regionais do país, o estado catarinense conseguiu se manter inserido no contexto comercial internacional, especialmente em função de sua estrutura produtiva regionalizada e bastante diversificada. Todavia, desde 2008 observa-se que o ritmo de crescimento da economia catarinense não tem acompanhado o desempenho agregado nacional. Além disso, nota-se uma redução da participação das exportações catarinenses no conjunto das exportações do país, paralelamente a um expansivo crescimento das importações, especialmente a partir de 2008-2009, cuja consequência foi a geração de expressivos déficits da balança comercial do estado.

Neste cenário, o número atual da Revista NECAT procurará analisar e debater os efeitos da situação econômica atual sobre o comércio externo catarinense, dando ênfase à dinâmica das exportações e das importações e aos principais desafios num contexto de crise econômica.

O artigo “Acordos comerciais, economia fechada e Brasil: algumas observações”, de autoria de Ricardo L.C. Amorim, discute teoricamente alguns aspectos centrais sobre as relações comerciais internacionais e os respectivos acordos de livre comércio que têm prosperado nas últimas décadas. O autor defende a ideia de que o Brasil é um país cuja economia já se encontra fortemente internacionalizada, portanto não sendo avessa às trocas externas, fato que implica que não seria uma simples expansão da abertura comercial que iria promover automaticamente melhorias expressivas na produtividade da estrutura produtiva do país.

O segundo artigo “Competitividade das exportações australianas e brasileiras de minério de ferro para a China (1999-2014)”, de autoria de Daniel Arruda Coronel et al, analisa a competitividade do mercado exportador australiano e brasileiro de minério de ferro para a China, considerando indicadores de comércio internacional, especialmente o Coeficiente de Dependência das Importações (CDI) e o Índice de Orientação Regional (IOR). Segundo os autores, o IOR aponta que as exportações australianas são mais orientadas à China comparativamente às exportações brasileiras, ao mesmo tempo em que as importações chinesas de minério de ferro apresentam maior dependência do mercado australiano do que do mercado brasileiro. Em grande parte, esse comportamento se explica pela maior proximidade geográfica e pelo nível de agregação de valor à *commodity* pelas exportações australianas.

O terceiro artigo “Padrões de concentração da pauta exportadora de Santa Catarina, 1998-2012”, de autoria de Graciella Martignago et al, discute a concentração da pauta de exportação do estado de Santa Catarina com base em informações referentes ao período entre 1998 e 2012. Para tanto, considerou-se os valores dos bens exportados por subperíodos de cinco anos, além da realização de estudos estatísticos e econométricos com objetivo de aferir o grau de concentração das exportações catarinenses. Segundo os autores, o resultado geral do estudo mostrou que as exportações catarinenses seguem uma distribuição em cauda longa, indicando que a maior parte do valor exportado está concentrada em um pequeno número de produtos. Além disso, o estudo constatou também que ocorreu um aumento da concentração de produtos exportados pelo estado, paralelamente a uma menor concentração dos mercados de destino.

O quarto artigo “O fluxo de comércio entre Santa Catarina e os países membros do Mercosul: uma análise para o período de 1996 a 2009”, de autoria de Darlan C. Kroth e Daiane S. Panigalli, discute o fluxo de comércio entre Santa Catarina e países membros do Mercosul no período entre 1996 e 2009 sob dois enfoques distintos: o primeiro considera os dados estatísticos de exportação e importação gerados pelo sistema Aliceweb, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior do Brasil, por meio dos capítulos do Sistema de Designação e de Codificação de Mercadorias (Sistema Harmonizado) da Nomenclatura Comum do Sul (NCM), considerando-se os capítulos que responderam por uma participação média anual superior ou igual a 10%. Já o segundo enfoque calculou o Índice de Comércio Intra-Indústria (ICII), que mede a incidência de comércio intra-indústria a partir dos valores de importações e exportações de um setor específico de uma localidade para outra. Segundo os autores, notou-se que, em termos de fluxo de comércio, os produtos reatores nucleares, caldeiras e máquinas se destacaram pelo lado das exportações, enquanto que os produtos ligados às agroindústrias lideraram as importações. Já em relação ao grau de comércio intra-indústria de Santa Catarina com o Mercosul, observou-se baixo nível de integração para as indústrias do setor de plástico e borracha, produtos do reino vegetal, papel, cerâmicas e máquinas e equipamentos. Ao contrário, produtos do reino animal e metais apresentaram elevado grau de integração.

Finalmente, o quinto artigo “O comportamento da indústria catarinense a partir dos resultados da balança comercial entre 2000 e 2008”, de autoria de Ângelo Brião Zanela et al, discute o papel dos setores alimentício, têxtil, metal-mecânico e cerâmico, na balança comercial de Santa Catarina. Observando que o saldo da balança comercial do estado se reduziu drasticamente, os autores afirmam que o processo de abertura comercial do país afetou de forma desigual os segmentos industriais catarinenses, sendo que o setor têxtil foi o mais prejudicado. De um modo geral, o estudo verificou que os setores alimentício e metal-mecânico ampliaram seus espaços na balança comercial do estado, enquanto que os setores têxtil e cerâmico apresentaram uma retração bastante expressiva.

Com mais este número de sua revista eletrônica, o NECAT espera estar contribuindo para melhorar a compreensão e o conhecimento da dinâmica econômica catarinense, especialmente na parte relativa à sua inserção externa.

ACORDOS COMERCIAIS, ECONOMIA FECHADA E BRASIL: ALGUMAS OBSERVAÇÕES

Ricardo L. C. Amorim¹

Resumo: Os acordos de livre comércio tem se multiplicado ao redor do mundo, prometendo mudanças nos fluxos econômicos internacionais. E o Brasil tem ficado de fora. Cabe, então, perguntar: a economia brasileira deve ser considerada fechada? Para responder a esse questionamento, o trabalho discute, primeiro, as teses liberais que permitem a muitos economistas defender o livre comércio. Em seguida, apresenta um contraponto que nega ser o Brasil um país avesso às trocas internacionais. O texto defende que economia brasileira já é internacionalizada e, portanto, não será a simples abertura comercial que melhorará o desempenho e a produtividade da estrutura produtiva. O país precisaria, na verdade, reposicionar-se nos fluxos econômicos internacionais, alcançando patamares cada vez mais altos de valor agregado em suas exportações. Isso, no entanto, é uma construção e esta se faz com planejamento e políticas industriais e de comércio exterior integradas.

Palavras-chave: Brasil; Comércio exterior; Acordos comerciais; Economia fechada; Economia internacionalizada.

TRADE AGREEMENTS, CLOSED ECONOMY AND BRAZIL: SOME COMMENTS

Abstract: Free trade agreements have multiplied around the world, promising changes in international economic flows. And Brazil has not signed almost none of them. In this way, it is necessary to ask: the Brazilian economy should be considered closed? To answer the question, this work presents, firstly, the liberal thesis that allows many economists advocate free trade. Then, secondly, it discusses a counterpoint which denies that Brazil is a country averse to international trade. The text argues that the Brazilian economy is already internationalized and, therefore, will not be the simple free trade that will improve the performance and productivity of the industries. The country would need, in true, reposition itself in the international economic flows, reaching ever higher levels of value-added to exports. This, however, is a construction and it is done by planning and by industrial and trade policies integrated.

Keywords: Brazil; Foreign trade; Trade agreements; Closed economy; Internationalized economy.

¹ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas e economista da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Foi pesquisador do IPEA e diretor do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As opiniões expressas no texto são particulares e não refletem o pensamento de qualquer instituição ou governo. E-mail: rlcamorim@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre acordos de livre comércio e o relativo isolamento da economia brasileira ganharam espaço nos jornais nesta década. O crescimento econômico do país, seguido de problemas já considerados antigos, trouxe a baila dificuldades na balança comercial que reacenderam preocupações e direcionaram os holofotes para a inserção brasileira nos fluxos econômicos globais.

O momento político e social do país, no entanto, gerou muita paixão e o debate apareceu um pouco nublado, misturando elevada carga científica e também flagrantes afirmações preconceituosas ou interessadas. Assim, a polêmica sobre o papel do Brasil na produção e no consumo mundiais e os ganhos e perdas resultantes das posições assumidas convergiram para um problema: a economia brasileira deve ser considerada fechada? Se sim, um grupo afirma ser preciso abri-la o mais rápido possível, pois o país pode estar perdendo o ‘bonde da história’, num período de amplos acordos regionais de livre comércio. Se não, outro grupo julga que a simples abertura ao livre comércio pode mesmo ter apenas efeitos perversos, agravando o subdesenvolvimento nacional com todas as suas consequências. De todo modo, a maioria dos economistas concorda que mais comércio é benéfico. A dúvida é qual a forma de consegui-lo.

Por isso, este trabalho debruça-se sobre a já enunciada questão: a economia brasileira deve ser considerada fechada? Dependendo da resposta aceita para esta pergunta, governo, homens de negócios e especialistas costumam propor políticas econômicas, industriais e de comércio exterior que tem o poder de levar o Brasil por caminhos muito diferentes de desenvolvimento. Daí a necessidade de enfrenta-la.

Para tanto, o texto está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, apresentam-se as preocupações recentes surgidas com os acordos de livre comércio que tem pipocado em todo o globo. Na segunda, discute-se a base teórica que permite aos liberais defender o livre comércio. A terceira seção faz um contraponto à visão liberal e afirma que o Brasil já é uma economia internacionalizada e, portanto, não pode ser considerada fechada. Por fim, nos comentários finais, faz-se um balanço da discussão e propõe-se uma hipótese para explicar os números.

2. O LIVRE COMÉRCIO E OS ACORDOS COMERCIAIS

O livre comércio é defendido há séculos pela corrente dominante do pensamento econômico. Desde Adam Smith, em 1776, com a “Riqueza das Nações”², teoriza-se sobre as vantagens de extinguir-se as restrições aos agentes privados de países diferentes para que realizem trocas comerciais. Os argumentos favoráveis sustentam-se na hipótese de que a abertura comercial de uma economia deve lavá-la ao uso mais eficiente de seus recursos devido à competição e aos novos estímulos gerados pela mudança nos preços relativos. Assim, dado o maior rendimento e produtividade dos seus fatores de produção, a nação poderá alcançar maior nível de consumo e, por consequência, elevar seu bem estar. Em resumo, a tese liberal acredita que o livre comércio internacional pode *per si* melhorar o desempenho de uma economia e a vida das pessoas.

Parte importante do debate atual sobre o comércio internacional ainda orbita esta tese liberal com maior ou menor ênfase. As defesas que se fizeram a pouco mais de 20 anos do chamado processo de globalização (Chesnais, 1996) encontram, hoje, argumentos similares, apenas vestidos em roupas mais vistosas e sofisticadas³. É o caso, por exemplo, do novo conceito, quase uma moda, das **cadeias globais de valor**.

Em 2012, a OCDE publicou o estudo “*Mapping Global Value Chains*” onde, por meio de vários indicadores, produz um retrato interessante sobre o tema. Destaca-se dali algo já conhecido, mas confirmado pelos números apresentados pela OCDE:

“Today, more than half of world manufactured imports are intermediate goods (primary goods, parts and components, and semi-finished products), and more than 70 percent of world services imports are intermediate services.” (OCDE, 2012: 4)

Como a própria entidade afirma, isto se deve à patente fragmentação da produção e a emergência das cadeias globais de valor. Mais do que isso, analisando as trocas ao redor do mundo e, portanto, não restritas à Ásia e países ricos, percebe-se, ainda segundo a OCDE (2012), que

“successful emerging economies have become more specialized in intermediate inputs and generally increased their ‘upstreamness’. This can be seen in particular in Asia (with China, Malaysia, the Philippines and Singapore), as well as in the Americas (with Chile).” (OCDE, 2012: 5)

² Na verdade, já desde os fisiocratas franceses encontra-se a defesa do livre comércio como superior às formas de inserção internacional.

³ Não será discutido, neste trabalho, a controvérsia a cerca do conceito de globalização e, principalmente, sobre o proclamado crescente grau de interação e até interdependência entre as economias nacionais. Cabe apenas lembrar, todavia, que o tema está muito longe de gerar alguma convergência e a diferença entre economistas neoliberais e heterodoxos, aqui, é, provavelmente, irreconciliável.

Ou seja, aumentou a liberdade comercial nas últimas décadas e seu crescimento parece inevitável e moderno, redefinindo fluxos econômicos, papéis produtivos entre as nações e o estreitamento da interdependência entre elas. De outro modo, o esforço produtivo das grandes empresas para alcançar eficiência e atingir consumidores parece exitoso, segundo a OCDE (2012), para os países que ousaram livrar-se dos interesses particularistas internos e buscaram transformar-se.

Neste contexto, organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) reforçam, através da negociação contínua, a mobilização em favor da redução do número e do impacto das restrições nacionais à livre troca de bens e serviços entre nações⁴. O caminho da negociação multilateral revelou-se, no entanto, um processo lento, caro e muito difícil, retratado nas inúmeras reuniões realizadas para se chegar a um acordo na Rodada Uruguai (1986-1994) e na atual, ainda não terminada, Rodada Doha (início em 2001).

Os conflitos criados por negociações coletivas e regradas, frente aos interesses de poderosas nações, estimularam que alguns países procurassem os acordos regionais como forma de acelerar a marcha de acesso a mercados, incluindo neles cláusulas sobre investimentos, propriedade intelectual e compras públicas. Temas de tratamento difícil dentro de organismos multilaterais como a OMC.

O número crescente desses acordos e a conclusão recente de um dos mais importantes tratados comerciais já vistos, o *Trans-Pacific Partnership* (TPP)⁵, fortaleceu a preocupação de alguns economistas, entidades empresariais e centros de pesquisa sobre a integração do Brasil nesse novo fluxo de comercial que se desenha no mundo⁶.

Essa preocupação de especialistas, de gente de governo e de negócios é justificável. Alguns acordos e o próprio TPP estão sendo negociados fora dos fóruns multilaterais da OMC, escapando a lógica de veto exercido, marcadamente, por nações menos favorecidas e, por vezes, pobres. A este movimento preocupante, somam-se dois outros que merecem igualmente atenção. O primeiro é que acordos comerciais regionais podem gerar desvio de

⁴ “When IMF and the GATT were created, during the 1940s, the Exchange rate system was the gold-dollar standard. The GATT was designed to create rules towards the liberalization of the trade while IMF was established to supervise exchange rate policies and safeguard the balances of payment of its parts” (Thorstensen et al, 2014). A OMC, órgão derivado do acordo GATT, manteve a preocupação e objetivo original.

⁵ O *Trans-Pacific Partnership* (TPP), mega-acordo comercial entre Estados Unidos e outros países do Pacífico, exceto a China. Além do TPP, há outra negociação em andamento que pode revelar-se ainda mais importante para os fluxos mundiais de comércio nos próximos anos: o *Transatlantic Trade and Investment Partnership* (TTIP), mega-acordo comercial entre Estados Unidos e União Européia.

⁶ Ver por exemplo o evento *I CACI – Conferência Anual de Comércio Internacional*, realizado entre 02 e 03 de setembro de 2015, na EESP da Fundação Getúlio Vargas. Ali foram expressas preocupações e alguns, como Prof. Lucas Ferraz (CCGI-FGV), expuseram posição favorável ao engajamento do país no processo de abertura comercial e integração em acordos de livre comércio. Para detalhes, ver: <http://ccgi.fgv.br/en/i-caci-%E2%80%93-confer%C3%Aancia-anual-de-com%C3%A9rcio-internacional-0>.

comércio, isto é, troca simples de um antigo país fornecedor dos mais diversos produtos e serviços por outro, integrante do acordo. É claro que o Brasil, ao participar de poucos acordos internacionais de livre comércio, pode sofrer com desvios de comércio. O segundo, mais grave, é o emergente padrão privado de regulação comercial, onde grandes empresas de blocos de países, marcadamente dos mais ricos, podem combinar requisitos mínimos para permitir que determinados produtos sejam importados pelas nações que integram o acordo. Esses requisitos privados, ao não dependerem dos governos, estão fora do alcance dos mecanismos de solução de controvérsias disponíveis na OMC. Assim, se uma regra discriminatória ou de interesse apenas regional for combinada entre as empresas de países membros dos blocos, as demais nações podem ser impedidas de acessar mercados importantes (Amaral, 2013). Mesmo que o padrão privado implique em competição desleal, nada se pode fazer no âmbito da OMC.

A esses problemas, somam-se as questões particulares do Brasil. Por exemplo, desde os anos 1980, a estrutura produtiva brasileira enfrenta embaraços graves em razão do atraso relativo, particularmente quando se observa as tecnologias que começaram a ganhar espaço nas fábricas dos países mais ricos (Amorim, sd). Hoje, de maneira muito intensa, a indústria localizada no país sofre com problemas de produtividade e, pior, perdeu significativo de espaço no consumo aparente nacional (CNI, 2014).

A solução para essas dificuldades estaria, segundo economistas próximos ao pensamento liberal, na união entre maior exposição à competição internacional e políticas econômicas horizontais, capazes de dar ao capital estímulo e estabilidade dentro de um horizonte razoável de planejamento. Enfim, unir competição internacional e segurança ao investimento. Isso só seria alcançado por:

“(...) política fiscal austera; controle de inflação; incentivo à poupança; estabilidade econômica e política; defesa do direito à propriedade; sistema judiciário eficiente; redução dos custos de logística; educação e qualificação de mão de obra; programas visando medir a qualidade e a competitividade do setor industrial; regulação das concessões de serviços públicos e investimento em capital humano e infraestrutura.” (Coronel et al, 2014: 106)

A competição, ainda segundo analistas próximos ao pensamento liberal, poderia ser forçada através da abertura do Brasil ao livre comércio, algo relativamente fácil de alcançar: bastaria a multiplicação da adesão brasileira aos diversos acordos comerciais já existentes ao redor do mundo. Já o caso das políticas horizontais é mais complexo. Trata-se de realizar um esforço interno capaz de gerar um pacto político favorável à maior igualdade de oportunidades, meritocracia e austeridade das contas do Estado.

Chama a atenção, porém, que a ênfase no aumento da competição, através da abertura comercial do país a produtos, padrões e investimentos estrangeiros, embora lógica, pressupõe, também logicamente, que a economia nacional seja pouco permeável às importações e avanços técnicos ocorridos no resto do mundo. Em outras palavras, é preciso acreditar que a economia brasileira é fechada. Só assim é possível afirmar que o isolamento relativo do país é a razão da perda, ao longo das últimas décadas, da capacidade de competir com bens e empresas do exterior. Dentro dessa suposição, o resultado seria o quadro atual, onde o Brasil sofreria um processo de perda da dinâmica industrial, crescimento lento da produtividade e perda de participação na formação do PIB (Amorim, 2015).

O pressuposto da economia fechada, todavia, parece não encontrar respaldo em números da realidade, surgindo mais como retórica liberal do que uma hipótese sustentada em dados. Diante disso, é preciso negar a hipótese de que o Brasil é uma economia relativamente isolada.

Para enfrentar o desafio, entretanto, é útil discutir o que, técnica ou retoricamente, sustenta o discurso liberal em favor do livre comércio e sua insistência na necessidade de o Brasil ser mais aberto às trocas internacionais. Esse é o assunto da próxima seção.

3. AS JUSTIFICATIVAS PARA O LIVRE COMÉRCIO INTERNACIONAL

O fechamento dos acordos de livre comércio ao redor do mundo colocou novamente em pauta a hipótese de que o Brasil é uma economia fechada⁷. Valls (2010), por exemplo, reclama das elevadas tarifas *ad valorem* cobradas das importações. Também, o IBRE (2013), da Fundação Getúlio Vargas, acredita ser o país pouco permeável às trocas internacionais, dificultando a competição pelo mercado nacional e impedindo a pressão modernizadora sobre o parque fabril do país. Com isso, salienta o IBRE (2013), discutindo os números que apontam a baixa participação do comércio exterior na formação do PIB brasileiro, preocupa o futuro da economia nacional frente a um mundo que se internacionaliza e se torna cada vez mais interdependente.

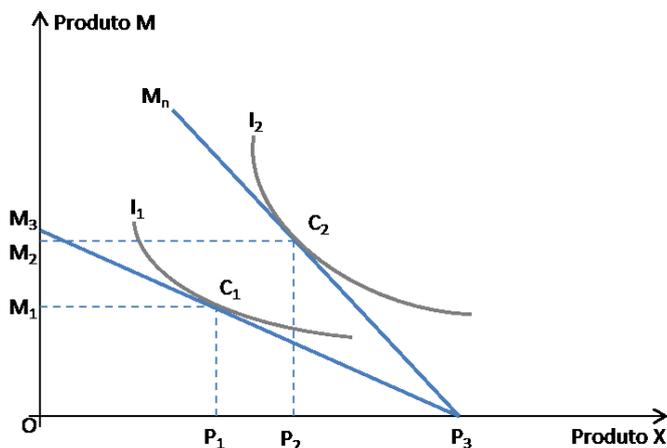
A justificativa em defesa do livre comércio, entre economistas liberais, assenta-se na visão ortodoxa de que todo país possui vantagem comparativa em relação a outro e, por isso, é sempre benéfico comerciar sem restrições. Para entender essa visão, é interessante, primeiro, observar o que diz a tese ortodoxa sobre as vantagens comparativas e, depois, seu enfoque

⁷ Cabe lembrar que, na Europa, o acordo TTP está longe de ser unanimidade entre a população europeia. Sobre a resistência ao acordo, ver CANONNE e TYSZLER (2015).

mais moderno, a partir do teorema de Heckscher-Ohlin. Por exemplo, segundo os ortodoxos, se houver um país qualquer, pequeno ou grande, não importa se seus custos de produção são maiores ou menores do que os de outros países. Ainda assim será benéfico para essa economia franquear seu mercado ao comércio internacional. Por quê?⁸

Imagine uma economia pequena S que produz dois bens transacionáveis entre nações. O único fator de produção é o trabalho (L). Assim, de acordo com a tecnologia disponível neste país⁹, o custo de produção de um bem X , intensivo em trabalho, é l_x e o de produção do bem M é l_m . De acordo com essas definições, a figura 1 mostra que o país pode optar por utilizar todos os seus fatores de produção na fabricação de X , produzindo a quantidade P_3 (L/l_x). Ou, contrariamente, dispender todos os seus fatores na produção de M , gerando M_3 (L/l_m). A curva P_3M_3 é fronteira de possibilidade de produção da economia pequena¹⁰. A curva de indiferença I_1 define o ponto (C_1), onde será realizada a produção do país, caso não haja comércio exterior.

Figura 1 – Resultado da abertura comercial, segundo as vantagens comparativas



Fonte: Williamson (1988), com alterações.

Se passar a existir comércio internacional livre, os resultados para a economia do país pequeno serão bem diferentes. Para isso, suponha uma economia grande B que possui custos maiores na produção dos dois bens, X e M . Seja l_x^* e l_m^* os custos de produção dos bens X e M respectivamente na economia grande. Logo, $l_x < l_x^*$ e $l_m < l_m^*$. Sendo B uma economia grande e S pequena, os preços de B predominarão na relação comercial entre elas.

⁸ Este trecho está baseado em Williamson (1988).

⁹ A tecnologia disponível possui rendimentos constantes de escala.

¹⁰ A fronteira de possibilidade de produção é uma reta devido a existir apenas um fator de produção (trabalho) e estar suposto que haja rendimentos constantes de escala.

A teoria das vantagens comparativas afirma que, para o comércio entre os países ser vantajoso para ambos, basta que os preços internos para se produzir bens em cada nação, quando comparados, sejam diferentes, isto é: $\frac{l_x}{l_m} \neq \frac{l_x^*}{l_m^*}$. Assim, por exemplo, se os preços internos comparados na economia grande forem maiores do que os da economia pequena, isto é $\frac{l_x^*}{l_m^*} > \frac{l_x}{l_m}$, e não havendo custos de transporte, fica clara a vantagem da economia pequena abrir-se ao livre comércio internacional, pois ela possui uma vantagem comparativa na produção de X. De outro modo:

1. o fato de **B** ser grande informa que serão os seus preços os dominantes nas trocas entre os dois países;
2. os preços internos comparados dominantes, pertencentes a **B**, são mais elevados dos que os vigentes em **S**. Isso implica que há um custo de oportunidade, sobre o qual **S** pode abrir mão de menor quantidade de M para cada unidade de X, intensivo em trabalho, que decidir fabricar a mais;
3. mas o preço que passa a vigorar é $l_x^* > l_x$, portanto, a fronteira de possibilidade de produção de **S** altera sua inclinação, tornando-se mais íngreme;
4. Logo, é vantagem para **S** dirigir todos os seus fatores de produção para a fabricação de X e vender para **B**;
5. com isso, **S** não mudará sua fronteira, mas dados os novos preços relativos, estará frente a frente a uma nova curva de restrição orçamentária (P_3M_n) e, com isso, ao vender sua produção de X, poderá consumir o bem M numa quantidade que não conseguiria produzir aos seus preços internos.

Essa vantagem expressa-se na ascensão à uma curva de indiferença mais elevada, I_2 , permitindo que o país alcance maior nível de bem estar (C_2). Deste modo, **S** terá acesso a maior quantidade do bem X e do bem M e tudo devido a abertura comercial que, ao alterar os preços relativos, alterou os incentivos e fez o país usar seu potencial mais eficientemente. Algo possível apenas se houver livre comércio internacional.

A teoria desenvolvida com apenas um fator de produção, todavia, não era suficiente para explicar a sofisticação crescente do comércio internacional. Era evidente, havia muito tempo, que as dotações de diversos recursos, além do trabalho, e ainda outras características eram diferentes entre as nações e parte das trocas entre países parecia sustentar-se sobre essas

diferenças. Um modelo que desse conta dessa diversidade surgiu, contudo, apenas na primeira metade do século XX, a partir de dois economistas suecos, Eli Heckscher e Bertil Ohlin¹¹.

Buscando explicar as razões da existência de vantagens comparativas entre as nações, os dois pesquisadores formularam um modelo que, enxergando as diferenças nas dotações de fatores de produção em cada país, permitiu reformular a explicação ortodoxa e reafirmar que o livre comércio é sempre benéfico às nações. Assim, partindo de algumas suposições do modelo anterior, como¹²:

1. economia pequena (**S**) tomadora de preços internacionais;
2. as funções de produção apresentam retornos constantes de escala;
3. não há custos de transporte e o comércio é livre.

Acrescenta-se novas (modelo 2x2x2):

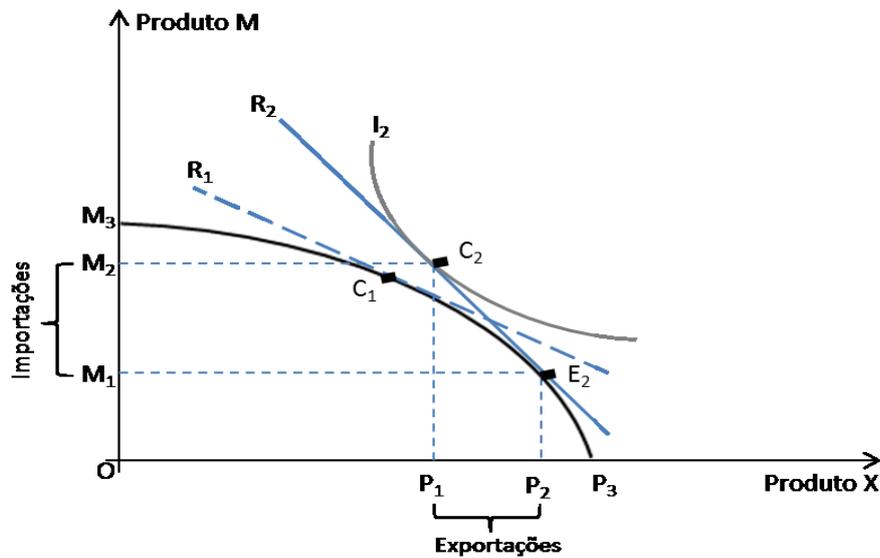
1. as funções de produção utilizam, agora, trabalho (**L**) e capital (**K**);
2. **L** e **K** estão disponíveis nos países em quantidade diferentes;
3. as tecnologias de produção são as mesmas nos dois países.

O fato das dotações de fatores serem diferentes permite afirmar que um país abundante em trabalho em relação ao capital disponível, por exemplo, tem custo menor na produção de bens intensivos neste fator, gerando, portanto, uma vantagem comparativa em relação a outro país com mão de obra escassa em relação ao capital existente. Com isso, se o país pequeno, **S**, possuir vantagem relativa na produção de X, intensivo em trabalho, e puder realizar trocas livres com o país grande, **B**, que, devido a sua escala, é formador de preços, então, sua posição de produção será alterada em relação à posição sem comércio internacional e seu consumo será expandido. O processo fica claro com a figura 2.

¹¹ Heckscher foi o orientador da tese de doutorado de Ohlin, onde essa discussão foi exposta.

¹² As premissas detalhadas estão em Williamson (1988).

Figura 2 – Resultado da abertura comercial, segundo o teorema de Heckscher-Ohlin



Fonte: Williamson (1988), com alterações.

Seja P_3M_3 a fronteira de possibilidade de produção (fpp) da economia S . Enquanto não havia comércio, a mais alta curva de indiferença que tangenciava a fpp, no ponto C_1 , informava os preços internos de equilíbrio. É sabido que esses preços de equilíbrio informam os preços relativos, isto é, p_x/p_m , que se traduz na inclinação da curva R_1 .

Quando S abre-se ao comércio internacional e os preços internacionais dominam as trocas do país, descobre-se que, devido à relativa escassez de L no país B , os preços relativos de X neste último são maiores, ou seja, $\frac{p_x}{p_m} < \frac{p_x^*}{p_m^*}$. Assim, a inclinação da curva de preços relativos altera-se, tornando-a mais íngreme, tal como representado pela curva R_2 . Com isso, os bens X que S produz podem ser vendidos a B pelos preços de B , mais altos, deslocando fatores da produção de M em direção à X . Ou seja, o novo ponto da fronteira de possibilidade de produção que será ocupado em S será E_2 . A maior produção de X destina-se à exportação de S para B . E essa maior exportação aos preços de relativos de B permite que o país importe, elevando o consumo de M .

A quantidade a ser importada será definida pela preferência dos habitantes de S , representada pela curva de indiferença mais alta que se pode alcançar aos novos preços relativos, R_2 . Logo, o maior nível de bem estar que S pode obter situa-se no ponto C_2 .

O resultado, portanto, será que S produz a quantidade P_2 de bens X e M_1 de M . Sua preferência, todavia, indica que, aos novos preços relativos, só interessa aos habitantes consumir P_1 de X . A diferença será exportada. C_2 informa, porém, que a população quer

consumir M_2 de M . A diferença terá de ser importada. E é com o dinheiro percebido das exportações de X que será financiada as importações de M ¹³. De outro modo, de acordo com o modelo de Heckscher-Ohlin, o país S reformula sua cesta de produtos, exportando o bem intensivo em seu fator abundante, e importando aquilo que lhe é relativamente mais caro produzir internamente. Resultado, o país alcança uma curva mais alta de indiferença e eleva seu bem estar social. Isso tudo graças ao livre comércio internacional.

A teoria das vantagens comparativas, mesmo em sua versão Heckscher-Ohlin, foi, contudo, ainda no século XX, alvo de duras críticas e diversos autores afirmaram que seus pressupostos estavam longe demais da realidade capitalista moderna. Críticos heterodoxos, como os cepalinos clássicos, observaram, por exemplo, que as vantagens comparativas, além de ser uma análise estática, não compreende a estrutura produtiva dos países periféricos e, portanto, é incapaz de perceber que o processo dinâmico em direção à especialização, marcadamente em bens simples, de baixo valor agregado, conduz as nações à deterioração dos termos de troca, a baixa acumulação de capital e a incapacidade de absorver contingentes crescentes de trabalhadores em setores de alta produtividade e rendimento (Amorim, 2002). De outro modo, condena as nações pobres a permanecerem subdesenvolvidas.

No campo mais próximo do pensamento liberal, Krugman (1981) chamou a atenção para as contradições entre o que o modelo de Heckscher-Ohlin previa e os acontecimentos da economia mundial desde o fim da II Guerra Mundial. O autor repara, por exemplo, que há comércio intenso entre países ricos, cujas dotações de fatores de produção são semelhantes, quando o modelo sugeria que esse comércio deveria ser pequeno. Em seguida, Krugman aponta que há troca de produtos parecidos entre países e o modelo dos economistas suecos previa que a troca deveria prevalecer entre produtos essencialmente diferente. Também Porter (1989) reparou que as vantagens comparativas já não respondiam a um mundo onde o capital se movimentava entre países e os ganhos de escala são amplamente reconhecidos.

O resultado obtido por Wassily Leontief ao tentar verificar o teorema de Heckscher-Ohlin é, no entanto, a crítica mais importante (Krugman e Obstfeld, 2001). O chamado ‘paradoxo de Leontief’ nasce da aplicação da matriz de insumo-produto ao comércio exterior estadunidense, de onde se esperava encontrar, de acordo com Heckscher-Ohlin, uma significativa concentração de exportações intensivas em capital ao mesmo tempo que, nas importações, deveria ser percebido concentração nas compras de bens intensivos em trabalho.

¹³ “Como a inclinação da linha $[R_2]$ representa os termos de troca, isto é, o preço das exportações em termos das importações, o valor das exportações é igual ao das importações” (Williamson, 1988: 38).

O resultado, no entanto, mostrou que “(...) *as exportações norte americanas eram menos intensivas em capital que as importações norte americanas*” (Krugman e Obstfeld, 2001: 85).

Em suma, mesmo lógica e, em muitos momentos, intuitiva, a teoria das vantagens comparativas, mesmo em sua versão Heckscher-Ohlin, quando testada, apareceu falseada pela realidade. De outro modo, a justificativa tradicional para defender os acordos de livre comércio e suas vantagens para todas as nações parece não encontrar respaldo em dados empíricos.

Isso já deveria servir de alerta para os que defendem que o Brasil integre, o mais rápido possível, acordos de livre comércio negociados, tanto no âmbito da OMC quanto em negociações bilaterais. É preciso, no entanto, ir um pouco mais fundo no caso da economia brasileira para ter claro que o assunto é mais complexo do que sugere a teoria das vantagens comparativas e que os resultados de uma maior abertura ao comércio internacional não implica, necessariamente, em ganhos para a maioria ou a média dos agentes econômicos nacionais. Pior: como abrir mais uma economia que já é internacionalizada? A próxima seção tratará exatamente dessa questão.

4. O BRASIL COMO ECONOMIA FECHADA

O Brasil, desde o início da sua industrialização, é criticado por vários economistas como um país fechado, pouco afeito à competição internacional¹⁴. A afirmação desses especialistas sustenta-se basicamente na observação da relação entre o valor da corrente de comércio brasileiro (exportação mais importação) e o valor do produto interno bruto. De acordo com este critério, conhecido como grau de abertura, o país seria uma das economias mais fechadas do mundo, gerando baixa exposição das empresas brasileiras à moderna e elevada produtividade disponível no mundo o que, por consequência, reduziria os mercados para a colocação dos produtos nacionais no exterior.

Como visto na seção anterior, os liberais acreditam que a única solução possível para um quadro de fechamento econômico seria, naturalmente, a abertura comercial capaz de empurrar empresas e empresários a buscar o investimento, a modernização e a tecnologia

¹⁴ Um bom resumo dessas posições foi observado no evento *The role of the WTO in the 21st century: launching of the WTO chair in Brazil*, realizado em 2014 na EESP-FGV. Nele, acadêmicos, ex-embaixadores e nomes ligados à indústria brasileira aconselharam o Brasil a abrir sua economia ao livre mercado. Endereço eletrônico: <http://ccgi.fgv.br/sites/ccgi.fgv.br/files/file/Events/WTO%20Chair%20Launching-December%205-2014-FGV.pdf>.

como estratégias de sobrevivência e crescimento¹⁵. Assim, ao fim e ao cabo, se nos primeiros tempos da reforma comercial, poderiam ser vistos alguns efeitos perversos resultantes dos ajustes (desemprego, vendas de empresas nacionais ao capital estrangeiro, perda de valor adicionado e déficit na balança comercial), logo a economia seria recomposta e os patamares de produtividade seriam aos poucos elevados, comandando a absorção da mão de obra possivelmente desempregada no período necessário de ajuste. Em outras palavras, o início difícil e necessário de ajuste e readequação da atividade produtiva seria compensado, no longo prazo, segundo os livre-cambistas, com maior produtividade, elevação da renda e exportações.

A comparação internacional parece lhes dar razão (tabela 3). A maioria das nações importantes para o comércio exterior do país possui grau de abertura significativamente maior do que o brasileiro. Isso é fácil de verificar nos BRICS (África do Sul: 63,4%; Rússia: 41,3%; China: 45,0%; e Índia: 41,5%.) e nos países ricos (França: 46,0% e Alemanha: 72,7%) (WTO, 2014). A economia brasileira seria, portanto, fechada, o que terminaria por inviabilizar, ao menos no longo prazo, segundo liberais, o crescimento da renda e do produto do país.

Tabela 1 - Comércio exterior sobre PIB de países selecionados, 2009-2013

(em percentual)

	Mundo	América Latina				BRICS*				Países ricos			Outros	
		BRASIL	Chile	Argentina	México	África do Sul	Índia	Rússia	China	França	Alemanha	Estados Unidos	Austrália	Coreia do Sul
2009	43,0	17,7	57,0	25,0	52,6	47,8	30,9	40,5	44,2	39,9	62,0	18,5	34,5	76,1
2010	47,7	18,4	59,9	27,0	57,9	51,5	33,7	42,6	50,1	44,2	70,0	21,7	36,3	81,5
2011	51,6	19,9	62,2	28,4	60,7	57,7	40,8	44,4	49,7	47,3	75,2	24,1	37,1	89,8
2012	50,8	21,2	59,4	24,6	63,3	59,4	42,3	42,9	47,0	47,6	75,0	23,9	33,8	87,3
2013	50,3	21,9	56,2	25,4	61,2	63,4	41,5	41,3	45,0	46,1	72,7	23,3	31,7	82,4

* O Brasil já aparece na Terceira coluna da tabela.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da WTO (2014).

O problema é que vários economistas concordam que o país, nas últimas duas décadas, mudou de patamar quanto à abertura comercial [Filgueiras (2000), Castro (2005)]. Por exemplo, se em 1996, a corrente de comércio representava em torno de 12% do PIB, em 2004, o Brasil chegou a um grau de abertura perto de 24%. Hoje, a taxa alcança pouco menos de 22% (WTO, 2014).

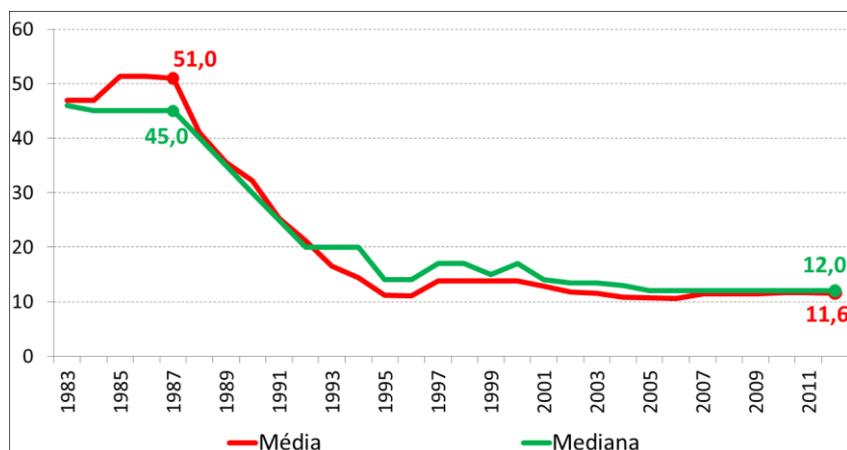
¹⁵ Para os liberais mais radicais, a abertura, se associada a um Estado que cuide apenas de suas tarefas clássicas como manutenção da ordem, segurança, contratos e, só talvez, educação, teria seus efeitos potencializados e o tempo necessário aos ajustes na produção e no consumo seriam drasticamente reduzidos.

Assim, sem entrar no debate sobre o que significa “longo prazo” para os liberais, principalmente quando, na sucessão de curtos prazos, está suposta a condição *coeteris paribus*, é necessário questionar se a conclusão sobre o Brasil ser uma economia fechada sustenta-se, quando se agregam mais critérios e itens da realidade à análise. Por exemplo, basear a afirmação sobre o grau de abertura de uma economia apenas no critério que compara corrente de comércio e PIB, implica em dizer que os Estados Unidos e Brasil são fechados, pois ambos apresentam grau de abertura pouco maior do 20% (Estados Unidos: 23,3%; e Brasil: 21,3%) (WTO, 2014). Assim, economias bastante diferentes, com inserções internacionais díspares, observadas por aquele único critério tradicional, seriam semelhantes na importância que as trocas internacionais têm em suas respectivas economias.

Desse modo, se forem somados novos itens para julgamento, será possível perceber que o Brasil mudou muito desde os graves problemas que viveu durante os anos 1980, período de crise da dívida externa. É possível, por exemplo, observar que as tarifas de importação caíram, em média, de 47% em 1983, para 21% em 1992, 14% em 2000 e 11,6% em 2012 (SECEX/MDIC, 2014).

Gráfico 1 - Evolução da alíquota *ad valorem* de importações brasileiras, 1992-2014

(em porcentagem)



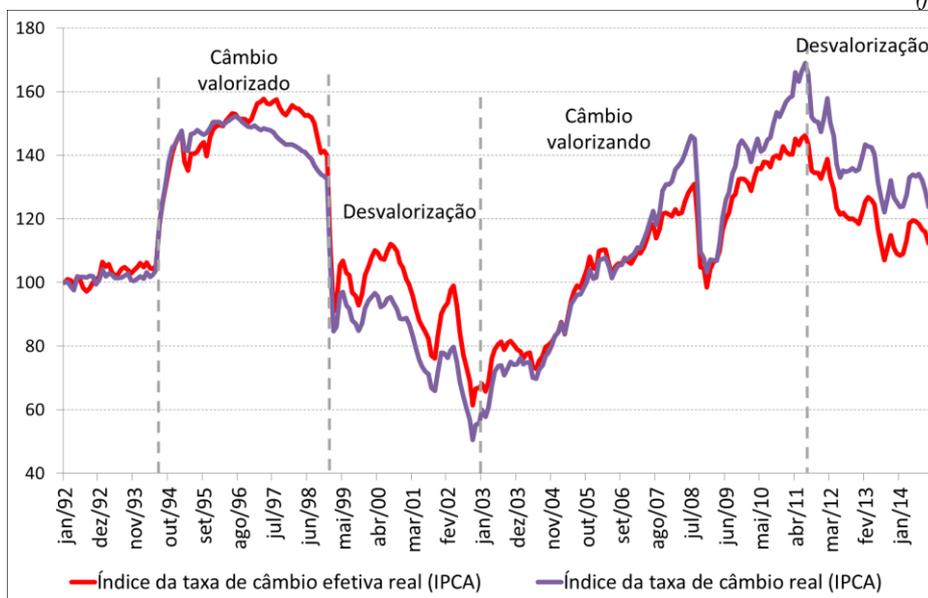
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do MDIC/SECEX (2014).

Apesar da redução significativa da alíquota de importação, a tarifa é ainda considerada elevada por vários analistas que investigam o comércio exterior brasileiro (Valls, 2010). No entanto, observando o gráfico 8, é inevitável dizer que 11% de proteção tarifária é irrelevante, pois a valorização da moeda nacional frente ao dólar durante quase 15 anos, ao baratear qualquer produto importado, superou de longe a proteção *ad valorem* imposta sobre as compras no exterior. Por exemplo, comparada com janeiro de 1992, a sobrevalorização chegou a 30% entre 1994 e 1998 e, a partir de 2003, cresceu novamente e voltou a superar a

casa dos 20%. O ponto perde ainda mais importância quando se observa que as tarifas, hoje, têm pouco impacto no comércio internacional (Thorstensen, Ferraz e Marçal, 2014).

Gráfico 2 - Evolução da taxa de câmbio real e efetiva real, 1992-2014

(jan/1992 = 100)

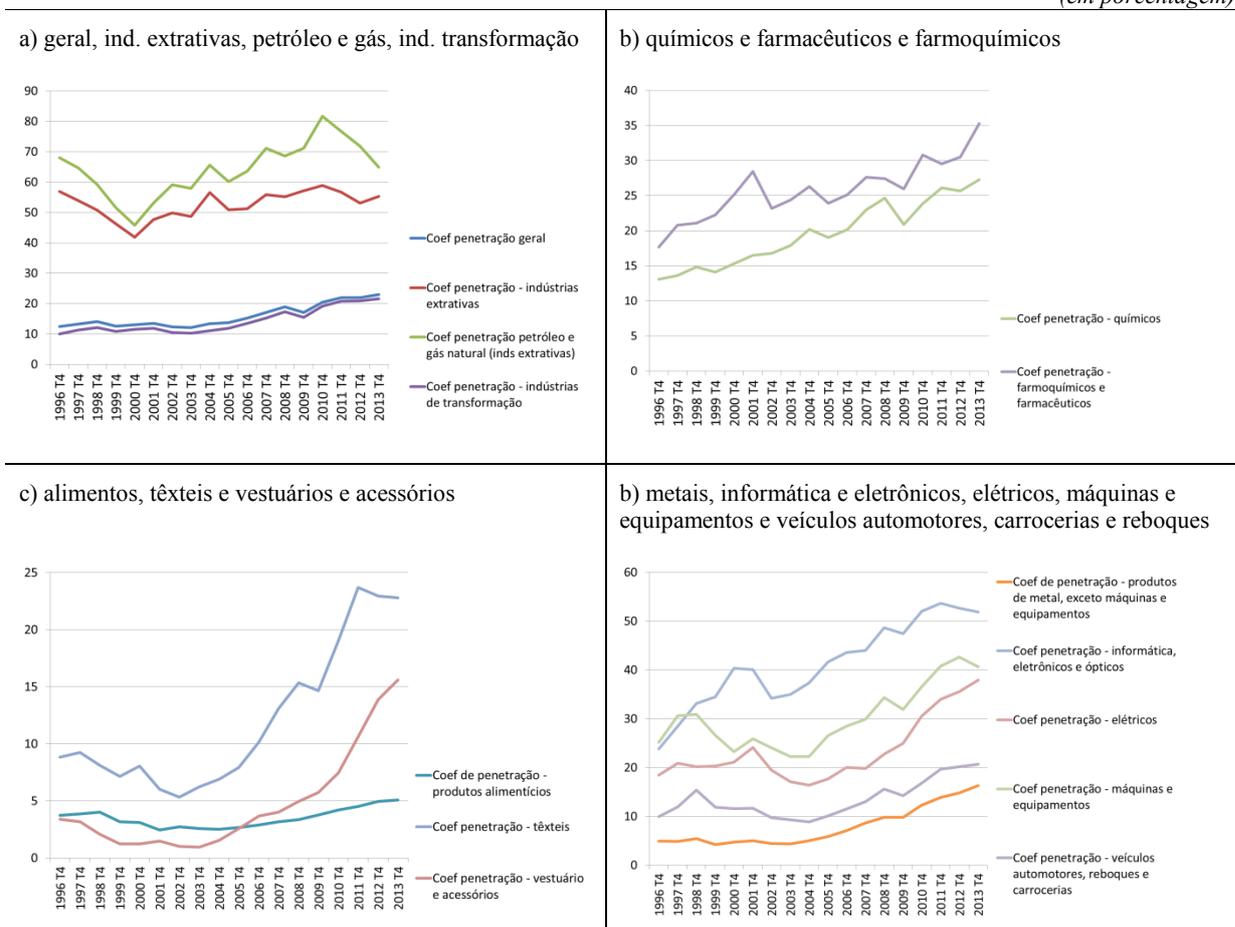


Fonte: IPEADATA (extraído em 01/12/2014).

Os números apresentados acima já deveriam colocar dúvidas sobre a realidade de o Brasil ser uma economia fechada. Todavia, outros resultados continuam a contradizer as afirmações sobre o isolamento comercial do país. Por exemplo, os economistas que acreditam ser o Brasil um país de economia fechada não podem esperar que a importação possa crescer, ocupando espaços cada vez maiores no consumo nacional. Contudo, o coeficiente de penetração das importações, isto é, o percentual de produtos ofertados no mercado nacional cuja origem é uma importação, cresceu com vigor, principalmente a partir de 2003 (CNI, 2014). São casos típicos (e não exceções) o que se observa nos setores elétrico, químico, farmoquímico e farmacêutico, informática, eletrônicos e ópticos, têxtil, veículos automotores, vestuário e acessórios, entre outros, que viram, entre 1996 e 2013, duplicar a parcela de importados na oferta local de bens. No estratégico setor de máquinas e equipamentos, o mesmo coeficiente subiu mais de 60% (gráfico 9).

Gráfico 3 – Coeficiente de penetração de importações - diversos setores, 1996-2013

(em porcentagem)



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da CNI (2014).

Há números, porém, ainda mais enfáticos que falseiam a hipótese de o Brasil ser uma economia fechada. Na verdade, os resultados apontam o contrário: a economia brasileira já é internacionalizada. Por exemplo, estudos levados a cabo por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) mostram que, em 2002, 47,5% das vendas realizadas pelas 500 maiores empresas do país concentravam-se em companhias definidas como estrangeiras¹⁶. Número muito semelhante se repete em 2010, quando o percentual sobe para 48,5%. Mais: observando a tabela 3, é possível destacar a elevada participação das empresas estrangeiras nas importações e exportações do Brasil. Como se vê, exceto pelo ano de 2010, quando o país recuperou-se dos impactos mais agudos da crise internacional, é visível o crescimento das empresas estrangeiras no total exportado e importado pelas companhias residentes no país (Banco Central do Brasil, 2014).

¹⁶ O percentual exclui a Petrobrás, BR Distribuidora e Vale do Rio Doce.

Tabela 3 - Exportação e importação das empresas brasileiras, 1995 - 2010

Discriminação	(US\$ milhões)			
	1995	2000	2005	2010
a. Exportação de bens e serviços de empresas estrangeiras	21 745	33 250	64 966	86 607
b. Importação de bens e serviços de empresas estrangeiras	19 371	31 553	45 451	95 924
c. Exportação de bens e serviços de empresas residentes*	50 333	62 237	129 303	226 286
d. Importação de bens e serviços de empresas residentes*	58 523	67 463	91 295	224 868
f. Exportação de bens e serviços de estrangeiras sobre total (a/c)	43,2%	53,4%	50,2%	38,3%
g. Importação de bens e serviços de estrangeiras sobre total (b/d)	33,1%	46,8%	49,8%	42,7%

* Exclui serviços governamentais e serviços de viagens internacionais.

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Banco Central do Brasil (2015).

Tudo isso, na verdade, não deveria ser surpresa, posto que são as companhias forâneas que lideram os setores mais importantes da economia, marcadamente na indústria. No setor automotivo, por exemplo, reinam Volkswagen e Mercedes-Bens (Alemanha), Ford e GM (EUA) e Fiat (Itália). As novatas chinesas disputam, com as francesas, maior espaço. O mesmo acontece nos defensivos agrícolas: Monsanto, Dow e Dupont (EUA), Syngenta (Suíça) e Basf e Bayer (Alemanha). Ou no setor eletroeletrônico, ou bens de capital ou alimentos ou outros. O mais importante é que tal liderança implica que, dado o caráter de oligopólio mundial dessas empresas, suas decisões, plano e estratégias pouco se referem à economia do Brasil. Suas escolhas para o país são definidas a partir dos parâmetros de sua inserção no mercado mundial e da lógica da concorrência internacional (Furtado, 1974).

Sendo assim, como falar, então, em economia fechada?

A hipótese de o Brasil viver relativo isolamento comercial, no entanto, fragiliza-se uma vez mais ante dois efeitos da liderança das ádvenas transnacionais. O primeiro revela que a liderança dos oligopólios estrangeiros nos setores mais importantes da produção industrial determina, desde o exterior, as tecnologias empregadas no país (máquinas, equipamentos, processos, *design*, etc.) (Merhav, 1987). Levando-se em conta que a tecnologia é um fenômeno com forte *path dependence*, deduz-se que não se trata apenas da técnica utilizada hoje, mas, sim, da própria trajetória tecnológica do país que passa a ser determinada desde fora, em um laço de dependência que se renova a cada nova leva de investimentos estrangeiros e nacionais feitos no país.

O segundo efeito reconhece que a lógica competitiva mundial, construída por essas líderes, não pode prescindir do avanço sobre mercados e, por isso, inspiram a demanda de bens e serviços através da propaganda, reforçada pela exportação de padrões culturais (Furtado, 1978). Com esse esforço, até hoje logrou-se inspirar semelhantes desejos de

consumo nas mais diversas sociedades comercialmente integradas. Naturalmente, aqui não é diferente.

O Brasil, destarte, está integrado aos processos produtivos dos oligopólios internacionais que lideram a produção mundial. Não pode ser, portanto, e os números o demonstram, um país fechada ao mundo e, menos ainda, avesso ao capital transnacional. A conclusão derivada dos números e fatos discutidos acima informa que a economia, na verdade, é internacionalizada. Pelo contrário. Isso não implica afirmar, porém, que o Brasil não esteja desperdiçando oportunidades de exportação, vendas, geração de emprego e renda a partir do comércio exterior. A questão, todavia, é que não será a abertura comercial simples que trará negócios lucrativos ao país, gerando ganhos para a maioria da população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca da inserção do Brasil no fluxo econômico internacional surge, do texto acima, como um tema ainda longe de gerar convergência interpretativa. Há ainda muita névoa ideológica nublando entendimentos e misturando-se com afirmações, de ambos os lados, carregadas de cientificidade. Por enquanto, o debate ainda está, aparentemente, pejado de preocupações de grupos com interesses específicos e precisa continuar em pauta para que consensos emerjam.

O mais importante aqui, todavia, é separar o joio do trigo e deixar claro que *não* discute se o Brasil deve ter mais ou menos comércio internacional. A preocupação deste trabalho foi defender uma posição analítica sem pressa, evitando esbarrar em simplificações exageradas de problemas intrincados, algo que comumente leva a interpretações equivocadas de realidades compósitas e labirínticas. De outro modo, como já observou Chang (2004), visões esquemáticas que ignoram conteúdos complexos costumam conduzir a proposição de políticas econômicas insustentáveis que nunca, nenhum país rico aplicou em sua decolagem para o desenvolvimento.

Foi exatamente em razão dessa preocupação que este artigo debruçou-se sobre a pergunta: será o Brasil uma economia fechada? As observações que compõem o trabalho negam essa hipótese. Na verdade, o Brasil nasce economicamente internacionalizado e, assim, comporta-se até hoje, exceto por alguns poucos anos em virtude de guerras. Em outras palavras, como observa Furtado (2009), o Brasil é fruto da expansão marítima europeia e sua

evolução econômica, até a industrialização, respondeu às demandas e desenvolvimento do Velho Continente.

Seria até possível imaginar que, com as mudanças econômicas após 1930, o país seguisse uma trilha de distanciamento em relação aos países mais ricos, em busca de maior autonomia. Cardoso e Faletto (2004) e Pinto (2000), entretanto, não permitem ilusões: o Brasil continuou internacionalizado e dependente, embora de uma forma moderna, diferente do mero papel de colônia.

O quadro permite inclusive aventar uma hipótese explicativa. Se o Brasil possui, há décadas, um grau de abertura relativamente baixo quando comparado com os países dos BRICS, por exemplo, isso parece sustentar-se sobre suas causas. Primeiro, a história da industrialização brasileira contou com transnacionais estrangeiras para formar setores dinâmicos ainda hoje dominados por capitais forâneos. Esses capitais foram atraídos em razão da proteção comercial oferecida desde a segunda metade dos anos 1950s, do incentivo à entrada de máquinas e equipamentos, mesmo que usados¹⁷, do crescimento rápido apresentado pelo Brasil e pelo interesse em estar presente no que parecia ser a nova fronteira da expansão industrial mundial. Logo, são empresas que não vieram ao país para produzir bens de ponta tecnológica. O objetivo das empresas era amortizar capital e embolsar lucros. Criaram, com apoio do governo, redes de fornecedores internos e ocuparam um mercado em expansão inteiramente disponível para seus produtos. Suas margens de lucro por unidade produzida, naturalmente, foram beneficiadas.

Dentro dessa lógica, somado às turbulências vividas pelo país desde 1980, não há porque esperar que as companhias aqui instaladas alterem, senão muito lentamente, suas posições no mercado. Em outras palavras, não se deve ter expectativa que integrem cadeias globais de valor rapidamente.

Segundo, essa evolução histórica explicaria porque o grau de abertura brasileiro é relativamente baixo. As empresas brasileiras, não estando fortemente incluídas em cadeias globais de valor, não demandam o volume elevado de importações de bens intermediários e nem alcançam exportações do mesmo tipo de bens tal como ambicionado pelos economistas liberais. Mais, sendo o Brasil um grande exportador de *commodities* e outros bens intermediários simples, reforça o motivo para as empresas não procurarem lá fora o que podem comprar aqui dentro a preços competitivos.

¹⁷ Instrução SUMOC 113. Ver, Pinho Neto (1992) e Orenstein e Sochaczewski (1992).

Diante disso, não deveria espantar que o país possua a relação corrente de comércio sobre PIB relativamente baixa. Ao contrário, isso é esperado e, aos poucos, para o bem ou para o mal, está mudando.

De qualquer modo, *não é possível pretender que o livre comércio melhore o bem estar dos brasileiros se o Brasil já é uma economia internacionalizada*. O que parece faltar de fato ao país *não é abrir sua economia, mas reposicioná-la para fazer, do comércio exterior, uma fonte de riqueza*. Em outras palavras, o país precisa construir uma nova inserção internacional, onde exportar bens industrializados seja a meta, principalmente a partir de produtos de alto valor agregado, se possível utilizando tecnologia nacional. Para tanto, a política industrial, subordinada a um plano de desenvolvimento, precisa estar entre as prioridades do debate econômico. Deste modo, se este é o futuro que se quer, *será preciso construí-lo e o planejamento, a inteligência estratégica e a coordenação entre as agências do governo e a indústria brasileira* parecem ser o melhor caminho a ser trilhado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Manuela K. *O desafio do “protecionismo privado” e as regras multilaterais de comércio da OMC*. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, n. 115, p. 56-79, abr-jun/2013;

AMORIM, Ricardo L.C. *Década de 1990: a modernização conservadora do Brasil*. Brasília: sd (mimeo);

AMORIM, Ricardo L.C. *O emprego no pensamento econômico da CEPAL*. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002;

AMORIM, Ricardo L.C. *Os limites do modelo de crescimento recente*. In: *Encontro Nacional de Economia Política, XX*, 2015, Foz do Iguaçu. Uberlândia: SEP, 2015. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2851> . Acesso: 16/07/2015;

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Censo de Capitais Estrangeiros (resultados 2010-2012)*. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Rex/CensoCE/port/resultados_censos.asp?idpai=CENSOCE . Acesso em: 04/07/2015;

CANONNE, Amélie e TYSZLER, Johan. *Europeus desafiam o livre comércio*. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, n. 99, p. 18-19, outubro/2015;

CARDOSO, Fernando e FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004;

CASTRO, Lavínia B. *Privatização, abertura e desindexação: primeira metade dos anos 1990*. In: GIAMBIAGI et al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005;

CHANG, Ha-Joon, *Bad samaritans: rich nations, poor policies, and the threat to the developing world*. Londres: Random House Business Books, 2007;

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Editora UNESP, 2004;

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996;

CNI. *Coefficiente de penetração*. Disponível em: <http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/estatisticaAcessoSistemaExterno.faces>. Acesso em: 01/12/2014.

CORONEL, Daniel et al. *Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico*. *Revista de Economia Política*. São Paulo, vol. 34, n. 1, p. 103-119, ja-mar/2014;

CANONNE, Amélie e TYSZLER, Johan. *Europeus desafiam o livre comércio*. *Le Monde Diplomatique Brasil*. São Paulo, n. 99, p. 18-19, outubro/2015;

FILGUEIRAS, Luis. *História do Plano Real*. São Paulo: Boitempo, 2000;

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Paz e Terra, 1978;

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil (Edição comemorativa: 50 anos)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;

FURTADO, Celso. *O Mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1974;

IBRE. *O Brasil ainda é uma economia fechada, e isso não é bom para o desenvolvimento*. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, p. 06-09. Novembro de 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/21267/20016>. Acesso em: 16/06/2015;

IPEA. *Macroeconomia para o Desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego*. Brasília: Ipea, 2010;

IPEADATA. *Taxa de câmbio rela e real efetiva*. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 01/12/2014;

KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: teoria e política*. 5.ed. São Paulo: Makron Books, 2001;

KRUGMAN, Paul. (1981). *Intra-industry specialization and the gains from trade*. *Journal of Political Economy* 89(5): p. 959–973.

LELIS, Marcos, CUNHA, Andre e LIMA, Manuela. *The performance of Chinese and Brazilian exports to Latin America, 1994-2009*. *Revista de la CEPAL*, n. 106, p. 55-73, abr/2012;

MDIC/SECEX. *Tarifa média e mediana*. Disponível em: www.mdic.gov.br-arquivos-dwnl_1379082209.pdf . Acesso em: 01/12/2014;

MERHAV, Meir. *Dependência tecnológica: monopólio e crescimento*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais (Vértice), 1987;

NUNES, Avelãs. *Uma introdução à economia política*. São Paulo: Quartier Latin, 2007;

OCDE. *Mapping Global Value Chains*. Paris: OCDE, 2012. Disponível em: http://www.oecd.org/dac/aft/MappingGlobalValueChains_web_usb.pdf ; Acesso em: 18/09/2014 ;

ORENSTEIN, Luiz e SOCHACZEWSKI, Antonio. *Democracia com desenvolvimento: 1956-1961*. In: ABREU, Marcelo. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republican (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992;

PINHO NETO, Demósthene. *O interregno Café Filho: 1954-1955*. In: ABREU, Marcelo. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republican (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1992;

PINTO, Anibal. *Natureza e implicações da 'heterogeneidade estrutural' da América Latina*. In: Bielschowsky, Ricardo. *Cinquenta anos do pensamento da CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000;

PORTER, Michael. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989;

SMITH, Adam. *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. (volume 1). 2.ed. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 1987;

THORSTENSEN, Vera, FERRAZ, Lucas e MARÇAL, Emerson. *Trade rules and Exchange rate misalignments: in search for a WTO solution*. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 370-395, jul-set/2014;

VALLS, Lia. *Abertura comercial e tarifas de importação no Brasil*. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro, p. 70-75, agosto de 2010. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/download/23525/22832>. Acesso em: 01/04/2014;

WILLIAMSON, John. *A economia aberta e a economia mundial*. 1.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988;

WTO. *Comércio exterior sobre PIB*. Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFHome.aspx?Language=E> . Acesso em: 01/12/2014.

Artigo recebido em outubro de 2015 e aceito em novembro de 2015.

COMPETITIVIDADE DAS EXPORTAÇÕES AUSTRALIANAS E BRASILEIRAS DE MINÉRIO DE FERRO PARA A CHINA (1999-2014)

Alison Geovani Schwingel Franck¹⁸

Daniel Arruda Coronel¹⁹

Mygre Lopes da Silva²⁰

Rodrigo Abbade da Silva²¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar a competitividade do mercado exportador australiano e brasileiro de minério de ferro para a China, através de indicadores de comércio internacional como o Coeficiente de Dependência das Importações (CDI) e o Índice de Orientação Regional (IOR). Para isso, foram utilizados dados da *United Nations Commodity Trade Statistics Database* - UNCOMTRADE, para o período de 1999 a 2014. O Índice de Orientação Regional (IOR) aponta que as exportações australianas são mais orientadas à China do que as exportações brasileiras. Além disso, as importações chinesas de minério de ferro apresentam maior dependência do mercado australiano do que do mercado brasileiro. A forte relação entre China e Austrália neste comércio pode estar relacionada à proximidade geográfica, bem como ao nível de agregação de valor à *commodity* pelas exportações australianas.

Palavras-Chave: Exportações; Minério de ferro; China; Indicadores de Competitividade.

COMPETITIVENESS OF AUSTRALIAN AND BRAZILIAN EXPORTS OF IRON ORE TO CHINA (1999-2014)

Abstract: The objective of this study is to analyze the competitiveness of the Australian and Brazilian export market of iron ore to China through the analysis of the international trade indicators such as the Import Dependence Coefficient (CDI) and the Regional Orientation Index (IOR). For this purpose, it was used data from the *United Nations Commodity Trade Statistics Database* - UNCOMTRADE for the period of 1999 to 2014. The Regional Orientation Index (IOR) shows that the Australian exports are more oriented to China than the Brazilian exports. Furthermore, Chinese imports of iron are more dependent on the Australian market than on the Brazilian market. The strong relationship between China and Australia in

¹⁸ Graduando de Ciências Contábeis da UFSM e bolsista de iniciação científica do CNPq. E-mail: alischfranck@hotmail.com.

¹⁹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências Administrativas e dos Programas de Pós-Graduação em Administração e em Gestão de Organizações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: daniel.coronel@uol.com.br

²⁰ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e bolsista de mestrado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) E-mail: mygrelopes@gmail.com.

²¹ Mestrando do PPGA da UFSM e bolsista de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). E-mail: abbaders@gmail.com.

this trade may be related to their geographical proximity as well as to the level of added value to the commodity by the Australian exports.

Keywords: Exports; Iron ore; China; Indicators of competitiveness.

1. INTRODUÇÃO

A trajetória de crescimento econômico chinês começou a partir dos anos 2000. A economia da China foi impulsionada pelo processo de liberalização do sistema de formação de preços e do comércio exterior, pela criação de Zonas Econômicas Especiais, bem como pela existência de um grande contingente de mão de obra rural que se deslocou para as cidades, possibilitando salários baixos, preços baixos e competitividade para a economia chinesa (NONNENBERG, 2010).

O crescimento econômico chinês acarretou um crescimento do setor industrial, maior taxa de urbanização, bem como melhorias nas condições de infraestrutura do país, as quais demandam uma crescente quantidade de minério de ferro (CABRAL JÚNIOR *et al.*, 2008). Por outro lado, Austrália e Brasil são os dois principais exportadores do minério de ferro para o mercado chinês, sendo que aproximadamente 69,04% e 18,37% das importações chinesas, em 2014, tiveram origem em ambos os países (UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE- UNCOMTRADE, 2014).

É em meio a esse contexto que se delinea como objetivo deste trabalho verificar o comportamento das exportações de minério de ferro dos dois principais exportadores para a China, a saber, Austrália e Brasil, entre 1999 a 2014.

Desta forma, torna-se relevante a mensuração do comércio de minério de ferro, bem como sua oscilação. Seguindo esta temática, pergunta-se: Qual é a dinâmica das exportações australianas e brasileiras de minério de ferro para a China? E qual a dependência das importações brasileiras e australianas de minério de ferro para o mercado chinês?

Assim, busca-se contribuir com o debate acadêmico na validação das teorias de vertente clássica e neoclássica nas economias em desenvolvimento em função dos padrões de especialização do comércio internacional. A pesquisa permitirá a melhor compreensão dos fatores inerentes à competitividade das exportações australianas e brasileiras de minério de ferro, o que contribui para a formulação de políticas econômicas visando a uma maior competitividade e inserção internacional.

É importante ressaltar que ainda são incipientes estudos que tratam do setor exportador de minério de ferro, em relação ao principal mercado demandante, a China, o que traz o aspecto de inovação deste trabalho.

O artigo está estruturado em cinco seções, além desta sucinta introdução. Na segunda seção, é apresentado o referencial teórico; na terceira, apresentam-se os aspectos metodológicos; na quarta, os resultados são analisados e discutidos e, por fim, na quinta, são delineadas as principais conclusões da temática explorada.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O livre comércio foi justificado pelos economistas clássicos, Adam Smith (1983) e David Ricardo (1982), com os respectivos conceitos de vantagens absolutas e comparativas. Em 1776, Adam Smith publicou *A Riqueza das Nações: investigação sobre a natureza e suas causas*, onde formulou, com base na divisão do trabalho, a teoria que ficou conhecida como Vantagens Absolutas, tendo como pressuposto básico que, se duas nações aceitassem comercializar entre si, ambas poderiam ganhar.

O princípio das Vantagens Absolutas postula que as nações deveriam especializar-se na produção da *commodity* a qual produzissem com maior vantagem absoluta e trocar parte de sua produção pela *commodity* que produzissem com desvantagem absoluta (SALVATORE, 2000).

Contudo, havia uma grande limitação, visto que, se uma nação não apresentasse nenhuma vantagem absoluta, não poderia participar do comércio. Os preços dos produtos eram determinados pelo custo da mão de obra empregada (trabalho), desconsiderando os custos como matéria-prima (natureza), investimentos e *know-how* (capital). O principal objetivo de Smith ao propor a livre troca era a abertura dos mercados internacionais para os produtos industriais ingleses, bem como desenvolver o comércio entre países, o qual levaria à acumulação de capital, e, como consequência, ao desenvolvimento econômico (MAIA, 2001).

Nos Princípios de Economia Política, em 1817, David Ricardo realizou avanços na teoria de Adam Smith ao expor a Lei das Vantagens Comparativas. Conforme esta, mesmo que uma nação possua desvantagem absoluta na produção de ambas as *commodities*, ainda assim haveria uma possibilidade de comércio, desde que a nação se especializasse na produção de sua *commodity* de menor desvantagem absoluta. As vantagens comparativas

implicam a especialização da produção dos bens em que apresenta o menor custo relativo, na comparação de dois bens.

A Teoria Clássica do Comércio Internacional não é suficiente para explicar o atual funcionamento do comércio internacional. Para os pressupostos clássicos serem válidos, o comércio internacional deveria observar as seguintes condições: concorrência perfeita nos mercados de bens e fatores; livre comércio, dentre outros (FERRARI FILHO, 1996).

Com o sentido de preencher as lacunas da Teoria do Comércio Internacional, a Teoria Neoclássica do Comércio Internacional resultou no modelo de Heckscher-Ohlin. As limitações da Teoria das Vantagens Comparativas resultaram no modelo neoclássico de Heckscher-Ohlin. A introdução de outros fatores de produção permitiu compreender a vantagem comparativa como a produção do bem em que seja intensivo no fator de produção abundante em determinado país. Esse teorema explica as vantagens comparativas através da dotação de fatores e, portanto, a utilização do fator de produção mais abundante sugere que seu custo é menor, resultando em mercadorias com preços mais baixos (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

De acordo com Salvatore (2000), o modelo consiste no comércio em que cada nação exportará a *commodity* intensiva em seu fator abundante de produção e importará a *commodity* que exija a utilização do seu fator escasso e maior custo de produção. Logo, a utilização do fator de produção mais abundante sugere que seu custo é menor, resultando em mercadorias com preços mais baixos e uma produção mais eficiente.

Cabe destacar que a troca de produtos intensivos em diferentes fatores produtivos pode substituir a mobilidade internacional destes fatores. Contudo, a liberalização comercial prejudica determinado país que possua um fator produtivo relativamente escasso (CAVES; FRANKEL; JONES, 2001).

A inadequação das teorias anteriores do comércio internacional para explicar o mercado atual resulta do fato de considerarem a ausência de economias de escala, as tecnologias constantes, a imobilidade dos fatores e a concorrência perfeita entre os agentes (SALVATORE, 2000). A teoria da vantagem competitiva de Michael Porter traz um conceito mais condizente com a realidade moderna.

A vantagem competitiva baseia-se na produtividade, por meio de economias de escala, diferenciação de produto, mudanças tecnológicas. Desta forma, o comércio internacional permite o aumento de produtividade e elimina a necessidade da produção de todos os bens e serviços dentro de um país. “A questão mais importante é como as empresas e países

melhoram a qualidade dos fatores, aumentam a produtividade com que são utilizados e criam novos” (PORTER, 1993, p. 22).

A teoria de Porter baseia-se em estudos empíricos em nações já industrializadas, respalda-se nos países desenvolvidos, os quais necessitam cada vez mais de aprimoramento do produto, e o aspecto qualitativo, e não quantitativo, é o mais importante (PORTER, 1993).

As teorias anteriormente apresentadas têm como pressuposto o livre comércio entre as nações. Porém, nem sempre o fluxo de mercadorias é garantido sem obstáculos. As barreiras comerciais são os principais empecilhos ao *laissez-faire*, as quais são aplicadas com o intuito de proteger suas economias nacionais. Existem diversas formas de protecionismo, sendo uma delas a tarifa, um imposto cobrado quando um bem é importado (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

As tarifas eram a forma mais utilizada para um país proteger a economia e seus efeitos eram distintos, pois os produtores se beneficiavam, contudo, os consumidores eram prejudicados, visto que pagavam um preço mais elevado pelas mercadorias (BRUM, HECK, 2005). As tarifas podem ser de três tipos: *ad valorem*, específicas e compostas. De acordo com Salvatore (2000), as tarifas *ad valorem* são expressas como uma porcentagem fixa do valor da *commodity* comercializada. As tarifas específicas são expressas com uma quantia fixa por unidade física da *commodity* comercializada. Já a tarifa composta é uma combinação das tarifas *ad valorem* e específica.

As tarifas diminuíram nos últimos tempos porque os governos preferem proteger suas indústrias por meio de barreiras não tarifárias, como forma de evitar sanções e discussões na Organização Mundial do Comércio (KRUGMAN, OBSTFELD, 2005). A proteção com base nas barreiras não tarifárias passou a se chamar de o “novo protecionismo”, em contraste com o velho protecionismo, que se baseava nas tarifas alfandegárias (WILLIANSO, MILNER, 1991).

As cotas, as restrições voluntárias às exportações, os subsídios às exportações e as novas barreiras comerciais, que são técnicas, ecológicas, burocráticas e sanitárias, são as principais barreiras não tarifárias utilizadas pelos países (AZÚA, 1986; MAIA, 2001). A cota é uma restrição quantitativa que limita as importações de determinadas *commodities*. Define-se restrição voluntária às exportações como um pedido do país importador ao país exportador, no sentido de reduzir a quantidade de mercadorias exportadas, a fim de evitar maiores sanções no âmbito macroeconômico internacional (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

Os subsídios às exportações são pagamentos diretos, concessão de isenção fiscal, empréstimos subsidiados aos exportadores da nação. Os subsídios também podem ocorrer na forma de empréstimos a juros baixos concedidos a compradores estrangeiros de maneira a estimular as exportações do país (SALVATORE, 2000).

As barreiras técnicas são mecanismos que as nações utilizam para proteger seu mercado, ou seja, a nação só importará determinados produtos se seguirem certos padrões. As barreiras ecológicas têm como pretexto proteger a natureza. Entende-se por barreiras sanitárias a proibição da importação de determinadas mercadorias por considerar-se que esses produtos podem causar problemas à saúde da população (MAIA, 2001). Em suma, estas barreiras podem ser vistas como uma forma de as nações protegerem seus mercados através de normas de padronização, para a manutenção da segurança nacional, para a prevenção de práticas desleais, proteção da saúde humana, animal, vegetal e do meio ambiente (THORSTENSEN et al., 2012).

Além disso, podem-se citar outras medidas que afetam a livre concorrência entre os países no comércio internacional, como o *dumping* e os acordos sobre salvaguardas. Pode-se definir a ocorrência de *dumping* quando um produto é introduzido no mercado de outro país por um valor inferior ao seu valor normal, ou seja, se o preço de exportação do produto exportado de um país para outro for inferior ao preço comparável ao produto similar quando destinado para consumo no país exportador. Salvaguardas são medidas temporárias que visam aumentar a proteção de uma indústria doméstica que esteja sofrendo prejuízo ou ameaça de prejuízo devido ao aumento de importações de produtos do mesmo mercado em que esta indústria atua (DIAZ et al., 2005).

Isto posto, a pesquisa aborda a competitividade australiana e brasileira na exportação de minério de ferro, seja pelo menor custo produtivo em relação ao tempo de trabalho, como aborda a teoria clássica, seja pela abundância do fator produtivo, de recursos naturais, ou pela presença de depósitos minerais, os quais são utilizados mais intensamente na produção dos bens em questão.

Desta forma, para mensurar a competitividade da Austrália e do Brasil na exportação desta *commodity* no mercado chinês, utilizar-se-á o Índice de Orientação Regional. Para compreender a dependência da China por estas importações, aplicar-se-á o Coeficiente de Dependência das exportações. Estes indicadores de comércio internacional serão discutidos na seção a seguir.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada baseia-se no cálculo de indicadores de competitividade aplicados ao comércio internacional, tais como o Índice de Orientação Regional (IOR) e o Coeficiente de Dependência das Importações (CDI).

Primeiramente abordado por Yeats (1997), o Índice de Orientação Regional verificou a existência de criação ou destruição de comércio nos países membros do Mercado Comum do Sul (Mercosul), ou seja, uma alteração nos padrões do comércio. O índice mostra a tendência a exportar uma determinada *commodity* a um país ou bloco comercial. O autor Yeats (1997, p. 11) aponta alguns pontos que devem ser considerados para o cálculo desse índice:

- a) Caso o estudo se refira a somente um período, o índice fornece uma visão limitada do comércio entre os países. Mas, caso seja utilizado para mais períodos, pode mostrar possíveis mudanças na orientação regional do comércio em análise, até mesmo por permitir a comparação entre os períodos;
- b) o índice é determinado por vários fatores os quais podem orientar o comércio a uma determinada região ou não, sejam eles vantagens comparativas, custos de transporte ou barreiras ao comércio. A curto e médio prazos, ele será mais sensível às barreiras comerciais do que aos fatores anteriormente citados (conforme o caso do Mercosul). O IOR pode ser expresso da seguinte forma:

$$IOR = (X_{YC}/X_C) / (X_{YE}/X_E) \quad (1)$$

onde:

X_{YC} representa as exportações do país Y para a China da *commodity* X ;

X_C representa o total das exportações do país Y para a China;

X_{YE} representa as exportações do país Y para extra-China da *commodity* X ;

X_E representa o total das exportações do país Y para extra-China.

O país Y é representado pela Austrália e Brasil. O Índice de Orientação Regional mostra a tendência de exportação de uma determinada *commodity* a um país ou bloco comercial. O índice possui os extremos de 0 a ∞ ($0 \leq IOR \leq \infty$), e, quanto mais próximo de 1, mostra a mesma tendência a exportar a *commodity* X para a região em questão, no caso para a

China e para extra-China. Conforme o valor cresce, é possível perceber uma maior orientação das exportações brasileiras de X para a China (LOPES et al., 2013).

O Índice de Vantagens Comparativas Reveladas (IVCR) é uma razão de proporções: seu resultado é obtido através da divisão da participação das exportações do produto x na pauta de exportações do país b , pela participação das exportações do mesmo produto x na pauta mundial de exportações (w), ou seja, seu resultado revela se um determinado país, neste caso o Brasil, possui ou não vantagens comparativas, ao comparar a participação do bem x dentro da pauta exportadora brasileira com a mundial (WAQUIL et al., 2004).

No cálculo do índice, Yeats (1997) observa que os fluxos intrarregionais (considerando os acordos nos quais o país participa) podem ser excluídos para refletir melhor a capacidade de o país competir nos mercados internacionais, sem a presença de distorções ou tratamentos preferenciais. Em geral, o índice só é calculado para produtos processados ou manufaturados, porque o comércio internacional de produtos agrícolas é bastante distorcido pela presença de subsídios à exportação e pelas barreiras comerciais, que podem tornar tendenciosa a análise.

O Coeficiente de Dependência das Importações foi inicialmente utilizado por Lobejón Herrero (2001) e representa a participação das importações do país sobre o seu produto total. O CDI é expresso pela seguinte equação:

$$CDI = M_{cxy}/PIB_c \quad (2)$$

em que:

M_{cxy} representa as importações chinesas da *commodity X* do país ;.

PIB_c representa o Produto Interno Bruto da China.

3.1 Fonte de dados

Os dados referentes às exportações foram coletados junto à base de dados da *United Nations Commodity Trade Statistics Database* (UNCOMTRADE), com código 2601 para o minério de ferro, com periodicidade anual, do período de 2000 até 2014. O Produto Interno Bruto chinês foi coletado do *World Bank*.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

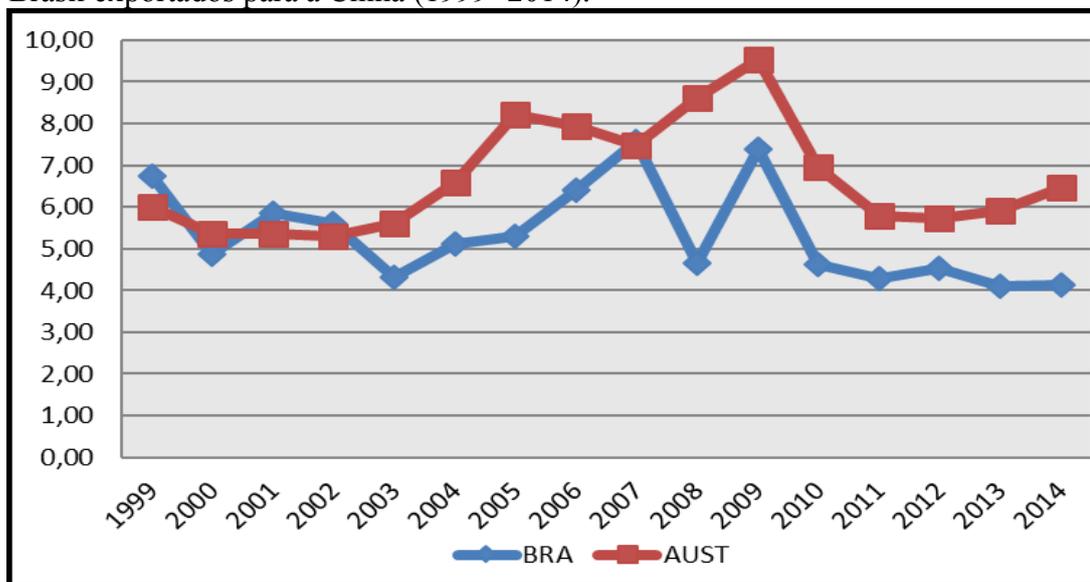
4.1 Análise do Índice de Orientação Regional

De acordo com a Figura 1, os valores calculados do IOR, das exportações de minério de ferro, foram maiores que a unidade, devido à intensificação da demanda chinesa pela *commodity*, a qual é absorvida pelo crescimento do setor industrial, do processo de urbanização e de melhorias na infraestrutura (CABRAL JÚNIOR et al., 2008).

Observa-se uma aceleração no crescimento das importações de minério de ferro dos mercados australianos e brasileiros para o chinês principalmente a partir de 2003, o que pode estar relacionado ao fato de a China ter apresentado, neste período, um forte crescimento econômico e precisava do minério para a construção de ferrovias, portos e prédios. Conforme Franco (2008), com o acelerado processo de urbanização e industrialização vivido atualmente, a China veio se tornar um grande consumidor de recursos minerais, especialmente o minério de ferro, principal insumo para a indústria siderúrgica.

Pode-se destacar, de acordo com a Figura 1, uma redução na orientação das exportações do Brasil no ano de 2008, o que pode ter sido originado da crise econômica da *Subprime*, crise do mercado hipotecário americano. Como reflexo da desaceleração da economia chinesa causada por tal crise nos EUA (não apenas crise nos EUA, já que também fora sentida nos mercados europeus), o IOR das exportações de minério de ferro diminuiu em ambos os países exportadores (Austrália e Brasil) a partir de 2010 principalmente. Silva (2014) explica que a desaceleração do crescimento da China, como no caso na redução de importações, é fruto de políticas conscientes e nada mais que o resultado padrão do processo de desenvolvimento e não se trata da anunciação de uma nova crise de todos os emergentes. Ainda segundo o autor, o crescimento global e dos EUA após se completar o ciclo de recuperação econômica deve ser menor que o patamar que prevaleceu no pré-crise, mas será financeiramente mais regulado e sustentável.

Figura 1- Índice de Orientação Regional de minério de ferro da Austrália e do Brasil exportados para a China (1999- 2014).



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do UNCOMTRADE.

Os cálculos do IOR das exportações do Brasil, quando comparados aos da Austrália, revelam que esta manteve, no período abrangido pela pesquisa, uma acentuada primazia no valor do IOR. A Austrália é a maior exportadora de minério de ferro do mundo e se mantém à frente do Brasil pelo fato de que suas mineradoras (como a Rio Tinto e a BHP Billiton) ampliam a produção em ritmo mais forte que a Vale do Rio Doce, principal mineradora brasileira. Carvalho et al. (2013) reiteram que Rio Tinto, BHP Billiton e Vale do Rio Doce detêm em torno de 50% da produção de minério de ferro do mundo, sendo que há uma terceira mineradora australiana que pode vir a se juntar a este grupo: a “Fortescue”, empresa com comportamento agressivo de mercado, que poderá ajudar a Austrália a aumentar ainda mais a sua margem competitiva em relação ao Brasil.

O IOR do Brasil apresentou-se mais acentuado apenas nos anos de 1999, 2001, 2002 e 2007 se comparado ao da Austrália. No final dos anos de 1990 e início dos anos 2000, a vantagem brasileira pode ser explicada devido ao estreitamento da parceria estratégica e do comércio bilateral entre Brasil e China. A indústria de transformação chinesa, que cresceu em um ritmo mais acelerado, a partir da segunda metade da década de 1990, passou a exigir uma demanda cada vez maior de matérias-primas, em montantes muito superiores à capacidade produtiva interna.

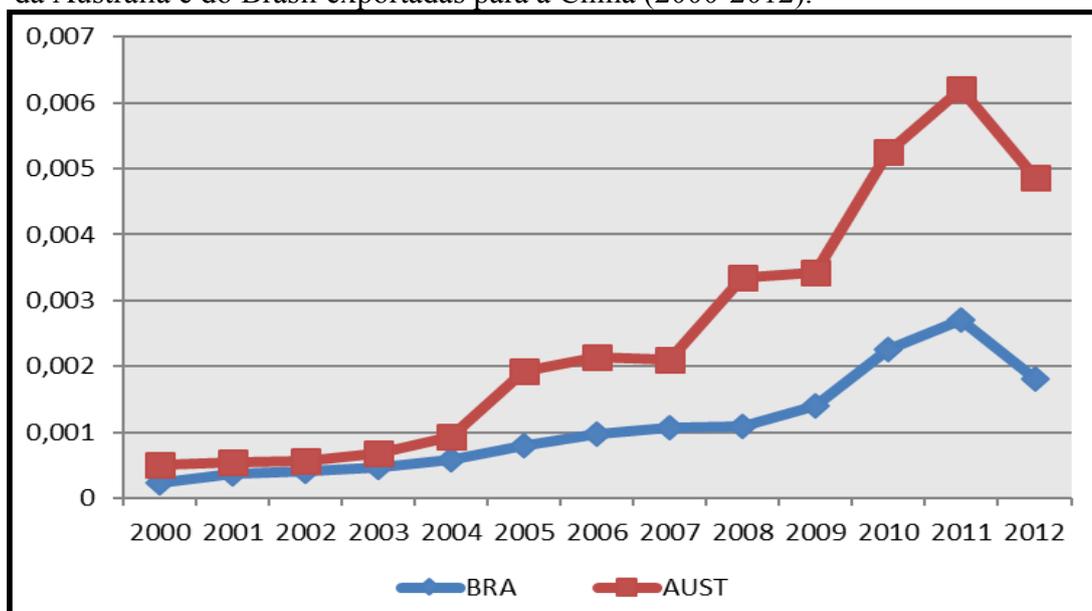
Pode-se verificar que os resultados encontrados nesta pesquisa, para o IOR das exportações brasileiras de minério de ferro para a China, corroboram com o encontrado por Pais, Gomes e Coronel (2012) e Lopes et al. (2014). O comportamento geral do índice em

todos esses países foi crescente, embora com quedas em alguns países em determinados anos, principalmente a partir de 2008, em razão da crise financeira. O comércio internacional foi afetado, e alguns países reduziram o volume de importações do mercado mundial, como no caso da China.

4.2 Análise do Coeficiente de Dependência das Importações

O cálculo do CDI indica que a economia chinesa depende da importação do minério de ferro de ambos os países, Austrália e Brasil, embora de maneira mais significativa do mercado australiano, de acordo com a Figura 2.

Figura 2 – Coeficiente de Dependência das Importações de minério de ferro da Austrália e do Brasil exportadas para a China (2000-2012).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do UNCOMTRADE e do *World Bank*²².

Para o CDI de ambos os países, observa-se que as oscilações deste coeficiente foram ao encontro das importações chinesas do produto durante quase todo o intervalo da pesquisa, pois o coeficiente obteve crescimento constante, devido à forte demanda por matérias-primas que dependia o mercado chinês. Segundo Crossetti e Fernandes (2005), a necessidade chinesa de matérias-primas, não só minério de ferro como também de soja e outros produtos primários, surgiu principalmente a partir de 1978, quando o governo chinês tentou, como meio de revitalizar a economia doméstica, uma maior abertura econômica, tornando-se um

²² Efetuou-se o cálculo do CDI de 2000 até 2012, em virtude da disponibilidade de dados.

intenso consumidor de *commodities*. Nos anos de 2011 e 2012, o valor das importações em ambos os países exportadores diminuiu, e isto refletiu-se no valor do CDI a partir de 2012.

Carcanholo et al. (2008) entendem que, apesar da pequena desaceleração de países emergentes no período pós-crise mobiliária e financeira – dentre eles, a China –, o “efeito locomotiva” ainda não permitiu que fossem vistos os efeitos de tal desaceleração, e que só serão sentidos daqui por diante, por meio do contágio comercial.

No mesmo período em que houve maior oscilação no valor do IOR, com significativas quedas nos anos de 2008 e 2010, o CDI indica crescimento na dependência das exportações australianas e brasileiras do produto para a China. Se, por um lado, a China fora afetada pela crise financeira oriunda do mercado imobiliário, por outro, as redes globalizadas de produção e comércio localizadas no país garantiam a ampliação da demanda cada vez mais importante, particularmente nos segmentos de energia, alimentos e matérias-primas. Isso explica uma maior importância do minério de ferro na economia chinesa e consequente aumento nas importações totais do bem, principalmente do Brasil. Keijer (1992) alega que o crescimento da China nas últimas décadas não é suportado pelo mercado fornecedor interno, por isto a dependência de mercados fornecedores externos, como Austrália e Brasil.

Desta forma, o comportamento dos indicadores mostra certa independência entre o coeficiente de importações chinesas de minério de ferro e a orientação do produto australiano e brasileiro à China. Verifica-se que as importações chinesas de minério de ferro são mais dependentes do mercado australiano do que do mercado brasileiro.

Na medida em que a China necessita ainda mais de importações de minério de ferro para abastecer seu mercado interno, maior é o fornecimento australiano e brasileiro deste produto ao país asiático.

Apesar da dependência chinesa pelo minério de ferro brasileiro, o Brasil tem como dificuldade para expandir suas exportações de minério de ferro a própria geografia, que acaba por conspirar contra a interiorização da sua atividade econômica e contra a integração política com outros continentes. A Austrália possui a vantagem de estar mais próxima à China, o que reduz os custos com transporte, bem como apresenta um menor custo de proteção ambiental, pois a maior parte de suas minas localiza-se em regiões desérticas (Ferreira, 2001).

O Brasil tem dificuldade para expandir suas exportações de produtos com maior valor agregado devido ao Custo-Brasil. Este pode ser entendido como um conjunto de dificuldades econômicas, burocráticas, estruturais e culturais que encarecem o investimento e o ambiente geral de negócios no Brasil. Em suma, o Custo-Brasil é formado por fatores que contribuem

para a perda de competitividade brasileira, tais como o déficit público, os elevados custos de logística, como transporte e portos, a elevada carga tributária, entre outros (CASTOR, 1999).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a competitividade das exportações australianas e brasileiras de minério de ferro para a China. Observou-se, neste estudo, que a China é um importante mercado consumidor de minério de ferro australiano e brasileiro, pois essas exportações estão orientadas ao longo do período em questão, além de representarem uma oportunidade de crescimento e desenvolvimento econômico mútuo. Contudo, observaram-se quedas na orientação regional destas exportações apenas no período de maior intensidade da crise financeira internacional.

Destaca-se que as importações chinesas de minério de ferro apresentam maior dependência do mercado australiano do que do mercado brasileiro. Em suma, observa-se maior competitividade das exportações australianas de minério de ferro para a China em detrimento das exportações brasileiras da *commodity*. A maior competitividade do minério de ferro australiano, com maior valor agregado, e a maior proximidade geográfica da China, com menores custos de transporte, podem determinar a posição de liderança da Austrália no fornecimento do produto à China.

Como limitações desta pesquisa, têm-se a falta de estudos sobre o mercado de minério de ferro para corroborar os resultados encontrados e a não inclusão de outras variáveis que afetam o comércio internacional, como taxas de câmbio, por exemplo.

A partir deste trabalho, vários outros aspectos podem ser analisados tais como estudos mais avançados sobre a identificação de fatores relacionados à competitividade do minério de ferro, bem como simulações de cenários, através de modelos de Equilíbrio Geral Computável e de Alocação Espacial, os quais apontem os ganhos que o país poderá ter na perspectiva de quedas das barreiras tarifárias e não tarifárias que os principais mercados importadores impõem, bem como estimações, considerando os custos de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZÚA, D. E. R. **O neoprotecionismo e o comércio exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 1986.

BRUM, A. L.; HECK, C.R. **Economia internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: Unijuí, 2005.

CABRAL JUNIOR, M.; SUSLICK, S. B.; OBATA, O. R.; SINTONI, A. A mineração no Estado de São Paulo: situação atual, perspectivas e desafios para o aproveitamento dos recursos minerais. **Geociências**, v. 27, p. 171-192, 2008.

CARCANHOLO, M. D.; PINTO, E. C.; FILGUEIRAS, L.; GONCALVES, R. . **Crise Financeira Internacional - natureza e impacto**. In: WANSETTO, R.; QUINTELA, S. (Org.). Ilegitimidade da Dívida Pública: quem deve a quem? Alternativas desde o Sul. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

CARVALHO, P. S. L.; SILVA, M. M.; RAMALHO, M. A.; MOSZKOWICZ, R. J. Minério de ferro. **BNDES Setorial**, n. 39, p. 197-234, 2013.

CASTOR, B. V. J. Custo Brasil: muito além dos suspeitos habituais. **Revista da FAE**, Curitiba, v.2, n.2, mai./ago., 1999, p.1-6.

CAVES, R. E.; FRANKEL, J. A.; JONES, R. W. **Economia Internacional: comércio e transações globais**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 598.

COSTA, D.; ANDRADE, R. Os determinantes do custo Brasil. **PET-Economia: Reunião de Conjuntura**, Unb, 2011. Disponível em: <https://petecounb.files.wordpress.com/2011/10/custobrasil_beamer.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CROSSETTI, P. D. A.; FERNANDES, P. D. Para onde vai à China? O impacto do crescimento chinês na siderurgia brasileira. **BNDES Setorial**, v. 22, p.151-204. 2005. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/2658/1/BS%2022%20Para%20onde%20vai%20a%20China_P.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2015.

FERRARI FILHO, F. Economia Internacional. In: SOUZA, N. J. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 1997.

FERREIRA, G. E. **A competitividade da mineração de ferro no Brasil**. Rio de Janeiro. Cetem/MCT, 2001.

FRANCO, P. C. A. M. **Modelo Estrutural de Previsão de Preço e Volume de Negociação de Minério de Ferro**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) – Fundação Getúlio Vargas. Orientador: Pedro Cavalcanti Gomes Ferreira Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/7835>> Acesso em: 21 jun. 2015.

KEIJER, A. J. **China: estratégias para um mercado emergente**. Lisboa: Difusão Cultural do Livro, 1992.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia Internacional**. 6. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005, 558 p.

LOBEJÓN HERRERO. **El Comercio Internacional**. Madrid, AKAL, 2001.

LOPES, M. M.; SILVA, R. A.; CORONEL, D. A.; VIEIRA, K. M.; FREITAS, C. A. Análise da competitividade das exportações agrícolas brasileiras para a China: uma análise do complexo soja e fumo. **Revista UNIABEU**, v. 6, n. 13, p. 189-208, 2013.

MAIA, J. M. **Economia internacional e comércio exterior**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NONNENBERG, M. J. B. *China: estabilidade e crescimento econômico*. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 201-218, abr./jun. 2010.

PAIS, P. S. M.; GOMES, M. F. M.; CORONEL, D. A. Análise da competitividade das exportações brasileiras de minério de ferro, de 2000 a 2008. **Revista Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 13, n. 4, ago. 2012.

PORTER, M. *A vantagem competitiva das nações*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993.

PRATES, D. M.; CUNHA, A. M. O Efeito-Contágio da Crise Financeira Global nos Países Emergentes. In: Encontro Nacional de Economia Política, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, PUC-SP, 2009.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SALVATORE, D. **Economia Internacional**. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos (LTC), 2000.

SILVA, L. A. P. Os novos contornos da economia global no pós-crise e suas implicações para a agenda de crescimento do Brasil. In: **CCFB-CÂMARA DE COMÉRCIO FRANÇA-BRASIL**, 2014, São Paulo. Palestra. São Paulo: 2014. p. 1 - 14. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Palestra na CCFB-Câmara de Comercio Franca-Brasil em São Paulo.pdf](https://www.bcb.gov.br/pec/apron/apres/Palestra%20na%20CCFB-C%C3%A2mara%20de%20Com%C3%A9rcio%20Franca-Brasil%20em%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf)>. Acesso em: 21 jun. 2015.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983, v. I.

THORSTENSEN, V.; CASTELAN, D. R.; RAMOS, D.; MÜLLER, C. Barreiras técnicas sanitárias e fitossanitárias. In: THORSTENSEN, V.; OLIVEIRA, I. T. M. (Orgs). **Os BRICS na OMC**: políticas comerciais comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Brasília: IPEA, 2012, p. 123-138.

DIAZ, J. S.; CAETANO, A. T.; TOGNATO, M. G.; BARROS, M. C. M.; ANDRADE, M. C.; SANCHEZ, M. R.; BRÍGIDO, R. S.; SUCHODOLSKI, S. G.; CRUZ, T. L. Antidumping e Salvaguardas. In: THORSTENSEN, V.; JANK, M. S. (Orgs). **O Brasil e os grandes temas do Comércio Internacional**. São Paulo: Lex Editora; Aduaneiras, 2005, p. 155-185.

UNITED NATIONS COMMODITY TRADE STATISTICS DATABASE- UNCOMTRADE.
Express Selection. Disponível em: <<http://comtrade.un.org/db/>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

WAQUIL, P. D.; ALVIM, A. M.; SILVA, L. X.; TRAPP, G. P. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional das exportações agrícolas brasileiras para a União Europeia. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, MG, v. 2, n.2, p. 137-160, 2004.

WORLD BANK. **World DataBank.** Disponível em:
<<http://databank.worldbank.org/data/views/reports/tableview.aspx?isshared=true>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

YEATS, A. **Does Mercosur's trade performance raise concerns about the effects of regional trade arrangements?** Policy, Planning and Research: working paper n. 1729. Washington: World Bank, fev. 1997.

Artigo recebido em outubro de 2015 e aceito em novembro de 2015.

PADRÕES DE CONCENTRAÇÃO DA PAUTA EXPORTADORA DE SANTA CATARINA, 1998-2012

Graciella Martignago²³

Fernanda Steiner Perin²⁴

Thomas Henrique Schreurs Pires²⁵

Resumo: A maior abertura comercial e a maior integração à economia internacional são identificadas como benefícios para o tecido industrial das regiões. O Brasil ainda é uma economia fechada com baixo grau de inserção internacional, e para a superação desta fragilidade, faz-se necessário analisar o desempenho dos produtos brasileiros e dos mercados envolvidos no comércio internacional. Com o objetivo de contribuir com esta temática, este estudo tem como objetivo analisar a concentração da pauta exportadora do estado de Santa Catarina, região de importância histórica para a inserção de produtos manufaturados no Brasil. Para tanto, foi coletado os dados referentes à pauta exportadora catarinense para o período de 1998 a 2012. A análise se baseou, em um primeiro momento, na observação dos valores dos bens exportados e dos países de destinos por subperíodos de cinco anos. Ademais, também foram realizados estudos estatísticos e econométricos que objetivavam averiguar a concentração das exportações catarinenses. Notou-se que as exportações catarinenses seguem uma distribuição em cauda longa, a qual indica que a maior parte do valor exportado está concentrada em um pequeno estrato de produtos. Constatou-se também que, ao longo dos subperíodos observados, ocorreu um aumento da concentração de produtos exportados pelo Estado e uma menor concentração dos mercados de destino. Estes revelam mudança significativa de participação, com maior relevância para os países asiáticos, enquanto a América do Sul, Estados Unidos e Europa perdem participação no total exportado pelo Estado. Os resultados corroboram os estudos que verificam a existência de concentração nas exportações de países e regiões, mas revela uma concentração menor do que a indicada por Easterly et al (2009) ou Magalhães e Toscano (2012).

Palavras-chave: pauta exportadora; concentração; Santa Catarina.

STANDARDS OF SANTA CATARINA'S EXPORTS CONCENTRATION (1998 - 2012)

Abstract: One large trade openness and a greater integration into the international economy are identified as benefits to the regional industrial plant. Brazil is still a closed economy with low degree of international integration, to overcome this weakness, it is necessary to analyze the performance of Brazilian products and markets involved in international trade. In order to contribute to this theme, this study aims to analyze the concentration of the Brazilian exports

²³ Professora doutora da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL. E-mail: graciella.martignago@unisul.br.

²⁴ Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: fernanda.steinerperin@gmail.com.

²⁵ Mestre em Economia pela UFSC. E-mail: thspfc@gmail.com.

from the state of Santa Catarina and the historical importance of the region for the insertion of manufactured goods in Brazil. To do this, this study collected data about the Santa Catarina's exports basket for the period 1998 to 2012. The analysis was based, at first, observance of the values of exported goods and destinations of countries by sub-periods of five years. Moreover, it was also conducted statistical and econometric studies that aimed to determine the concentration of Santa Catarina's exports. It was noted that Santa Catarina's exports follow a long tail distribution, which indicates that most of the exported value is concentrated in a small layer of products. It was also found that, over the observed sub-periods, an increase of the concentration of products exported by the state and a lower concentration of destination markets. These reveal significant change in holdings with greater relevance to Asian countries, while South America, the United States and Europe lose share in the total exported by the state. The results corroborate the studies that verify the existence of concentration in exports of countries and regions, but it shows a lower concentration than indicated by Easterly et al (2009) or Magellan and Toscano (2012).

Keywords: Santa Catarina exports profile; Export concentration; Santa Catarina.

1. INTRODUÇÃO

As reformas estruturais dos anos 1990 enfatizaram a necessidade de maior abertura comercial e maior integração à economia internacional para promover a concorrência entre as indústrias domésticas e estimular ganhos de produtividade (OLIVEIRA, 2011). Formou-se um consenso de que, do ponto de vista microeconômico, a atividade exportadora traz benefícios para o tecido industrial como um todo. O contato com melhores práticas e a competição mais intensa deveria fomentar o aprendizado e o crescimento da produtividade das firmas e países. Em nível internacional este consenso se expressou nas diretrizes e relatórios de organismos multilaterais, como o Banco Mundial, e na criação de agências de promoção às exportações em diversos países (KANNEBLEY JR et al, 2009).

Apesar da industrialização e do relativo sucesso exportador, o comércio exterior brasileiro ainda caracteriza-se pela baixa participação no comércio mundial e por problemas de competitividade doméstica e internacional (OLIVEIRA, 2011; KANNEBLEY JR et al, 2009). Entre 1990 e 2008, a China multiplicou sua presença enquanto exportadora por quase cinco vezes (e 4,6 vezes suas importações). No caso do Brasil, a variação (marginal) foi mais expressiva na sua participação nas importações (1,3 vezes) que nas exportações (1,1 vez), refletindo os processos de abertura multilateral e de preferências regionais que tiveram lugar nesse período.

Segundo estudos desenvolvidos para análise da economia brasileira (PICCININI, PUGA, 2001; PUGA, 2008; PEREIRA, 2010; PEREIRA, MACIEL 2010; APEX, 2011), o

Brasil possui uma pauta de exportações extremamente concentrada em um reduzido número de produtos e empresas, o que pode vir a revelar um padrão de fragilidade no contexto internacional, especialmente devido às oscilações apresentadas nos preços.

A necessidade de implementar uma política de promoção de exportação no Brasil é praticamente um consenso e não pode prescindir da busca pelo aumento da diversificação de mercados de destino das vendas externas do país. O aumento da diversificação não só possibilitaria a redução da volatilidade das exportações, como é uma política de resultados de curto prazo. Não obstante, para que a política de promoção de exportação tenha sucesso, a escolha dos setores ou produtos alvos precisa ser feita de maneira criteriosa (Fonseca, 2002).

Diversos estudos têm sido desenvolvidos com o objetivo de analisar a concentração da pauta exportadora (PICCININI, PUGA, 2001; PUGA, 2008; PEREIRA, 2010; PEREIRA, MACIEL 2010; BAUMANN et al, 2010), mas poucos trabalham com os dados em nível regional (APEX, 2011; MAGALHÃES, TOSCANO, 2012).

Historicamente, o estado de Santa Catarina tem relevante importância para o comércio exterior brasileiro, sobretudo se considerados os produtos industrializados. Entretanto, a inserção catarinense no comércio internacional tem apresentado alterações, sobretudo nos últimos três anos, quando o saldo da sua balança comercial passou de superavitária para deficitária. Como objetivo de contribuir para a análise desta problemática, propõe-se neste trabalho verificar o comportamento das exportações catarinenses no período de 1998 a 2012, com ênfase na dinâmica das exportações por produto e por mercado de destino. O objetivo central deste estudo será de identificar o padrão de concentração na pauta de exportações do estado de Santa Catarina.

Ao analisar o comportamento da balança comercial catarinense no período de 1998 a 2012, mostrar-se-á a evolução da balança comercial no período, as relações econômicas de Santa Catarina com os principais parceiros comerciais com ênfase na apreciação dos fluxos de comércio entre eles e o desempenho de produtos selecionados.

O trabalho está dividido em cinco partes além dessa introdução, a segunda seção apresenta uma revisão de referências relacionadas ao tema. Na terceira seção são descritas as bases de dados utilizadas. A quarta seção expõe os principais resultados obtidos e, por fim, a quinta seção propõe linhas de pesquisa futuras.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura sobre comércio internacional compreende diversos indicadores (UNCTAD, 2008). Segundo Mikic e Gilbert (2007), um indicador de comércio é “um índice ou uma razão que pode ser utilizada para descrever e mensurar o estado dos fluxos e dos padrões de comércio de um determinado país ou países e que pode ser utilizado para monitorar esses fluxos e padrões ao longo do tempo e entre países” (MIKIC, GILBERT, 2007, p.18).

Como indicador da importância relativa dos fluxos de comércio tem-se o Indicador de Predisposição a Exportar (PE). Este indicador indica o quanto do PIB é exportado, em termos percentuais:

$$PE = \frac{X}{PIB} * 100, \quad 0 < PE < 100\%$$

Em que,

X = exportações totais do país em questão;

PIB = Produto Interno Bruto do país em questão.

Para a análise do grau de concentração das exportações e importações tem-se diversos indicadores. Dentre estes, destaca-se o Índice de Herfindhal-Hirschman (IHH). O Índice de Herfindhal-Hirschman é um índice utilizado para medir a concentração da pauta exportadora ou importadora de um determinado país. Hirschman (1964) desenvolveu este índice e o utilizou em seu livro, “*National Power and the Structure of Foreign Trade*”. Posteriormente, Herfindhal o reutilizou para medir a concentração industrial em um determinado país, finalidade para a qual o IHH ainda é muito usado (Baumann et al, 2010). O índice HHI é a medida de concentração mais utilizada na literatura:

$$IHH1 = \sum \left(\frac{x_i}{X} \right)^2, \quad \frac{1}{n} < IHH1 < 1$$

Em que,

$\frac{x_i}{X}$ = participação das exportações (importações) do produto *i* nas exportações (importações) totais do país;

n = número de produtos

Ao se elevar ao quadrado cada proporção dá-se um peso maior aos produtos mais exportados ou importados. O limite superior igual a um indica o caso extremo em que o país

exporta um produto, enquanto o limite inferior de $\frac{1}{n}$ indica o outro caso extremo em que cada produto é exportado igualmente pelo país, isto é: $\frac{x_i}{X} = \frac{1}{n}$ para todo i . Portanto, $\frac{1}{n} < \text{IHH1} < 1$. Quanto mais próximo da unidade, maior o grau de concentração (BAUMANN et al, 2010). Diversas outras formulações do índice HHI foram propostas na literatura (BARBOSA, et al, 2005).

Para análise do comércio internacional utiliza-se, também, a Taxa de Crescimento Relativo dos Produtos Exportados e Importados (G_i). A taxa de crescimento relativo dos produtos importados e exportados indica o quanto as exportações (importações) de um determinado produto ou de um determinado setor cresceram ao longo do período considerado, expresso em termos percentuais. Segundo Mikic e Gilbert (2007), a fórmula deste indicador é:

$$G_i = \left[\left(\frac{x_{i2}}{x_{i1}} \right)^{\frac{1}{n}} - 1 \right] * 100, \quad -100\% < G_i < +\infty$$

Em que, x_{i2} = Exportações (importações) do produto i no período final;

x_{i1} = Exportações (importações) do produto i no período inicial;

n = no de períodos, sem contar o período inicial;

i = produto.

A taxa de crescimento relativa varia entre -100% (caso em que o comércio entre dois períodos de tempo cessa) até $+\infty$. O índice igual a zero indica que o valor comercializado permaneceu constante ao longo do tempo. De acordo com Baumann et al (2010), uma limitação deste indicador é que as taxas de crescimento avaliadas em valores nominais podem estar distorcidas devido a variações das taxas de câmbio.

Tem-se, também, para análise do grau de concentração das exportações, o indicador da Principal Categoria Exportadora (PCE). Este indicador consiste no cálculo da percentagem que cada setor possui na pauta exportadora. Se algum setor possuir uma participação maior do que 50%, a economia é demasiadamente dependente deste setor. Assim, segundo Mikic e Gilbert (2007), o indicador para cada setor em cada período de tempo é calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{PCE} = \frac{x_i}{X} * 100, \quad 0\% < \text{PCE} < 100\%$$

Em que,

x_i = exportações do produto i pelo país em questão;

X = exportações totais pelo país em questão.

Este índice varia entre 0% a 100%; quanto maior a porcentagem, maior a importância deste setor no comércio internacional do país. Este índice sofre de viés de agregação: quanto maior a desagregação dos dados, menor o índice.

Para análise dos mercados, mede-se a Participação Comercial (PC) de cada mercado. Este indicador mostra o quão importante é um parceiro comercial específico em termos do total de exportações (importações) do país em questão. Países que possuem uma participação relativa elevada nas exportações (importações) podem ser indicados como parceiros “naturais” deste país. Este indicador é calculado pela seguinte fórmula:

$$PC_X = \frac{x_j}{X} * 100, \quad 0 < PC_X < 100\%$$

Em que,

X_j = exportações para o país j ;

X = exportações totais.

Este índice assume valores entre 0% a 100%, com valores mais elevados indicando uma maior importância do país destinatário das exportações ou país originário das importações.

Easterly et al (2009), inspirados pelas conclusões de Hausmann e Rodrik (2006), que apresentaram o fenômeno da hiper-especialização, desenvolveram um estudo a partir de dados de 151 países e demonstraram a ocorrência de alto grau de concentração na pauta de exportação dos países analisados. Um número reduzido de bens exportados é responsável pela maioria das exportações e são denominados pelos autores como *big hits*. Os valores exportados seguiram uma distribuição em cauda longa. Outros estudos citados por Easterly et al (2009), como Bernard, Jensen, Redding, e Schott (2007) e Eaton, Eslava, Kugler, and Tybout (2007), demonstraram elevado grau de concentração nas exportações dos Estados Unidos e Colômbia, respectivamente.

Em nível regional, Magalhães e Toscano (2012) analisaram a pauta exportadora do Espírito Santo. Os autores constaram que metade dos produtos exportados é de produtos básicos, sobretudo minério de ferro, aço e celulose, e desenvolveram testes estatísticos e econométricos com o objetivo de verificar a concentração da pauta exportadora. Ao analisar os histogramas de produtos exportados e destinos de exportação, encontram uma distribuição em cauda longa, que indica concentração, dado que poucos elementos respondem pela maioria da distribuição. No caso do Espírito Santo, os autores encontraram que 9 produtos respondem por 86,9% da pauta de exportações no período de 1996 a 2010; sendo que apenas um bem (minério de ferro) responde por 40% da pauta total de exportação.

3. BASE DE DADOS

Os dados usados nesse trabalho compreendem os valores exportados e importados pelo Estado de Santa Catarina no período de 1998 a 2012. Tal período amostral foi escolhido com base no critério da disponibilidade dos dados, como também, pela possibilidade de utilizar subperíodos específicos para a análise – quinquênios de 1998 a 2002, 2003 a 2007 e 2008 a 2012. Os dados observados equivalem aos fluxos de exportação catarinense abrangendo todos os bens transacionados no período de 15 anos, o que correspondem a 4.633 itens. Para tanto, a fonte primária de dados é da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Para consulta aos dados do Sistema Alice foi utilizado o nível máximo de desagregação (oito dígitos) de acordo com a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). No tocante às observações referentes aos destinos das exportações, também foram considerados todas as economias envolvidas no período de 15 anos, o que representam 214 países.

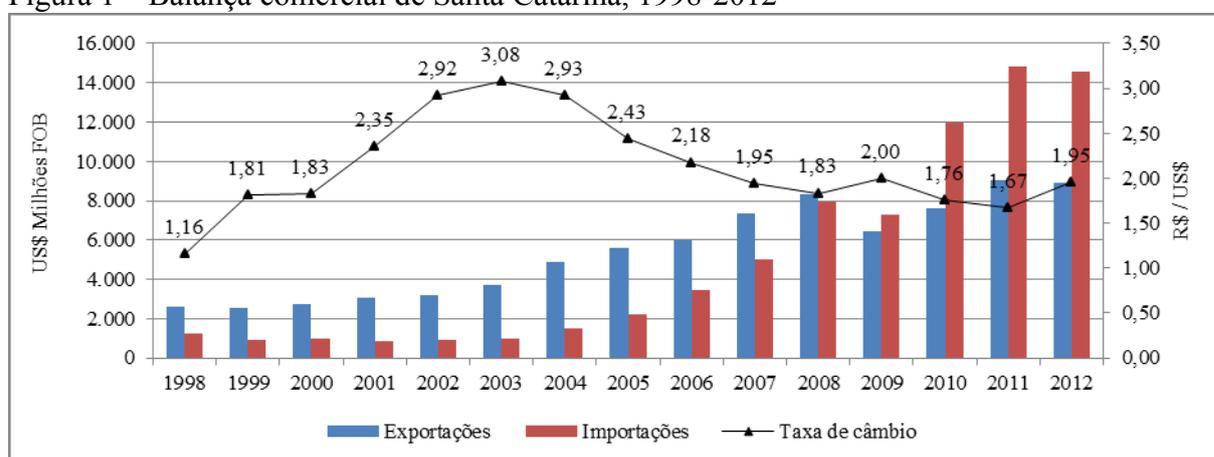
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em 2010, o PIB de Santa Catarina foi de R\$ 152.482 milhões, o que correspondeu a 4,0% do total do PIB brasileiro. Em média, o PIB catarinense manteve esse crescimento entre os anos de 2002 a 2010, de tal forma que ficou na 7ª colocação no *ranking* dos Estados que mais contribuíram para o PIB brasileiro. De acordo com o Sistema de Contas Regionais do IBGE (2013), a indústria de transformação catarinense contribuiu com 5,6% do valor adicionado bruto brasileiro.

Considerado o indicador de predisposição a exportar (PE), tem-se para os dados de 2010 que o indicador do estado é de 4,97. Baumann et al (2010) mostraram que a predisposição brasileira para exportar em 1990 era de 6,7 e cresceu para 12,1 em 2008. Portanto, a predisposição do estado para exportar é menor que o indicador brasileiro. Se confrontado com os dados internacionais tem-se que: em 1990, a predisposição da China para exportar era de 17,4, enquanto em 2008 passou para 31,8. A Índia, em 1990 tinha a PE em 5,5, o que passou para 14,9 em 2008. A PE da Rússia em 2008 era de 29,0. Observa-se, portanto, que o estado deve ampliar a sua capacidade exportadora para ter uma predisposição a exportar equivalente aos demais países dos BRICs.

O saldo da balança comercial de Santa Catarina seguiu superavitário durante os anos de 1998 a 2008 e, a partir de então, como efeito da crise internacional, a valorização do Real, além de incentivos fiscais estaduais para importadores, dentre outros fatores, passou a apresentar déficits em todos os anos subsequentes (2009 a 2012). A taxa de crescimento das exportações, a qual apontava variações positivas desde 2000, também caiu a partir de 2008. Em 2012, as exportações catarinenses variaram -1,4% em relação a 2011 e, as exportações brasileiras, -5,26%. Também nesse último ano, as exportações catarinenses corresponderam a 3,68% das exportações brasileiras, conferindo-lhes a décima posição no *ranking* nacional. A evolução da balança comercial catarinense está exposta na Figura 1.

Figura 1 – Balança comercial de Santa Catarina, 1998-2012



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Aliceweb – MDIC – e IPEADATA, 2013.

Santa Catarina é conhecido por ser um Estado exportador e importador de, principalmente, bens manufaturados. Conforme ilustra a Tabela 1, ao classificar os bens da Balança Comercial catarinense por fator agregado notou-se grande predominância dos bens com maior sofisticação tecnológica. Durante o período de 1998 a 2012, as exportações de manufaturados representaram 59,6% do total e as importações 77,7%, o que indica a importância da indústria de Santa Catarina para a economia nacional. Tal fato também salienta a relevância da análise dos padrões de concentração da pauta exportadora catarinense.

Tabela 1 – Participação dos bens na Balança Comercial de Santa Catarina, classificação por fator agregado, 1998-2012, em %

Fator Agregado	Exportações	Importações
Básicos	37,3	8,4
Semimanufaturados	3,0	13,9
Manufaturados	59,6	77,7
Operações Especiais	0,1	-
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Aliceweb – MDIC, 2013.

Como indicam Easterly et al (2009), o desenvolvimento econômico está muito relacionado às exportações de manufaturados. As exportações de manufaturados per capita possuem uma correlação estreita como o PIB per capita quando analisados os dados de diversos países. Portanto, a maior participação de manufaturados na pauta garante ao estado um inserção internacional geradora de maior valor agregado, contribuindo desta forma para a geração de riqueza no território catarinense.

Tabela 2 – Principais produtos exportados por Santa Catarina, 1998-2012

Ordem	Descrição do produto	Valores FOB (US\$ milhões)	Participação (%)
1	Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	11.311	13,8
2	Fumo não manufaturado	5.208	6,4
3	Motocompressor hermético	5.102	6,2
4	Outras carnes de suíno, congeladas	3.239	4,0
5	Carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaços, congel.	2.981	3,6
6	Blocos de cilindros, cabeçotes	2.223	2,7
7	Motor elétrico	2.076	2,5
8	Outros ladrilhos, de cerâmica, vidrados, esmaltados	1.965	2,4
9	Preparações alimentícias e conservas, de galos, galinhas	1.813	2,2
10	Outros móveis de madeira	1.697	2,1
11	Roupas de toucador/cozinha	1.696	2,1
12	Portas, respect.caixilhos, alizares e soleiras, de madeira	1.674	2,0
Subtotal		40.984	50,0
Total		81.912	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Aliceweb – MDIC, 2013.

A Tabela 2 apresenta os principais produtos exportados pelo Estado nos últimos 15 anos. O produto mais exportado ao longo desse período foi “pedaços e miudezas de frango congelado”, o qual movimento mais de US\$ 11 milhões e representou 13,8% de toda pauta exportadora catarinense. O segundo colocado nessa classificação foi “fumo não manufaturado” e correspondeu a menos da metade do produto mais exportado, isto é, 6,4%. O

terceiro produto mais exportado, “motocompressor hermético”, ficou ligeiramente atrás do segundo com 6,2%. Considerando todos os produtos que já compuseram a pauta exportadora estadual no período amostral, 12 deles abrangem cerca de 50% do total exportado.

A evolução temporal da pauta exportadora pode ser observada na Tabela 3, a qual exhibe os principais produtos exportados em subperíodos de cinco anos. Nota-se que o produto mais exportado, “pedaços e miudezas de frango congelado”, aumentou gradativamente sua participação no total exportado pelo Estado, sendo que no primeiro subperíodo, 1998 a 2002, correspondia a 10,5% e passou para 15,7% no subperíodo de 2008 a 2012. Outros produtos também significativos para a pauta exportadora do Estado, como “fumo não manufaturado” e “outras carnes de suíno congeladas” igualmente apresentaram crescimento de suas participações. Por outro lado, a exportação de “motocompressor hermético” que correspondia, em média, 9,4% do total durante o subperíodo de 1998 a 2002, passou para 5,4% nos últimos anos.

Tabela 3 – Principais produtos exportados por Santa Catarina por subperíodos, 1998-2012

Descrição dos produtos	1998-2002		2003-2007		2008-2012	
	US\$ mi	%	US\$ mi	%	US\$ mi	%
Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados	296,4	10,5	700,2	12,7	1.265,6	15,7
Fumo não manufaturado	69,4	2,5	240,0	4,4	732,3	9,1
Motocompressor hermético	264,9	9,4	317,8	5,8	437,7	5,4
Outras carnes de suíno, congeladas	92,5	3,3	217,7	4,0	337,6	4,2
Carnes de galos/galinhas, n/cortadas em pedaços, congel.	131,0	4,7	155,1	2,8	310,2	3,8
Blocos de cilindros, cabeçotes	0,2	0,0	151,5	2,8	292,8	3,6
Motor elétrico	56,1	2,0	128,0	2,3	231,1	2,9
Outros móveis de madeira	109,1	3,9	171,9	3,1	112,0	1,4
Outros ladrilhos, de cerâmica, vidrados, esmaltados	14,3	0,5	126,6	2,3	221,6	2,7
Roupas de toucador/cozinha	101,9	3,6	152,4	2,8	85,1	1,1
Portas, respect.caixilhos, alizares e soleiras, de madeira	133,6	4,7	148,3	2,7	57,3	0,7
Preparações alimentícias e conservas, de galos, galinhas	64,4	2,3	147,0	2,7	123,3	1,5
Subtotal	1.333,7	47,4	2.656,4	48,3	4.206,7	52,2
Total	2.815,4	100,0	5.504,5	100,0	8.062,5	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Aliceweb – MDIC, 2013.

Em termos gerais, os resultados obtidos mostram que, os doze principais produtos da pauta exportadora catarinense que representavam 47,4% no quinquênio 1998 a 2002, aumentaram sua participação nos anos seguintes e chegaram a corresponder a 52,2% no quinquênio 2008 a 2012. Também é interessante ressaltar que, historicamente, não ocorreram grandes mudanças relacionadas aos dois principais produtos da pauta exportadora.

O estudo realizado pela ApexBrasil (2011), o qual analisa o perfil exportador de Santa Catarina, corrobora com os dados apresentados. O Índice Herfindhal-Hirshman (HHI) para as exportações catarinenses indicou uma concentração moderada na pauta do Estado no período de 1996 a 2006 e alta concentração entre 2007 e 2010. Tal estudo ainda aponta que durante os anos 1996 e 2006 ocorreu um processo de diversificação da pauta exportadora por meio do aumento da participação de alguns setores, como foi o caso do motocompressor hermético, motores elétricos e produtos de madeira. Já no período posterior, 2007 a 2010, o processo de concentração ocorreu devido ao aumento da participação nos setores de abate e preparação de carnes, especialmente frango e suíno e produtos de fumo. Portanto, a análise das principais categorias exportadoras revela que ocorre ao longo dos anos um aumento da concentração da pauta exportadora, sobretudo em produtos da agroindústria, o que faz com que os resultados da balança comercial do Estado estejam mais dependentes das condições desta indústria.

Em relação aos destinos das exportações, a Tabela 4 exhibe os 20 principais países recebedores dos produtos catarinenses por subperíodos, sendo que a ordenação de tais países foi feita de acordo com os valores do subperíodo mais recente. Ao contrário do ocorrido com os produtos, a participação da maioria dos países no total das exportações caiu ao longo dos anos, de tal forma que a concentração dos exportados nesse grupo de países diminuiu de 81,7% no quinquênio 1998 a 2002 para 73% no quinquênio 2008 a 2012. Observando a evolução temporal dos valores exportados nota-se que, no subperíodo intermediário, 2003 a 2007, ocorreu queda na participação relativa de alguns países seguido de melhora no subperíodo seguinte. Outro fator interessante é de que, com exceção dos Estados Unidos e da Rússia, todos os países apresentaram crescimento no valor absoluto dos produtos recebidos ao longo dos anos.

A queda de participação relativa no total das exportações se baliza, principalmente, aos países desenvolvidos europeus – Alemanha, Reino Unido, entre outros – e aos Estados Unidos, além dos países vizinhos sul-americanos – Argentina, Chile e Uruguai. Cabe considerar que o crescimento mais expressivo como destino das exportações catarinenses foram países em desenvolvimento – México e África do Sul – e do continente asiático – China e Hong Kong.

Tabela 4 – Principais destinos das exportações de Santa Catarina por subperíodos, 1998-2012

Descrição do País	1998-2002		2003-2007		2008-2012	
	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%
Estados Unidos	707	25,1	1.270	23,1	961	11,9
Países Baixos (Holanda)	99	3,5	256	4,6	583	7,2
Argentina	243	8,6	334	6,1	559	6,9
Japão	112	4,0	247	4,5	511	6,3
Alemanha	204	7,2	271	4,9	326	4,0
Reino unido	158	5,6	230	4,2	313	3,9
China	16	0,6	76	1,4	306	3,8
México	48	1,7	147	2,7	250	3,1
Rússia	104	3,7	284	5,2	247	3,1
Hong Kong	64	2,3	86	1,6	243	3,0
África do Sul	36	1,3	134	2,4	214	2,7
Bélgica	32	1,2	76	1,4	190	2,4
Paraguai	59	2,1	73	1,3	183	2,3
Itália	67	2,4	147	2,7	170	2,1
Arábia Saudita	77	2,7	88	1,6	158	2,0
Chile	77	2,7	137	2,5	148	1,8
Venezuela	16	0,6	81	1,5	148	1,8
França	79	2,8	143	2,6	140	1,7
Uruguai	51	1,8	64	1,2	136	1,7
Espanha	51	1,8	123	2,2	101	1,2
Subtotal	2.301	81,7	4.266	77,5	5.886	73,0
Total	2.815	100,0	5.505	100,0	8.062	100,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Aliceweb – MDIC, 2013.

Conforme assinala o estudo da ApexBrasil (2011), a razão de concentração das exportações catarinenses em relação aos seus países de destino também apresentou queda ao longo dos anos. No ano 2000, o primeiro lugar no *ranking* dos principais importadores condensava 25,3% das exportações e os 15 primeiros concentravam 77,2%. Em 2010, a participação dos mesmos passou para 11,9% e 65,5%, respectivamente. Na sequência são apresentados cálculos estatísticos e econométricos que objetivam confirmar se a pauta exportadora catarinense é de fato concentrada.

As Tabelas 5 e 6 contêm indicadores que corroboram com os dados anteriormente apresentados a respeito do padrão de concentração da pauta exportadora de Santa Catarina. A Tabela 5 está dividida em duas partes, a parte superior relacionada aos bens e a parte inferior aos países. A primeira linha de ambas as partes expressam a razão entre o primeiro colocado no *ranking* dos bens/destinos das exportações do Estado e o décimo colocado, da mesma forma, as segundas linhas demonstram a razão entre o primeiro e o centésimo colocado.

No tocante aos bens, observou-se que no quinquênio 1998 a 2002 o valor médio do primeiro produto no *ranking* era 4,0 vezes maior que o valor do décimo e 107,4 vezes o valor do centésimo colocado. Tal relação evoluiu ao longo do tempo e, no quinquênio 2008 a 2012, o valor médio do primeiro produto passou a equivaler 6,1 vezes o valor do décimo e 135,9 vezes o valor do centésimo colocado. Contrariamente, notou-se uma desconcentração

referente aos países importadores de Santa Catarina. Entre os anos 1998 a 2002 o valor médio das exportações destinadas ao primeiro país no *ranking* equivalia 9,2 vezes o valor do décimo e 1.337,9 vezes o valor do centésimo. Esse indicador diminuiu no quinquênio 2003 a 2007 e, entre 2008 a 2012, o valor médio recebido pelo primeiro país no *ranking* correspondeu a 4,0 o valor do décimo e a 203,7 o valor do centésimo país.

Tabela 5 – Indicadores de concentração da pauta de exportação de Santa Catarina, 1998-2012

Indicador	1998-2002	2003-2007	2008-2012
Razão 1º e o 10º	4,0	4,7	6,1
Razão 1º e o 100º	107,4	110,5	135,9
Nº de bens = 4.633			
Razão 1º e o 10º	9,2	8,9	4,0
Razão 1º e o 100º	1.337,9	555,0	203,7
Nº de países = 214			

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Aliceweb – MDIC, 2013.

Estes resultados apontam que, apesar de ter ocorrido uma maior concentração ao longo do tempo, o grau de concentração da pauta de Santa Catarina é muito inferior ao grau de concentração do estado do Espírito Santo, como apresentado por Magalhães e Toscano (2012) ou quando confrontados com os resultados das análises de Easterly e Reshef (2009).

A Tabela 6 apresenta algumas estatísticas descritivas relacionadas à concentração na pauta exportadora catarinense. Para tanto, são avaliados os três maiores produtos, em termos de valores exportados, da pauta (Top 3), os dez maiores (Top 10), os produtos que englobam o primeiro percentil da distribuição de exportações (Top 1%) e os produtos que representam o décimo e o vigésimo percentis (Top 10% e Top 20%). Além disso, também são apresentados os resultados referentes à parte inferior da distribuição (Bottom 50%). Conforme ressaltam Magalhães e Toscano (2012), tais estatísticas têm a finalidade de destacar as diferenças presentes na pauta de exportações local conforme a posição dos bens em uma lista decrescente de valores exportados.

Tabela 6 – Estatísticas descritivas da distribuição dos valores exportados por Santa Catarina, 1998-2012

Estrato da Distribuição	Média	Mediana	Mínimo	Máximo
Top 3	8,80%	6,36%	6,23%	13,81%
Top 10	4,36%	2,71%	2,07%	13,81%
Top 1%	1,64%	0,74%	0,33%	13,81%
Top 10%	0,21%	0,03%	0,01%	13,81%
Top 20%	0,11%	0,01%	0,00%	13,81%
Bottom 50%	0,00%	0,00%	0,00%	0,38%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da Aliceweb – MDIC, 2013.

Os resultados demonstram que medidas de concentração relacionadas às parcelas dos produtos localizados nas primeiras colocações da pauta exportadora catarinense abrangem a maior parte da distribuição. Desta forma, observou-se que os três principais produtos exportados pelo Estado correspondem, em média, a 8,8% dos valores totais exportados. Se considerados os dez maiores produtos da pauta (Top 10), tem-se uma situação em que estes respondem, em média, por uma participação de 4,4% da pauta. Cabe ressaltar que esses padrões são sustentados no caso de todas as medidas de concentração avaliadas, evidenciando que, em geral, quanto menor a parcela de produtos considerados, maior é a concentração dos valores exportados.

Adicionalmente, quando considerado os resultados referentes à parte inferior da distribuição (Bottom 50%), notou-se que tal medida corresponde a uma parcela praticamente nula dos valores exportados. Desta forma, esta estatística reforça o padrão de concentração da pauta exportadora catarinense, pois evidencia que mais da metade da distribuição está aglomerada em níveis superiores e os bens correspondentes à parte inferior da distribuição equivalem a minúsculas parcelas da mesma.

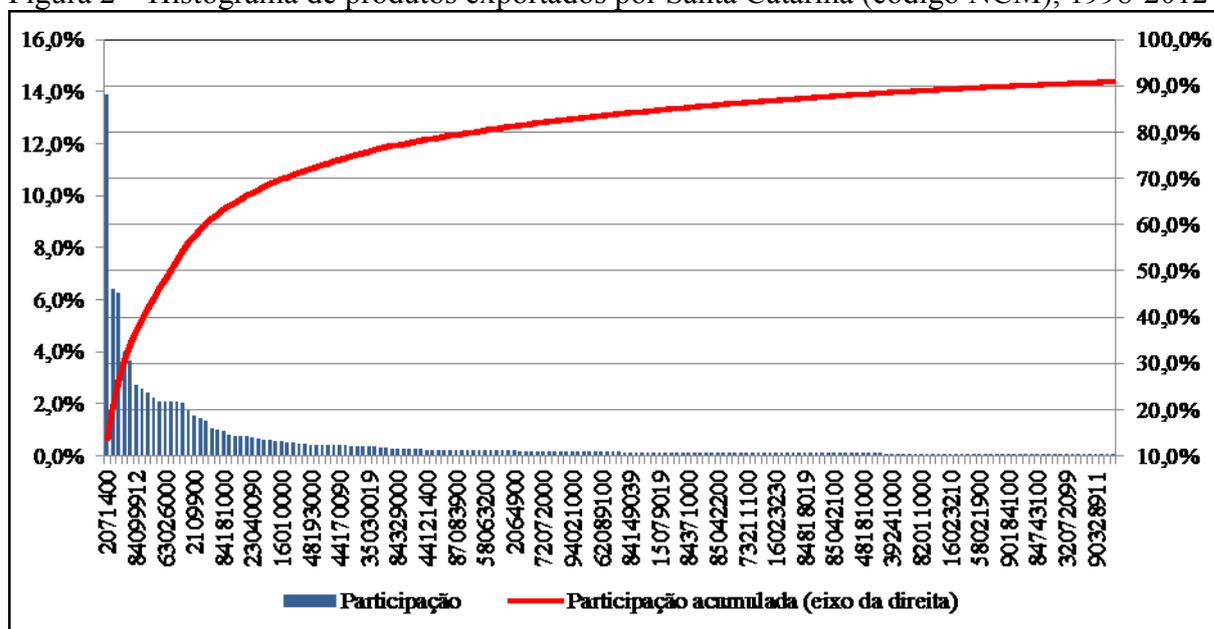
Entretanto, quando comparados com os resultados de Easterly et al (2009) tem-se que o grau de concentração das exportações de SC é muito inferior aos encontrados para o dado médio do estudo que abrange mais de cem países. Segundo os autores, para um país médio, os produtos top 3 correspondem por 28% das exportações e os top 10 por 49% das exportações. A participação média dos “bottom 50%” é de 0,8%. Portanto, os dados revelam que existe um alto grau de concentração nas exportações dos países e quando comparados em termos internacionais, a concentração dos dados do estado fica abaixo da média.

A concentração das exportações do estado revela-se na distribuição das exportações catarinenses, tanto pela ótica dos produtos exportados quanto em relação aos destinos das exportações. As Figuras 2 e 3 correspondem aos histogramas relacionados aos valores dos

produtos exportados e dos países de destino no período de 1998 até 2012. No caso da primeira figura, os produtos estão identificados pelos seus respectivos códigos NCMs.

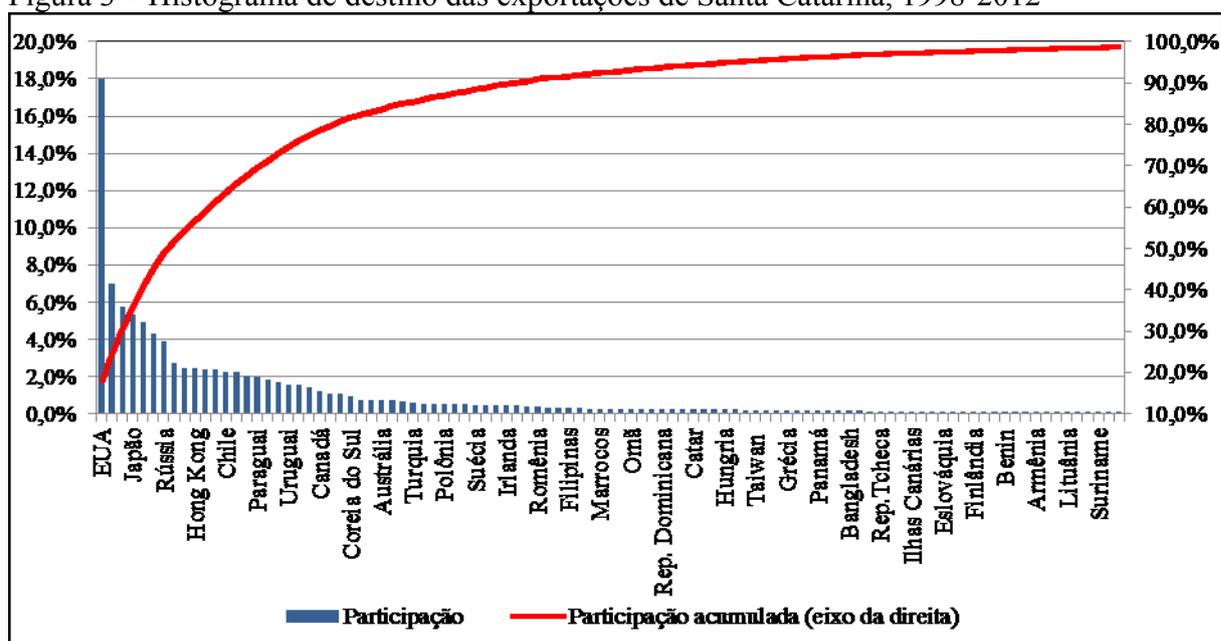
Observando ambos os gráficos é interessante salientar a rápida ascensão da participação acumulada dos produtos exportados, como também, dos países de destino das exportações. A Figura 2 aponta que o principal produto exportado por Santa Catarina, “pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados”, corresponde a 15,7% do valor total comercializado com o exterior e a soma dos principais produtos abrange aproximadamente 90% desse total. A mesma análise pode ser inferida para a Figura 3.

Figura 2 – Histograma de produtos exportados por Santa Catarina (código NCM), 1998-2012



Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

Figura 3 – Histograma de destino das exportações de Santa Catarina, 1998-2012



Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

Nas distribuições das Figuras 2 e 3, poucas variáveis possuem alta frequência seguida pela maioria das variáveis que apresentam baixa frequência de ocorrência, tal constatação conforma um padrão de distribuição de cauda longa. Conforme resalvado por Magalhães e Toscano (2012), as características de uma distribuição de cauda longa indicam padrões de concentração em que a minoria das variáveis corresponde à maioria da distribuição. Além de que a distribuição em cauda longa é característica de algumas distribuições, tais como as leis de Zipf e Pareto.

Outra maneira de evidenciar essa baixa diversidade das exportações catarinenses é verificar se a distribuição da participação das exportações de Santa Catarina é condizente com a Lei de Zipf, com a qual é possível verificar o comportamento da distribuição dos dados de acordo com sua posição no *ranking*. Tal Lei se vale da seguinte relação:

$$p_i = \frac{a}{x_i^\beta}$$

Nesta fórmula o termo a corresponde a uma constante positiva, p é o *ranking* da série analisada, x é o valor correspondente à posição no *ranking* e o termo β é um parâmetro que pode obter valor igual, maior ou menor a 1 (um). Supondo que β seja igual à unidade ($\beta = 1$), tem-se a validade empírica da Lei de Zipf, isto é, o produto entre tamanho e *ranking* de um determinado valor exportado é uma constante. Caso β seja maior que 1 ($\beta > 1$), sugere que a distribuição de valores exportados é melhor distribuída enquanto que, se β é menor que 1 ($\beta <$

1) sugere uma distribuição assimétrica com a maior parte dos valores concentrando-se em um número reduzido de bens.

Para testar a validade da Lei de Zipf com relação aos dados de exportação de Santa Catarina foram estimados os valores de β tanto para os destinos das exportações quanto para os produtos exportados pelo Método de Máxima Verossimilhança. Os dados trabalhados são discretos, dados de contagem, já que a variável *ranking* não pode assumir valores não inteiros, logo, o erro não terá distribuição normal, mas sim terá distribuição semelhante a uma Poisson, isto é, cauda direita longa.

Os resultados das estimações estão contidos na Tabela 7, a qual exhibe estimativas relacionadas aos principais parâmetros de interesse da análise para o valor dos produtos exportados (compreendendo 4.633 bens), como também para o destino das exportações (compreendendo 214 países).

Tabela 7 – Coeficientes estimados

Equações	Produtos Exportados	Destinos Exportações
Constante (<i>a</i>)	$7,9 \times 10^3$ ($6,6 \times 10^{-4}$)	$5,4 \times 10^3$ (0,049)
β	0,16 ($4,0 \times 10^{-5}$)	0,53 (0,003)
Observações	4.633 Bens	214 Países

Fonte: Elaborado pelos autores, 2013.

Notas: (a) Erros-padrão das estimativas reportadas entre parênteses.

(b) Todos os coeficientes estimados são significantes ao nível de 5%.

Os resultados das duas estimações reforçam as demais análises, ou seja, indicam a baixa diversificação nas exportações de Santa Catarina, tanto por bens quanto com relação aos seus importadores. Uma vez que ambos os coeficientes estimados para o β foram menores que 1 – 0,33 para o caso dos produtos e 0,53 para o caso dos destinos das exportações –, o mesmo aponta para uma distribuição assimétrica e uma elevada concentração das exportações em poucos bens e destinadas a um pequeno grupo de países. Além disso, é importante ressaltar que todos os coeficientes estimados são significativos ao nível de 5%.

Em suma, estes resultados implicam que tanto os destinos das exportações quanto os produtos exportados por Santa Catarina não podem ser caracterizadas a partir da Lei de Zipf, uma vez que estimativas obtidas são nitidamente distintas da unidade. Tais resultados indicam que as duas distribuições são características de uma distribuição em cauda longa nos moldes de uma distribuição de Poisson.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor externo tem papel relevante para o desempenho econômico do Estado. Entretanto, a relação entre as exportações e o PIB estadual, mostram que a predisposição a exportar do estado de Santa Catarina é menor que a brasileira, o que desafia os esforços do estado para ampliar as taxas de crescimento anuais de exportação que declinaram, sobretudo, nos últimos três anos analisados.

Pode-se averiguar a partir deste estudo quais são as principais categorias exportadoras ou, os principais produtos responsáveis pela maioria das exportações estaduais. Constatou-se que existe um aumento do grau de concentração das exportações em produtos da agroindústria ao longo do período analisado. O principal produto “Pedaços e miudezas, comestíveis de galos/galinhas, congelados”, que respondia por 10,5% do total exportado pelo estado no período 1998 a 2002, passou a representar 15,7% das exportações catarinenses no triênio 2008 a 2012. No tocante aos bens, observou-se aumento no padrão de concentração ao longo dos anos e, contrariamente, notou-se uma desconcentração referente aos países de destino das exportações de Santa Catarina. Os dados mostraram uma queda de participação relativa no total das exportações principalmente, dos países desenvolvidos europeus – Alemanha, Reino Unido, entre outros – e os Estados Unidos, além dos países vizinhos sul-americanos – Argentina, Chile e Uruguai. Cabe considerar que o crescimento mais expressivo como destino das exportações catarinenses foram países em desenvolvimento – México e África do Sul – e do continente asiático – China e Hong Kong. Estes indicadores fornecem importantes informações em termos de políticas de desenvolvimento local. Constatou-se que os países asiáticos são participantes que não podem ser desconsiderados nas análises de potencial econômico e das relações bilaterais.

Os dados apresentados corroboram os estudos de Easterly e Reshef (2009), Magalhães e Toscano (2012) que afirmam haver concentração nas exportações, apesar do grau de concentração apresentado pelo estado de Santa Catarina ser inferior ao registrado pelo país médio de Easterly e Reshef (2009) e menor que o apresentado pelo estado do Espírito Santo como demonstraram Magalhães e Toscano (2012).

Para trabalhos futuros sugere-se que se estabeleçam relações entre as exportações estaduais e os seus destinos. Como apresentaram Magalhães e Toscano (2012), pode-se verificar a ocorrência de uma relação empírica entre os valores exportados, o número de produtos da pauta, o tamanho dos mercados (população) e o grau de desenvolvimento destes

mercados (PIB per capita). Os autores indicaram, para o caso do Espírito Santo, a existência de uma relação positiva entre valores exportados e o número de mercadorias exportadas, assim como para o valor das mercadorias exportadas e o tamanho do mercado de destino (aumento de 1% no número de mercadorias exportadas para um dos destinos tende a aumentar os valores exportados em uma magnitude superior a 1%; um aumento de 1% na população de um dos países tende, em média, a aumentar o valor das exportações em 0,47%). Observaram também uma relação positiva entre o valor exportado e o grau de desenvolvimento dos países receptores – um aumento de 1% no grau de desenvolvimento dos mercados de destino das exportações levará, em média, a um aumento de 0,6% no valor exportado (MAGALHÃES, TOSCANO, 2012).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APEXBRASIL. **Perfil Exportador do Estado de Santa Catarina 2010**. Brasília: Apex-Brasil, 2011.

BARBORA, A.; MORAIS, I.; BARCELLOS NETO, P. Desigualdade e concentração na pauta de exportações dos estados brasileiros. **Análise**. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 5-27, jan./jul. 2005.

BAUMANN, R.; ARAUJO, R.; FERREIRA, J. As relações comerciais do Brasil com os demais BRICs. **Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL**. Brasil, 2010.

BRASIL. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema IPEADData**. Disponível no <<http://ipeadata.gov.br>>. Acessado em fev. 2013.

_____. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Sistema Aliceweb**. Disponível no <<http://alicesweb2.mdic.gov.br>>. Acessado em jan. 2013.

FONSECA, R. **Diversificação regional das exportações brasileiras: um estudo prospectivo**. Disponível no <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Exportacao/200212_41.html>. Acessado em fev. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais**. Disponível no <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acessado em mar. 2013.

MAGALHÃES, M.; TOSCANO, V. Distribuições em cauda longa e comércio internacional: uma investigação empírica de padrões de concentração na pauta de exportações do Espírito Santo, 1996-2010. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 571-602, nov. 2012.

MIKIC, M.; GILBERT, J. **Trade statistics in policymaking: a handbook of commonly used indices and indicators**. New York: United Nations Publication, 2007.

PICCININI, M. ; PUGA, F.; A balança comercial brasileira: desempenho no período 1997/2000. **Texto para discussão n. 90**. Rio de Janeiro: BNDES, set. 2001.

PEREIRA, L. “Primarização” e exportações de manufaturas. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro, v.64, n.11, p.54-57, nov. 2010.

PEREIRA, L.; MACIEL, D. O comércio exterior do estado do Espírito Santo. In: VESCOVI, A.; BONELLI, R. (Orgs.). **Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social**. Vitória: IJSN, p.95-137, 2010.

PUGA, F. Balança comercial brasileira: muito além das *commodities*. **Visão do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro: BNDES, n.54, set. 2008.

SILVA, M.; ROSADO, P.; BRAGA, M.; CAMPOS, A. Oferta de exportação de carne de frango do Brasil, de 1992 a 2007. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v.49, n.1, p. 31-53, 2011.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT – UNCTAD. **Unctad Handbook of Statistics 2008**. Genebra: United Nations, 2008.

Artigo recebido em setembro de 2015 e aceito em novembro de 2015.

O FLUXO DE COMÉRCIO ENTRE SANTA CATARINA E OS PAÍSES MEMBROS DO MERCOSUL: UMA ANÁLISE PARA O PERÍODO DE 1996 A 2009

Daiane Soffiatti Panigalli²⁶

Darlan Christiano Kroth²⁷

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar o fluxo de comércio entre o Estado de Santa Catarina e os países membros do Mercosul para o período de 1996 a 2009. A análise é feita sob dois enfoques, sendo o primeiro uma avaliação dos dados estatísticos de exportação e importação do sistema Aliceweb do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através dos capítulos do Sistema de Designação e de Codificação de Mercadorias (Sistema Harmonizado) da Nomenclatura Comum do Sul (NCM), considerando os capítulos que responderam por uma participação média anual superior ou igual a 10%. O segundo enfoque da análise, partindo da mesma fonte de dados, efetuou o cálculo do Índice de Comércio Intra-Indústria (ICII), que mede a incidência de comércio intra-indústria a partir dos valores de importações e exportações de um setor específico de uma localidade para outra. Como resultados, observou-se em termos de fluxo de comércio que, os produtos pertencentes ao Capítulo 84 (reatores nucleares, caldeiras, máquinas) se destacaram pelo lado das exportações e os produtos ligados a agroindústria (cereais e carnes) lideraram as importações. No que tange o grau de comércio intra-indústria de Santa Catarina com o Mercosul, observa-se baixo nível de integração para as indústrias do setor de plástico e borracha (Capítulos 39 a 40); produtos do reino vegetal (Capítulos 6 a 14), papel (Capítulos 47 a 49), cerâmicas (Capítulos 68 a 70) e máquinas e equipamentos (Capítulos 84 a 89). Por outro lado, as indústrias dos produtos do reino animal (Capítulos 1 a 5) e metais e suas obras (Capítulos 72 a 83) apresentaram elevado grau de integração.

Palavras-chave: Comércio exterior; Mercosul; Comércio intra-indústria.

TRADE FLOWS BETWEEN THE STATE OF SANTA CATARINA AND THE MEMBER COUNTRIES OF MERCOSUR: AN ANALYSIS FOR THE PERIOD 1996 TO 2009

Abstract: This paper aims to analyze the flow of trade between the State of Santa Catarina and the member countries of Mercosur for the period 1996 to 2009. The analysis is based on two approaches, the first being an evaluation of the statistical export and import data the Aliceweb system the Ministry of Development, Industry and Foreign Trade (MDIC), through the chapters of the System Description and Coding of the Southern Common Nomenclature (NCM), considering the chapters which accounted for an average annual participation greater than or equal to 10%. The second focus of the analysis, based on the same data base, carried out the calculation of Intra-Industry Trade Index (ICII), which measures the incidence of intra-industry trade from imports values and exports of a particular sector of a location to another. As a result, there was in terms of trade flows that products belonging to Chapter 84

²⁶ Mestranda do Programa em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Email: daiane.soffiatti@uffs.edu.br.

²⁷ Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó-SC. Email: dckroth@uffs.edu.br

(Nuclear reactors, boilers, machinery) stood by the side of exports and products related to agribusiness (grains and meat) led imports. Regarding the degree of intra-industry trade of Santa Catarina with Mercosur, there is a low level of integration for the plastic and rubber industries sector (Chapters 39-40); vegetable products (Chapters 6-14), paper (Chapters 47-49), ceramics (Chapters 68-70) and machinery and equipment (Chapters 84-89). On the other hand, the industries of the products of the animal kingdom (Chapters 1-5) and metals and articles thereof (Chapters 72-83) had a high degree of integration.

Keywords: Foreign trade; Mercosur; Intra-industry trade.

1. INTRODUÇÃO

O Estado de Santa Catarina apresentou uma mudança importante no desempenho de seu comércio exterior nos últimos anos. Na década de 1990, Santa Catarina constituía-se como um dos principais Estados exportadores do Brasil, contribuindo com mais de 5% das exportações nacionais. Além disso, a balança comercial manteve-se superavitária até 2007, mesmo nos períodos deficitários da balança comercial brasileira. Contudo, a partir de 2008, com a deflagração da crise financeira mundial, as exportações catarinenses começaram a declinar sensivelmente, reduzindo a participação das exportações nacionais a menos de 4,0%, e apresentando déficits constantes e crescentes na balança comercial.

Há uma preocupação dessa mudança no comércio exterior catarinense, pois pode implicar em impactos significativos sobre sua economia, que vão desde a redução do desempenho do produto estadual, refletindo na geração de empregos e arrecadação para o Estado, por exemplo, bem como no dinamismo das empresas locais, que perdem competitividade, caso não estejam mais expostas à concorrência internacional.

Esse cenário do comércio exterior catarinense vem motivando estudos na área, como os de Mirandola (2003), Cormelatto (2007), Cario et al (2008), Kroth et al (2010) e Seabra e Amal (2010), com objetivos de compreender esse desempenho e propor políticas para reverter esse processo. Apesar desse volume de estudos, pouca atenção vem sendo dada para a análise de comércio regional, em termos de análise por blocos econômicos.

Neste sentido, ao avaliar o desempenho do comércio exterior de Santa Catarina por blocos econômicos, percebe-se que o comércio de Santa Catarina com o Mercosul é deficitário desde o inícios dos anos 2000. Entretanto, com a implantação do Mercosul, esperava-se que o comércio internacional catarinense fosse beneficiado pelos efeitos

dinâmicos de uma integração regional, como a ampliação do mercado consumidor, sobretudo em razão da proximidade geográfica do Estado com os países pertencentes ao bloco.

É neste contexto que surge a problemática das relações comerciais entre Santa Catarina e os países membros do Mercosul, conduzindo ao seguinte questionamento: como se caracteriza e como tem evoluído o fluxo comercial entre Santa Catarina e os países membros do Mercosul no período de 1996 a 2009?

Para lançar luz a essa questão, este artigo tem por objetivo analisar o fluxo comercial do Estado de Santa Catarina com o Mercosul, buscando verificar a evolução do comércio e identificar os possíveis efeitos deste acordo para o comércio exterior catarinense.

Para atingir o objetivo proposto este estudo realiza uma análise das importações e exportações de Santa Catarina com cada país membro, mediante coleta de dados no sistema ALICE-Web, sendo selecionados os capítulos de NCM²⁸ que apresentaram participação média anual de pelo menos 10,0% no período compreendido entre 1996 a 2009. O artigo também realiza o cálculo do Índice de Comércio Intra-Indústria (ICII) do comércio Santa Catarina- MERCOSUL, para avaliar o nível de integração entre as indústrias do estado catarinense com o bloco econômico.

O artigo está estruturado em quatro partes: a primeira refere-se a essa introdução; a segunda trata da integração econômica e seus efeitos sobre o comércio exterior; a terceira realiza a análise do fluxo comercial de Santa Catarina com os países membros do Mercosul, e apresenta o ICII de Santa Catarina com o Mercosul. A última parte refere-se às considerações finais.

2. INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

2.1 Efeitos estáticos e dinâmicos da integração econômica

O comércio internacional possui grande influência sobre a economia de um país ou região, sendo a integração comercial o meio encontrado pelos países para expandirem os benefícios obtidos com o comércio exterior. Desta forma, acordos comerciais bilaterais e multilaterais, como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que eliminam ou diminuem as

²⁸ Sistema de Designação e de Codificação de Mercadorias (Sistema Harmonizado) da Nomenclatura Comum do Sul (NCM). Disponível em <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.

barreiras tarifárias e não tarifárias para os países membros, favorecendo o fluxo comercial, ganharam muita relevância a partir dos anos 1990, quando vários acordos foram firmados/criados²⁹.

Para Balassa (1961), integração econômica é um processo e uma situação. Encarada como processo, implica medidas destinadas à eliminação de discriminações entre unidades econômicas de diferentes nações, como por exemplo, a aplicação de diferentes tarifas ou cotas para determinados países. Como situação, corresponde à ausência de várias formas de discriminações entre economias nacionais.

O processo de integração econômica é motivado por diversos fatores. Para Carbaugh (2002) a principal motivação de um acordo comercial, é a possibilidade de gerar maior crescimento econômico. A expansão do mercado regional pode propiciar economias na produção em escala, incentivar a especialização pela aprendizagem prática e atrair investimento estrangeiro.

Dada à integração econômica e seus efeitos, surge a partir de 1950, na literatura econômica uma estrutura teórica, conhecida como teoria das uniões aduaneiras ou teoria da integração comercial, que busca analisar as consequências da integração comercial. Dentre os teóricos que desenvolveram a teoria da integração econômica, pode se destacar o trabalho de Viner (1950), que consolidou os conceitos de criação e desvio de comércio.

Em geral, as consequências geradas pela formação de acordos comerciais regionais podem implicar no bem-estar através de efeitos estáticos e efeitos dinâmicos, que unidos determinam os ganhos ou as perdas de bem-estar.

Os efeitos estáticos da integração econômica estão relacionados à eficiência produtiva e ao bem-estar do consumidor, e podem sofrer implicações pela criação de comércio, que eleva o bem-estar, ou pelo desvio de comércio, que reduz o bem-estar.

A criação de comércio ocorre quando o estabelecimento de uma união aduaneira ou zona de livre comércio, ao passo que elimina ou reduz as tarifas de importação intra-regional, gera o deslocamento da produção doméstica para importações de um dos membros do bloco. Por outro lado, o desvio de comércio ocorre quando há um deslocamento das importações de um país não pertencente ao bloco para um pertencente. Este efeito é gerado, por que na eliminação ou redução das tarifas de importação para o país do bloco, um produto que embora

²⁹ Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) em 1991, Tratado de Maastrich da União Europeia em 1992, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) em 1992, e Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC) em 1993.

seja produzido com menos eficiência passa a ser mais barato do que o produzido por terceiros países.

Verifica-se então que na criação do comércio há um aumento do bem-estar, pois há a substituição do produto doméstico, menos eficiente, por um mais eficiente, importado. No desvio do comércio se observa o contrário, há perda de bem-estar, pois é efetuada a troca de um fornecedor mais eficiente por um menos eficiente.

Por outro lado, os efeitos dinâmicos da integração econômica estão anexos às taxas de crescimento a longo prazo dos países-membros, e podem resultar em ganhos substancialmente superiores aos baseados no modelo estático. De acordo com Carbaugh (2002), os ganhos dinâmicos originam-se da criação de mercados maiores e pela liberalização do comércio possibilitada pelo regime de uniões aduaneiras.

Dentre os principais ganhos dinâmicos auferidos por uma união aduaneira, podem-se destacar economias de escala, aumento da concorrência, estímulo aos investimentos e possibilidades de mudanças e inovação tecnológica em menor prazo.

2.2 Comércio intra-indústria

Os padrões de comércio internacional podem ser divididos em comércio inter-indústria e comércio intra-indústria. O primeiro está relacionado às vantagens comparativas do modelo desenvolvido por David Ricardo, e normalmente ocorre no comércio entre um país mais desenvolvido e outro país menos desenvolvido, sendo influenciado pela dotação e intensidade de recursos entre eles, obtendo-se como resultado a especialização.

Já o comércio intra-indústria é originado nas relações comerciais de países com níveis semelhantes de desenvolvimento e mesma tecnologia de produção, e conforme Krugman e Obstfeld (1999) é definido pela existência de economia de escala e pela diferenciação do produto.

Para Souza (2003), a evidência empírica dos dois princípios fornece apoio para a existência de fluxos de comércio intra-indústria não apenas entre países desenvolvidos, mas também envolvendo países com grau menor de industrialização. Ademais, em quaisquer dos casos, a existência do comércio exterior do mesmo setor industrial tem sido atribuída às economias crescentes de escala e a diferenciação do produto.

Segundo Montoro *et al* (2007), o comércio intra-indústria pode ser influenciado por diferentes características dos países e das indústrias. Com relação aos países, as características

positivas para comércio são: nível elevado de renda média; similaridade entre as rendas; alto grau de desenvolvimento econômico de um par de países; tamanho; e a proximidade geográfica. Já, a existência de desequilíbrios comerciais acarreta em efeitos contrários sobre o comércio intra-indústria.

Quanto às características das indústrias que implicam positivamente neste comércio, pode-se citar a ocorrência de economias de escala, a diferenciação dos produtos e a capacidade de inovar. Enquanto que as barreiras comerciais e o elevado custo de transporte têm efeito negativo.

No entanto, Montoro *et al* (2007) ressalta que parte do comércio intra-indústria entre países com altos salários e países com baixos salários é, na verdade, fruto das vantagens comparativas, sendo chamada por muitos autores de pseudo intra-indústria. Por exemplo: o país A produz componentes eletrônicos de determinado produto, e os envia para o país B, intensivo em mão de obra, para que sejam apenas montados, retornando posteriormente ao país A. Embora os produtos estejam na mesma classificação industrial, está ocorrendo uma troca entre produtos intensivos em tecnologia e bens intensivos em trabalho. Este tipo de comércio também pode ser considerado como comércio intra-firma, quando as transações ocorrem entre unidades, localizadas em diferentes países, e pertencentes a uma única empresa.

A verificação da existência do comércio intra-indústria e a sua intensidade podem ser obtidas por meio do cálculo do Índice de Comércio Intra-Indústria (ICII), também conhecido como índice de Grubel e Lloyd³⁰.

3. METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

3.1 Metodologia

A base de dados a ser trabalhada compreende os dados estatísticos de importação e de exportação de Santa Catarina com os países integrantes do Mercosul, ou seja, a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela³¹, disponibilizadas pelo sistema ALICE-Web/MDIC³².

³⁰ Para maiores detalhes a respeito deste índice, ver Grubel e Lloyd (1971).

³¹ O processo de ingresso da Venezuela como membro do Mercosul ocorreu a partir do ano de 2001. Porém sua inserção como membro pleno do bloco ocorre em 2006, pois dependia da aprovação do parlamento dos quatro sócios fundadores. Mais detalhes em: <http://www.mercosur.int>.

³² O Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet, chamado ALICE-Web, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) fornece dados estatísticos das importações e exportações brasileiras. Mais informações em: <http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>.

Também foram consideradas informações do Radar Comercial e do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

A análise do fluxo de comércio partiu pelos dados estatísticos dos capítulos do Sistema de Designação e de Codificação de Mercadorias (Sistema Harmonizado) da Nomenclatura Comum do Sul (NCM). O Sistema Harmonizado é um método internacional de classificação de mercadorias, e foi criado para promover o desenvolvimento do comércio internacional, bem como facilitar a comparação e análise estatísticas.

A Nomenclatura é formada por 21 seções, composta por 96 capítulos. Os capítulos são divididos em posições e subposições, atribuindo-se códigos numéricos a cada desdobramento. Sendo assim o código NCM da mercadoria possui 8 dígitos, os seis primeiros regidos pelo SH e os dois últimos correspondem a desdobramentos específicos atribuídos no âmbito do Mercosul, e que atualmente são 11.817 códigos de mercadorias cadastrados³³.

Dessa maneira, os dados de exportação e importação entre Santa Catarina e os países do MERCOSUL correspondem há agrupamentos de mercadorias em capítulos e não por mercadoria. Optou-se por isso devido à grande quantidade de mercadorias cadastradas no sistema NCM.

O período a ser analisado é de 1996 a 2009, e foi escolhido devido ao objetivo do trabalho de diagnosticar a evolução do intercâmbio comercial de Santa Catarina com o MERCOSUL.

Esses dados também foram utilizados para calcular o Índice de Comércio Intra-Indústria (ICII) entre Santa Catarina e MERCOSUL, conforme será apresentado na subitem 3.2.5.

3.2 Análise dos dados

Nesta seção são analisados os dados relativos ao fluxo de comércio entre Santa Catarina e os países membros do Mercosul – subitens 3.2.1 a 3.2.4; e o índice de comércio intra-indústria Santa Catarina e Mercosul – subitem 3.2.5.

³³ Para acessar as seções do NCM e da abrangência dos capítulos de cada seção, ver Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. (MDIC). Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/>.

3.2.1 Argentina

Assim como o Brasil, o maior fluxo comercial de Santa Catarina no âmbito do Mercosul ocorre com a Argentina. Em 2010 as importações catarinenses oriundas da Argentina representaram 76,6% do total importado do bloco, e 62,7% das exportações catarinenses para o Mercosul.

No que tange aos produtos exportados pelo Estado e dedicados ao país fronteiriço destacaram-se os do “capítulo 2 - carnes e miudezas, comestíveis”; do “capítulo 48 - papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel”; e do “capítulo 84 - reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos”, conforme exposto na Tabela 1.

As exportações dos produtos do primeiro grupo apresentaram variação negativa de 30,9% no período 1996-2009, bem como na participação dos produtos deste capítulo no total exportado, que decaiu de 21,5% em 1996 para apenas 9,4% em 2009.

A queda das exportações de carne para a Argentina é explicada, principalmente, pela diminuição das vendas de carne de frango. Em 1998 este setor representava quase 50% das exportações de carnes destinadas ao país vizinho, no entanto ao longo do tempo as exportações foram declinando e em 2009 praticamente não há representatividade. A demanda de carne de frango argentina foi provida em alguns períodos pelo Uruguai e em outros pela produção interna, a exemplo do último período.

Já as exportações de carne suína se mantiveram constantes ao longo do tempo e impediram uma queda ainda maior na participação dos produtos do capítulo 2 no total exportado.

Tabela 1 - Exportações de Santa Catarina destinadas à Argentina.

Período	02-Carnes e miudezas, comestíveis		48-Papel e cartão, obras de pasta de celulose, de papel, etc.		84- Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos		Total Exportado	
	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Var. %
1996	55.409,95	21,5%	43.046,73	16,7%	31.878,48	12,4%	257.201,36	-
1999	51.497,20	19,3%	33.095,50	12,4%	41.315,23	15,5%	266.864,68	3,8
2002	5.852,39	6,4%	24.723,56	27,1%	13.116,58	14,4%	91.313,98	-65,8
2005	10.028,67	3,3%	41.688,33	13,5%	60.118,56	19,5%	308.003,43	237,3
2007	45.290,84	8,7%	80.336,09	15,4%	109.801,70	21,0%	522.451,78	69,6
2009	38.288,91	9,4%	61.366,39	15,0%	101.763,94	24,9%	409.326,11	-21,7

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do ALICE-Web/MDIC (2011).

Outro fator que contribuiu para o declínio das exportações de carne a partir de 2004 foi o embargo às carnes brasileiras e que foi motivado, a princípio, por um foco de aftosa no Pará. Segundo o jornal Valor On line (2004), a suspensão argentina gerou um prejuízo de 183,2 toneladas a menos por dia e queda no faturamento das empresas no valor de US\$ 245 mil ao dia.

Quanto aos produtos do capítulo 48, a participação no total exportado para a Argentina não sofreu grandes mudanças. O volume exportado destes produtos passou de US\$ 43.046 mil em 1996, para US\$ 61.366 mil em 2009, um crescimento de 42,5%.

O melhor desempenho apresentado nas exportações foi dos produtos manufaturados do capítulo 84. O crescimento observado no período foi de mais de 219,0% e a participação no volume total exportado para a Argentina passou de 12,4% para 24,9% em 2009. Entre os produtos que propiciaram este avanço estão os refrigeradores que em 2006 chegaram a 42,0% do total exportado deste capítulo. A demanda argentina por motores e máquinas é atendida pelo Brasil, seguido da China e dos EUA.

Tabela 2 - Importações de Santa Catarina oriundas da Argentina.

Período	10-Cereais		39-Plásticos e suas obras		Total Importado	
	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Var. %
1996	26.223,72	14,8%	6.766,11	3,8%	176.787,51	-
1999	26.895,30	25,3%	8.375,72	7,9%	106.400,06	- 39,8
2002	49.782,52	25,3%	101.520,86	51,5%	197.120,42	85,3
2005	6.183,37	1,3%	283.687,52	60,3%	470.042,39	138,5
2007	90.701,90	12,9%	264.154,89	37,7%	701.406,92	49,2
2009	101.650,70	11,7%	274.021,26	31,5%	869.689,25	24,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do ALICE-Web/MDIC (2011).

Em relação às importações catarinenses provenientes da Argentina, apresentada na Tabela 2, os produtos que tiveram maior participação são os do “capítulo 10 – cereais”, que abrange produtos como trigo, milho, cevada, sorgo, arroz; e os do “capítulo 39 – plásticos e suas obras”, que abrange tubos, perfis, poliamida, polietileno.

Destes dois capítulos, o primeiro manteve a participação apresentando poucos períodos com oscilações relevantes, como em 2000 e 2001, quando a participação no total importado extrapola os 40,0%. A demanda pelos produtos do capítulo 39 apresentou grande evolução, o crescimento no período 1996-2009 foi de 391,94%, passando de US\$ 6.766 mil para US\$ 274.021 mil, sendo a Argentina a principal fornecedora destes produtos para Santa Catarina,

superando os EUA e o Uruguai. A demanda catarinense pelos produtos do capítulo 39 é considerável, dado o setor no Estado ser altamente desenvolvido, principalmente nas linhas de fabricação de artefatos diversos, com ênfase em acessórios para a construção civil e embalagens de plástico.

3.2.2 Paraguai

A economia do Paraguai representa 1,2% do PIB geral do Mercosul, sendo a pecuária e a agricultura os principais setores da economia do país. Como também ocorre no Uruguai, o setor industrial vem apresentando crescimento e esta evolução no setor está atrelada a integração comercial obtida com o Mercosul (MOREIRA e MILHOMEM, 2010).

No tocante ao comércio com o Brasil, 91,5% das exportações brasileiras destinadas ao Paraguai são de produtos industrializados e somente 8% de produtos básicos. A mesma tendência de comércio é observada com Santa Catarina.

A Tabela 3 apresenta os produtos exportados pelo Estado de Santa Catarina destinados ao Paraguai que tiveram representatividade média igual ou superior a 10% no período, sendo dois os capítulos: “69 - produtos cerâmicos” e “84 - reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos”.

Quanto aos produtos do primeiro grupo, visualiza-se uma queda no volume e na participação no total exportado para o Paraguai. Em 1996 Santa Catarina exportou cerca de US\$ 11.837 mil em produtos cerâmicos, o que representava 14,9% das exportações totais do Estado. O período 1999-2007 foi de queda nas exportações, e em 2008 houve uma recuperação, sendo que a variação no volume exportado entre 1996 e 2008 foi praticamente zero, no entanto, como houve crescimento das exportações totais de Santa Catarina para o Paraguai, a participação dos produtos cerâmicos no total exportado em 2008 não passou de 6,7%.

Tabela 3: Exportação de Santa Catarina destinadas ao Paraguai.

Período	69-Produtos Cerâmicos		84- Reatores nucleares, caldeiras,máquinas,mecânicos		Total Exportado	
	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Var. %
1996	11.837	14,9%	23.828	29,9%	79.566	-
1999	8.904	15,0%	10.490	17,7%	59.277	- 25,5
2002	3.594	10,5%	6.157	17,9%	34.331	- 42,8
2005	4.678	6,7%	16.475	23,7%	69.648	102,9
2007	7.351	6,5%	31.158	27,5%	113.160	62,5
2009	8.644	6,7%	31.850	24,5%	129.815	14,7

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do ALICE-Web/MDIC (2011).

A redução das exportações dos produtos cerâmicos catarinenses ocorreu num período onde houve a expansão das vendas dos produtos chineses. Com base em dados relativos à importação paraguaia de produtos cerâmicos, verifica-se que a o fornecimento brasileiro de produtos como artigos para cozinha, higiene e louças para o Paraguai caiu consideravelmente nos últimos tempos, em contrapartida a importação paraguaia destes mesmos produtos com origem da China só cresceu. Ou seja, nesta linha de produtos, os artigos brasileiros perderam espaço para os artigos chineses. Entretanto, o Brasil continua a ser o maior fornecedor de produtos cerâmicos para o Paraguai, sendo responsável por mais de 80% dos produtos consumidos pelo país vizinho.

Com relação às exportações totais (todos os destinos) de produtos cerâmicos de Santa Catarina, houve um decréscimo de exportados a partir de 2007. Esta queda ocorreu em virtude de um câmbio desfavorável, aliada a concorrência de produtos chineses. As exportações foram reduzidas de 40,0% para 10,0% da produção, e mercados como Austrália, Costa Leste dos EUA e África foram tomados pela China. Segundo o Sindicato das Indústrias Cerâmicas do Sul (Sindiceram)/2008, mesmo com a redução de custos e o aumento da produtividade, a indústria cerâmica catarinense não consegue competir com a indústria chinesa, isso por que, o câmbio é desfavorável ao Brasil e compensador para a China.

Em relação às exportações dos produtos do capítulo 84, observa-se que o volume exportado apresentou alguns períodos de queda que coincidiram com as quedas ocorridas no total exportado. A performance das vendas dos produtos deste setor no período de estudo pode ser considerada boa, pois houve evolução do volume e manutenção na participação das exportações totais, como podemos verificar ao longo da Tabela 3.

Tabela 4: Importações de Santa Catarina oriundas do Paraguai.

Período	10-Cereais		12-Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.		23-Resíduos e desperdícios das ind. alimentares, etc.		52-Algodão		Total Importado	
	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Var. %
1996	15.189	6,6%	136.566	59,3%	16.525	7,2%	58.583,70	25,5%	230.130	-
1999	6.903	10,6%	3.318	5,1%	8.839	13,5%	34.858,50	53,4%	65.297	-71,6
2002	15.579	15,2%	31.624	30,8%	49.393	48,2%	4.481,55	4,4%	102.516	57,0
2005	20.682	24,6%	25.806	30,7%	31.978	38,1%	1.936,50	2,3%	83.961	-18,1
2007	43.100	39,5%	16.511	15,1%	19.855	18,2%	4.611,01	4,2%	109.178	30,0
2009	25.832	25,9%	23.156	23,2%	12.494	12,5%	5.117,11	5,1%	99.835	-8,6

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do ALICE-Web/MDIC (2011).

Em relação às importações dos produtos provenientes do Paraguai destacam-se os produtos básicos que fazem parte dos seguintes grupos: “10 - cereais”, “12 - sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes”, e “52 – algodão”, visualizados na Tabela 4. Este fato condiz com a realidade das importações brasileiras de produtos de origem paraguaia formada em 17,7% de produtos industrializados e 82,3% de produtos básicos.

As importações totais de algodão de Santa Catarina decresceram no período de estudo em mais de 20,0%, enquanto que a demanda pelo algodão paraguaio variou negativamente em mais de 90,0%, evidenciando que o comércio com outros fornecedores foi favorecido. Em 1996 e 2002 a maior parte do algodão que abastecia as indústrias têxteis catarinenses era paraguaio, sendo que atualmente o maior fornecedor é a Índia, seguido pela China, Argentina e finalmente Paraguai.

Quanto às importações totais nota-se que o fornecimento de produtos paraguaios para Santa Catarina reduziu no período de análise. Em 1996 o Estado importava cerca de US\$ 230.130 mil, passando para US\$ 148.003 mil em 2008, uma variação de -35,6%.

3.2.3 Uruguai

O Uruguai possui aproximadamente 176 mil km² de área e sua principal atividade econômica é a agricultura voltada para a exportação. Todavia, a sua maior produtividade é no setor industrial que, de acordo com Moreira e Milhomen (2010), está se ampliando e diversificando não só em função da demanda interna, mas também como provável resultado da participação do país no Mercosul.

Quanto às exportações catarinenses destinadas ao Uruguai, verifica-se uma expansão considerável no volume total exportado, evoluindo de US\$ 41.092 mil em 1996, para US\$ 113.594 mil em 2009, ano em que o comércio exterior brasileiro começou a apresentar os efeitos da crise financeira mundial. Os anos de 1999 e 2002 também apresentaram declínios no volume exportado. O primeiro deve-se a valorização cambial do real, e o segundo reflete o ápice da crise do bloco que atingiu, sobretudo, a Argentina e o Uruguai em 2002.

No período 2002-2008, houve um incremento de 374,0% nas exportações catarinenses destinadas ao Uruguai, valor muito próximo ao registrado pelas exportações brasileiras que foi de 400,0%.

Em relação aos produtos catarinenses que apresentaram maior continuidade de comércio como o Uruguai, conforme a Tabela 5, se destacaram os produtos da indústria têxtil e de máquinas. Os artigos de vestuário chegaram a representar 23,3% das exportações totais de Santa Catarina destinadas ao Uruguai em 2002. Entretanto, a participação nas exportações totais caiu sensivelmente a partir de 2006, chegando a 3,6% em 2008 e apresentando uma pequena alta em 2009, quando representa 4,1% do total exportado para este país. No entanto, comparando-se o volume exportado em 1996 e em 2009, verifica-se uma variação próxima a zero.

A queda das exportações de produtos de vestuário catarinenses deve-se, sobretudo, a entrada dos produtos oriundos da China, além de Hong Kong, Indonésia, Índia, ou seja, países que não representavam significância nas importações de vestuários do Uruguai passaram a ter representatividade suficiente para tomar mercado de países pertencentes ao Mercosul, como Brasil e Argentina.

Somado a isso, muitas empresas catarinenses adquiriram ou montaram suas indústrias nos países vizinhos como Uruguai e Paraguai, fato que contribuiu para diminuir o volume de exportações de artigos de vestuário de Santa Catarina.

Tabela 5 - Exportações de Santa Catarina destinadas ao Uruguai.

Período	61-Vestuário e seus acessórios, de malha		84- Reatores nucleares, caldeiras,máquinas,mecânicos		Total Exportado	
	Em mil US\$	Participação	Em mil US\$	Participação	Em mil US\$	Var. %
1996	4.412	10,7%	5.667	13,8%	41.092	-
1999	5.952	12,0%	3.932	7,9%	49.699	20,9
2002	7.538	23,3%	1.764	5,5%	32.333	- 34,9
2005	8.437	15,0%	7.833	13,9%	56.167	73,7
2007	5.974	5,8%	12.732	12,4%	102.953	83,3
2009	4.651	4,1%	13.641	12,0%	113.594	10,3

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do ALICE-Web/MDIC (2011).

Quanto aos produtos do “capítulo 84 – reatores nucleares, caldeiras, máquinas, mecânicos”, que abrange produtos como compressores de ar, máquinas, a participação no volume total de vendas para o Uruguai se apresentou mais uniforme, e salvo cinco períodos, manteve a participação acima de duas casas, variando entre 11% e 14,7%. Quanto ao volume exportado, diferentemente dos produtos têxteis, a variação verificada entre 1996 e 2009 supera os 140,0%, passando de US\$ 5.667 mil em 1996, para US\$ 13.641 mil em 2009.

Tabela 6 - Importações de Santa Catarina oriundas do Uruguai.

Período	2-Carnes e miudezas, comestíveis		11-Produtos da indústria de moagem, malte, amidos, etc.		39-Plásticos e suas obras		Total Importado	
	Em mil US\$	Participação	Em mil US\$	Participação	Em mil US\$	Participação	Em mil US\$	Var. %
1996	20.481	35,7%	1.721	3,0%	2.212	3,9%	57.314	-
1999	4.097	10,2%	1.209	3,0%	-	-	40.238	-29,8
2002	482	2,8%	1.554	9,0%	7.538	43,4%	17.360	- 56,9
2005	-	-	50.239	46,5%	41.675	38,6%	108.069	522,5
2007	2.931	2,0%	35.873	23,9%	74.087	49,3%	150.140	38,9
2009	5.373	3,3%	58.732	35,6%	46.931	28,4%	164.988	9,9

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do ALICE-Web/MDIC (2011).

Em relação ao comércio dos produtos uruguaios destinados a Santa Catarina, observa-se na Tabela 6, uma variação superior a 150% no período entre 1996-2009, quando a demanda catarinense por produtos uruguaios cresce de US\$ 57.314 mil para US\$ 164.988 mil. As importações catarinenses vindas do Uruguai apresentaram declínios somente nos períodos de crise: 1999-2001 e 2009.

Quanto aos produtos do Uruguai que apresentaram participação média superior ou igual a 10,0% no total exportado deste país com destino para Santa Catarina, estão presentes os oriundos do setor agropecuário, como é o caso dos produtos do “capítulo 2 - carnes e

miudezas, comestíveis” e do “capítulo 11 - produtos da indústria de moagem, malte, amidos”. Os primeiros tinham participação bastante relevante no período 1996-1998, representado até 41,3% do total das importações catarinenses. A partir de 1998 visualiza-se o primeiro declínio sendo que, a partir de 2002, as participações destes produtos caíram ainda mais, sendo reduzida a menos de 3,0%.

A importação de carnes nos primeiros períodos do estudo era composta, sobretudo, de carcaças e meia carcaças de bovinos, frescas ou refrigeradas, mas a importação deste tipo de produto foi interrompida em virtude de o Estado de Santa Catarina ter adotado medidas sanitárias para ser considerado como área livre de febre aftosa. Desta forma, o ingresso de carne bovina não desossada foi suspenso. Atualmente o estado catarinense importa do Uruguai principalmente carne bovina desossada e carne de ovinos, não desossada e congelada.

No que diz respeito às importações catarinenses de farinha de trigo e malte não torrado, produtos do capítulo 11, e aos produtos do “capítulo 39 – plásticos e suas obras”, que abrangem produtos como tampas, embalagens para transporte, tubos, garrafas, chapas de polímeros entre outros, foi observado trajetória oposta ao verificado com os produtos do capítulo 2. Estes dois grupos de produtos que até meados de 2000 apresentavam pouca relevância no volume de comércio entre Santa Catarina e Uruguai, passaram a exibir alto volume de comércio. Juntos, estes produtos chegaram a representar 73,6% das importações totais de Santa Catarina de produtos uruguaios em 2008. Atualmente o Uruguai é o terceiro maior fornecedor de produtos do capítulo 39, atrás da Argentina e dos EUA.

3.2.4 Venezuela

A República Bolivariana da Venezuela tem aprofundado os vínculos comerciais com o Mercosul, tanto que em 2008 a soma das importações e exportações chegou a US\$ 8.600 milhões, valor 18,2% acima do registrado no ano anterior. Dentre os membros do bloco, o maior fluxo comercial ocorre com o Brasil, sendo que em 2009 o país foi origem de 72,9% das importações venezuelanas, sendo o terceiro maior fornecedor, respondendo por 9,3% de das importações totais, ficando atrás somente dos EUA e da Colômbia.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela tem sido favorável ao primeiro. Embora o Brasil seja um grande fornecedor ao mercado venezuelano, a demanda brasileira

por produtos oriundos da Venezuela é muito baixa, cerca de 0,7% das exportações totais, enquanto que os EUA, maior parceiro comercial da Venezuela, responde por 35,4%.

No que diz respeito ao fluxo comercial entre Santa Catarina e Venezuela observa-se disposição semelhante ao comércio Brasil x Venezuela, pois o Estado exporta além de suas importações, gerando um saldo positivo na balança comercial.

Tabela 7 - Exportações de Santa Catarina destinada à Venezuela.

Período	84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas		85-Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes		16-Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos		Total Exportado	
	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Var. %
1996	2.590,54	28,5%	981,77	10,8%			9.088,71	-
1999	2.316,65	25,3%	882,87	9,6%			9.172,81	0,9
2002	5.222,42	30,6%	1.588,10	9,3%			17.049,20	85,9
2005	12.710,90	16,6%	5.593,57	7,3%	34.489,82	45,1%	76.453,46	348,4
2007	29.567,53	16,8%	10.523,74	6,0%	16.924,05	9,6%	175.926,50	130,1
2009	17.779,92	16,9%	9.713,45	9,3%	4.790,89	4,6%	104.993,11	- 40,4

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do ALICE-Web/MDIC (2011).

Analisando-se a Tabela 7, percebe-se que o Estado tem exportado produtos de valor agregado e com tecnologia, como são os casos dos produtos do “capítulo 84 - reatores nucleares, caldeiras, máquinas”; e do “capítulo 85 - máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes”. Estes dois grupos de produtos apresentam participação relevante no volume exportado e com variações elevadas quando comparado o volume registrado em 1996 ao de 2008, ano que antecedeu os efeitos da crise.

Em 1996, Santa Catarina exportava US\$ 2.590,54 mil em produtos do capítulo 84, já em 2008 o volume chegou a US\$ 41.068,78 mil. Os produtos do capítulo 85 também apresentaram crescimento, e no período 2008-2009, diferentemente do que ocorreu com outros grupos de produtos, não houve queda.

A partir de 2003, pela definição do NCM, produtos como enchidos de carne, peixes e crustáceos ganharam o mercado venezuelano. De 2003 a 2008 a variação no volume exportado extrapolou 900%, passando de US\$ 2.199,85 mil para US\$ 22.209,48, e em 2009 houve queda no volume exportado na ordem de 78,4%.

Em relação à demanda catarinense por produtos originados da Venezuela, exposto na Tabela 8, percebe-se um aumento gradual ao longo do período analisado, apresentando somente três períodos com quedas relevantes: 2003, 2006 e 2009. Também é possível

verificar que, embora tenha ocorrido um crescimento ao longo do tempo, não houve a consolidação de compras de determinados grupos de produtos, o único capítulo de produtos a destoar é o “capítulo 39 - plásticos e suas obras”, que apresentou importação em 13 períodos dos 14 analisados.

Dos grupos de produtos que apresentaram descontinuidade nas importações podem-se citar os do capítulo 3, que chegou a apresentar fluxo constante no período 1998-2006. Após este ano a demanda catarinense passou a ser suprida pela Argentina, Chile e Uruguai.

Tabela 8 - Importações de Santa Catarina oriundas da Venezuela.

Período	3-Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebr. aquáticos		27-Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais		39-Plásticos e suas obras		Total Importado	
	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Participação	Em mil de US\$	Var. %
1996	187,45	10,8%					1.742,92	-
1999	3.430,48	90,5%			195,11	5,1%	3.791,36	117,5
2002	6.444,27	68,1%	42,18	0,4%	1.858,03	19,6%	9.458,56	149,5
2005	6.359,08	47,8%			4.563,02	34,3%	13.304,62	40,7
2007			1.813,25	10,5%	3.193,95	18,5%	17.232,52	29,5
2009			16.496,13	57,0%	2.506,93	8,7%	28.954,61	68,0

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do ALICE-Web/MDIC (2011).

O capítulo 27 embora não tenha apresentado média anual superior ou igual a 10% foi incluído na tabela por ter exibido nos últimos períodos de análise, alta relevância nas importações totais. Em 2009, mesmo com os efeitos da crise financeira internacional, a importação dos produtos deste capítulo praticamente não foram afetadas.

A importação de Santa Catarina dos produtos do capítulo 27 era suprida até 2005, em maior medida, pela Argentina, Alemanha, África do Sul e EUA. A partir deste período a demanda do Estado só cresceu, e com isso houve aumento das importações desses produtos oriundos da Venezuela. São três os produtos venezuelanos importados: óleos para isolamento elétrico, óleos minerais brancos (vaselina/parafina) e coque de petróleo não calcinado, que é utilizado para a produção de energia em indústrias.

Quadro 1 - Fluxo de comércio de Santa Catarina com o Mercosul.

País	Exportação	Importação
Argentina	02-Carnes e miudezas comestíveis; 48-Papel e suas obras; 84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas,	10-Cereais; 39-Plásticos e suas obras.
Paraguai	69-Produtos cerâmicos; 84-Reatores nucleares, caldeiras, máquinas.	10-Cereais; 12-Sementes e frutos oleaginosos, grãos, sementes; 23-Resíduos e desperdícios das ind. alimentares; 52-Algodão.
Uruguai	61-Vestuário e seus acessórios de malha; 84- Reatores nucleares, caldeiras, máquinas.	02-Carnes e miudezas comestíveis; 11-Produtos da ind. de moagem, malte, amidos; 39-Plásticos e suas obras.
Venezuela	-setor de máquinas e equipamentos (capítulos 84 e 85); 16-Preparações de carne, de peixes, etc.	3-Peixes e crustáceos; 27-Combustíveis; 39-Plásticos e suas obras.

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa.

O Quadro 01 apresenta um resumo dos capítulos de NCM que exibiram representatividade média de 10% no comércio entre Santa Catarina e os países membros do Mercosul no período 1996-2009.

3.2.5 Índice de comércio intra-indústria (ICII) Santa Catarina e Mercosul

Conforme abordado no item 2.2, a verificação da ocorrência do comércio intra-indústria, bem como de sua intensidade, pode ser constatada pelo cálculo do Índice de Comércio Intra-Indústria (ICII).

O ICII mede a incidência de comércio intra-indústria a partir dos valores de importações e exportações de um setor específico de uma localidade para outra, podendo ser calculado a nível nacional, estadual e/ou de blocos regionais. O indicador pode ser expresso pela equação 01:

$$I_{CI} = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i + m_i) - \sum_{i=1}^n |x_i - m_i|}{\sum_{i=1}^n (x_i + m_i)} \quad (1)$$

Em que $0 \leq I_{CI} \leq 1$

I_{CI} = Índice de comércio intra-indústria;

x_i = Exportações do produto ou setor i ;

m_i = Importações do produto ou setor i ;

O ICII varia entre zero e um. Sendo que, quanto mais próximo a *zero*, maior o comércio inter-indústria, e quanto mais próximo a *um*, maior é a incidência do comércio intra-indústria.

Entretanto, conforme ressalta Montoro *et al* (2007), há dois aspectos importantes que merecem destaque na metodologia empregada no estudo. O primeiro diz respeito à sensibilidade do índice com o nível de agregação do produto, que será mais próximo de *um*, quanto mais elevado for o nível de agregação. O segundo é que, havendo desequilíbrio comercial entre os pares analisados, o índice tende a ser subestimado, pois $(x_i - m_i)$ não deverá se aproximar de zero, o que elimina a hipótese de se calcular um índice igual a zero.

O ICII apresentado nesta seção foi obtido a partir dos valores das exportações e das importações para cada capítulo da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), transacionadas entre Santa Catarina e o Mercosul no período compreendido entre 1996 a 2009, sendo agregados as suas respectivas seções. Os resultados apresentados na Tabela 9 contemplam os dez principais setores produtivos.

Conforme Vasconcelos (2003) *apud* Seabra e Amal (2010), o ICII pode ser classificado em três categorias: valores até 0,4 sinalizam baixa integração intra-indústria; valores entre 0,4 e 0,7 indicam uma posição intermediária de integração; e valores superiores a 0,7 indicam alto grau de integração intra-indústria.

Tabela 9 - ICII de Santa Catarina x Mercosul (1996 a 2009)

Capítulos	1996-1998	1999-2001	2002-2005	2006-2009
1 a 5	0,9793	0,5005	0,4408	0,7563
6 a 14	0,0897	0,2243	0,2167	0,1678
16 a 24	0,7891	0,9926	0,3518	0,6282
39 a 40	0,9253	0,8195	0,0911	0,1121
47 a 49	0,1203	0,1793	0,2247	0,2410
50 a 63	0,9209	0,6667	0,3832	0,4566
68 a 70	0,1114	0,0242	0,1124	0,2652
72 a 83	0,6748	0,2929	0,6009	0,9993
84 a 85	0,1951	0,1911	0,2748	0,0640
86 a 89	0,6156	0,9458	0,0890	0,1007

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Sistema Aliceweb/MDIC (2011).

Diante dos resultados, os setores que apresentaram ICII abaixo de 0,4, ou seja, de baixa integração intra-industrial, ao longo de todos os períodos são: os produtos do reino vegetal (capítulos 06 a 14); os produtos relacionados ao papel e suas obras (capítulos 47 a 49); os produtos cerâmicos (capítulos 68 a 70); e os produtos como equipamentos e máquinas (capítulos 84 a 85).

Chama a atenção o setor de máquinas e equipamentos pelo baixo índice apresentado, dado o bom desempenho exportador que este setor exibiu para todos os países membros do bloco. Além disso, no estudo de Seabra e Amal (2010), que calcula o ICII do comércio Santa Catarina - Mundo para o período de 1989 a 2007, o setor apresentou performance oposta, registrando valores entre 0,49 e 0,75.

O índice encontrado no trabalho de Seabra e Amal (2010) é em parte explicado pelo processo de internacionalização de boa parte das empresas deste setor. Todavia, como se verifica no tamanho do índice obtido neste estudo, o mesmo não se aplica para o comércio Santa Catarina-Mercosul, apontando para a hipótese de que o processo de internacionalização das empresas do setor de máquinas e equipamentos tem se voltado para outras regiões do mundo, que não o Mercosul.

Vale ressaltar ainda, que o baixo índice de comércio intra-indústria deste setor, aponta para a presença predominante de comércio inter-indústria e, portanto, para a existência de vantagens comparativas.

Já os setores da indústria de plástico (capítulos 39 a 40) e da indústria de transporte (capítulos 86 a 89), que apresentavam índices que sinalizavam alto grau de integração nos dois primeiros subperíodos, registraram nos períodos seguintes índices muito inferiores. Na indústria de plástico, a transição foi propiciada pelo elevado aumento das importações

catarinenses de insumos. Sendo que, as exportações não ocorreram na mesma magnitude pelo fato da maior parte da produção deste setor ser destinada ao mercado interno.

Com relação ao índice encontrado para a indústria de transporte, este é resultado do elevado avanço das exportações catarinenses dos produtos pertencentes ao Capítulo 87, como peças de veículos, reboques.

Em posição intermediária de integração intra-indústria estão os produtos do setor têxtil (capítulos 50 a 63) e do setor alimentício, bebidas e fumo (capítulos 16 a 24). Ambos caíram sensivelmente no período 2002-2005 e parecem apontar para uma recuperação, conforme se verifica no período 2006-2009.

Com relação ao índice do setor têxtil, observa-se trajetória declinante do primeiro ao terceiro subperíodo, alterando o *status* de setor com alta integração inter-indústria para setor com baixa integração (período 2002-2005), sendo causado pela diminuição das exportações têxteis do Estado, e motivada, sobretudo, pela entrada de produtos asiáticos, como já abordado anteriormente, e também por medidas de proteção adotadas a este setor no âmbito do Mercosul. Todavia, comparando-se estes resultados aos obtidos no estudo de Seabra e Amal (2010), percebe-se que o ICII do comércio de produtos têxteis de Santa Catarina-Mundo, não sofreu grandes alterações no período 1994 a 2007, ficando entre 0,6984 e 0,7844, diferentemente do ocorrido com o Mercosul. Desta forma, verifica-se que o comércio de produtos relativos ao setor têxtil entre Santa Catarina e o bloco tem se revelado instável e provavelmente mais suscetível a interferências do que o comércio de têxteis de Santa Catarina com os demais países do mundo.

Já a retomada do comércio do setor têxtil, que intensificou o índice de comércio intra-indústria no período 2006-2009, pode ser resultado do processo de internacionalização de empresas deste setor e que também tem sido direcionados aos países membros do Mercosul.

Por fim, os produtos pertencentes aos produtos do reino animal (capítulos 1 a 5), que são referentes, no caso catarinense, as exportações de carne, registraram elevado grau de integração intra-indústria. Assim como, os produtos do setor de metais e suas obras (capítulos 72 a 83).

Em relação a este último, verifica-se que no período 2006-2009 os valores de importação e exportação do setor foram muito próximos, propiciando um índice elevado. Os principais produtos exportados pelo Estado e destinados ao Mercosul são pertencentes ao “capítulo 72 - ferro fundido, ferro e aço” e ao “capítulo 73 - obras de ferro fundido, ferro e aço”, com representatividade de 52,9% e 38,8% , respectivamente. Quanto às importações, os

principais produtos importados também contemplam os pertencentes aos capítulos 72 e 73, com representatividade de 28,2% e 23,9%, respectivamente. Além desses, os produtos do “capítulo 74 - cobre e suas obras”, do “capítulo 75 - níquel e suas obras”, têm registrado elevado nível de importação.

No estudo de Vasconcelos (2001), acerca do comércio intra-indústria entre o Brasil e os países do Mercosul, o ICII para a seção de metais comuns e suas obras ficou compreendida entre 0,11 e 0,41, apontando para um comércio de grau baixo a intermediário de integração intra-indústria.

Com relação aos dados apresentados e a metodologia empregada, vale ressaltar a questão da agregação de dados. Quando se trabalha com informações muito agregadas, corre-se o risco que a definição de indústria se perca, fazendo com que o índice fique sobreestimado, e indicando que todo o comércio é intra-indústria. No entanto, cabe ressaltar que a metodologia adotada neste estudo é comumente utilizada por outros autores, como Vasconcelos (2001), Seabra e Amal (2010) e Montoro et al (2007).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou o fluxo de comércio entre Santa Catarina e os países membros do Mercosul, possibilitando identificar os grupos de produtos que tem sido mais comercializados, bem como o seu desempenho no decorrer do período 1996 a 2009. O estudo verificou as alterações ocorridas neste período e a vulnerabilidade do comércio destes produtos frente às mudanças ocorridas no cenário econômico internacional. Além disso, o cálculo do Índice de Comércio Intra-Indústria (ICII) de Santa Catarina com o Mercosul proporciona verificar o nível de integração das suas indústrias, gerando subsídios para a elaboração de políticas conjuntas como as de pesquisa e desenvolvimento.

No que se refere à análise do fluxo de comércio, partindo da apreciação das importações e exportações totais por capítulo de NCM para os períodos compreendidos entre 1996 a 2009, com cada país membro do bloco, e apurada a representatividade de comércio dos grupos de produtos para o período de análise deste artigo, constatou-se que em relação às exportações catarinenses e destinadas ao Mercosul, fica evidente a importância deste mercado para os produtos pertencentes ao capítulo 84 (reatores nucleares, caldeiras, máquinas), pois o fornecimento destes produtos abrange a todos os países membros do bloco, exibindo um volume comercializado bastante elevado. Além disso, a participação deste setor no total

exportado por Santa Catarina ao Mercosul tem sido ascendente, ao contrário de setores como o cerâmico, o têxtil e o de carnes, que apresentaram representatividade declinante ao longo do período de análise.

O alto grau de participação dos produtos do capítulo 84 nas exportações é positivo, visto serem produtos manufaturados, e com alto valor agregado. Vale lembrar que o ICII para este setor foi baixo, evidenciando para a presença de comércio inter-indústria e da existência de vantagens comparativas.

Com relação à pauta de importação, verifica-se que na maior parte é composta por produtos da agroindústria, como cereais e carnes. Também se destacam os produtos do “capítulo 39 - plásticos e suas obras”, e destinados, em sua maioria, como insumos para a indústria de plástico catarinense, que é destaque nacional.

No que tange o grau de comércio intra-indústria de Santa Catarina com o Mercosul, observa-se baixo nível de integração para as indústrias do setor de plástico e borracha (capítulo 39 a 40); produtos do reino vegetal (6 a 14), papel (capítulos 47a 49), cerâmicas (68 a 70) e máquinas e equipamentos (capítulos 84 a 89). Destes, sinaliza-se para a existência de vantagens comparativas para o Mercosul dos dois primeiros grupos citados.

Já, em nível elevado de integração estão as indústrias dos produtos do reino animal (capítulos 1 a 5) e metais e suas obras (capítulos 72 a 83). Quanto ao índice obtido para o primeiro grupo (capítulos 1 a 5), pode ser explicado pelo fato de que, tal como Santa Catarina, outros países membros do Mercosul possuem este setor bem desenvolvido, como a Argentina e o Uruguai. O que não acarreta em vantagem comparativa do comércio destes produtos e favorece ao comércio intra-indústria.

Verifica-se, portanto, que são poucos os setores que apresentam um nível elevado, ou mesmo intermediário de integração intra-indústria. Além disso, o índice foi mais alto em segmentos com maior intensidade em mão de obra, como o de carnes, e que normalmente, de acordo com a literatura, são propícios para a ocorrência de comércio inter-indústria e de vantagens comparativas.

Por outro lado, setores que seriam mais favorecidos pelo comércio intra-indústria, como o de manufaturados, apresentaram índices baixos. Cabe ressaltar que o comércio intra-indústria proporciona ganhos de escala, diferenciação do produto e maior eficiência produtiva, tornando os produtos mais competitivos para o comércio internacional.

São muitos os fatores apontados pela literatura que podem afetar o desenvolvimento do comércio intra-indústria, como custos elevados de transporte, existência de desequilíbrios

comerciais, barreiras comerciais, entre outros. Sendo assim, pesquisas com a finalidade de identificar os fatores que afetam o comércio intra-indústria Santa Catarina-Mercosul seriam desejáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALASSA, B. **Teoria da integração económica**. Lisboa: Clássica, 1961. 452 p.

CARBAUGH, R. J. **Economia internacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 587 p.

CARMINATTI, C.; FACHINELLO, A.L. **A abertura comercial na década de noventa e seus reflexos sobre o setor exportador do oeste de Santa Catarina**. Trabalho Acadêmico (Pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/FAPE)-Curso de Ciências Econômicas, Universidade Comunitária de Chapecó, Chapecó, 2002.

CARIO, S. A. F. et al. (Orgs.). **Economia de Santa Catarina: inserção industrial e dinâmica competitiva**. Blumenau, Nova Letra, 2008.

CORMELATTO, M. **Processos locais e dinâmicos mundiais: estudo sobre a indústria de móveis de São Bento do Sul (SC) na perspectiva das cadeias mercantis globais**. Dissertação de Mestrado em Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia, UFSC, 2007.

DORIA, V. BRAGA, P.; MALTA, C. Desmentindo governo, Argentina e Rússia mantêm embargo a carnes. **Valor On Line**, 25 de jun. 2004.

GRUBEL, H. G.; LLOYD, P. J. The empirical measurement of intra-industry trade. **Economic Record**, n. 47, v. 4, pp. 494–517, 1971

INDÚSTRIA de SC sob as garras do dragão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22 jun. 2008. Nº 8108

KROTH, D. C.; GEMELLI, E.; FACHINELO, A. L. **A importância da taxa de câmbio sobre as exportações catarinenses no período de 2001 a 2006** In: IV Encontro de Economia Catarinense. Criciúma, 2010.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. 4. ed. São Paulo: Makron Books do Brasil, 1999. 807. Cap. 9 economia política da política comercial

KRUTZMANN, V.; AZEVEDO, A.F.Z. **Abertura comercial brasileira: mensuração do efeito do comércio sobre o crescimento econômico**. Unisinos, 2010.

MERCOSUL. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2010.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Base de dados sistema Alice Web. Disponível em: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2010.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Base de dados sistema Radar Comercial: <<http://www.radarcomercial.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2010.

MIRANDOLA, M. A. **Os impactos da abertura comercial brasileira sobre o desenvolvimento do estado de santa Catarina**. São Paulo, 2003. Dissertação- Escola de Administração de Empresas de São Paulo FGV.

MONTORO, F. *et al.* **Uma investigação da evolução do comércio intra-indústria na relação Brasil-Mercosul no período 1996-2005: O que revelam os dados?** Seminário NESPI, São Paulo, 2007.

MOREIRA, S. V.; MILHOMEM, E. E. L. **Evolução recente do comércio Exterior brasileiro com os países do Mercosul**. IPEA, texto para discussão 1466. Rio de Janeiro, 2010.

SEABRA, F; MOHAMED, A. Inserção internacional de uma economia regionalizada: avanços e limitações para o caso catarinense. In: MATTEI, L.; LINS, H. N (Orgs.) **A socioeconomia catarinense**. Chapecó: Argos, 2010. 247 p.

SOUZA, A. M. D. **Criação e desvio de comércio no Mercosul - período de 1991 a 2000**. Florianópolis, 2003. Dissertação-Economia e Finanças – UFSC.

VASCONCELOS, C.R.F. **O comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intra-indústria**. Rio de Janeiro, 2003.

VINER, J. **The Customs Union Issue**. New York: Carnegie Endowment for International Peace. 1950.

Artigo recebido em setembro de 2015 e aceito em novembro de 2015.

O COMPORTAMENTO DA INDÚSTRIA CATARINENSE A PARTIR DOS RESULTADOS DA BALANÇA COMERCIAL ENTRE 2000-2008³⁴

Ângelo Brião Zanela³⁵

Cássio Andrei Bortoluzzi³⁶

Rosemari Fatima Orłowski³⁷

Resumo: As diversidade regional de Santa Catarina, tanto por meio dos aspectos geográficos e sociais como econômicos, contribui para a dinamicidade de sua estrutura econômica. Desde sua ocupação, as diferentes regiões foram se moldando em função das atividades econômicas nelas desenvolvidas. Atualmente o estado possui grande importância no cenário nacional no que tange ao comércio exterior. Neste sentido, o presente estudo analisa a formação e expansão dos setores alimentício, têxtil, metal-mecânico e cerâmico, além de identificar o comportamento desses setores no saldo da balança comercial do estado. O setor alimentício, atualmente base da economia do oeste catarinense, desenvolveu-se a partir da produção de excedente dos colonizadores que mais tarde passaram a fazer parte do processo de integração com as agroindústrias. O setor têxtil é o mais antigo no estado e também o mais afetado pelo processo de abertura comercial. O setor metal-mecânico surgiu articulado ao ciclo ervateiro e se consolidou com a expansão da economia nacional a partir da década de 1970. O setor cerâmico, que se desenvolveu na região sul tomando espaço da atividade carvoeira, é impulsionado pela expansão da construção civil no mercado interno. O processo de industrialização em Santa Catarina se intensifica com o processo de industrialização nacional, muito no sentido de atender às necessidades internas e posteriormente volta-se para a exportação. Da mesma forma, as políticas voltadas à desnacionalização da indústria irão se refletir no estado. Com a moeda nacional valorizada, medida adotada visando aumentar as importações e conter os preços internos, o saldo da balança comercial do estado se reduziu drasticamente. Constatou-se que o processo de abertura comercial afetou de forma desigual os segmentos industriais, sendo que o setor têxtil foi o mais prejudicado. Entre os setores analisados, o alimentício e metal-mecânico ganharam espaço na balança comercial do estado, enquanto que se observou significativa retração dos setores têxtil e cerâmico.

Palavras-chave: Indústria Catarinense; Plano Real; Balança Comercial.

³⁴ Este artigo é parte da Monografia de Conclusão do Curso em Ciências Econômicas ‘O Comportamento da Indústria Catarinense a partir dos resultados da Balança Comercial entre 2000-2008’, elaborado pelo acadêmico Cássio Andrei Bortoluzzi sob orientação do Prof. Ângelo Brião Zanela. Monografia terceira colocada no XV Prêmio Catarinense de Economia 2010.

³⁵ Professor do Curso de Administração da UFFS/Campus Chapecó; Mestre em Economia de Empresas/UFP.
E-mail: abzanela@yahoo.com.br

³⁶ Bacharel em Ciências Econômicas/Unochapecó. E-mail: cassio.a.bortoluzzi@sherwin.com.br

³⁷ Acadêmica do Curso de Administração da UFFS/Campus Chapecó. Bacharel em Ciências Econômicas/Unochapecó; Mestre em Desenvolvimento Regional/UNISC. E-mail: rosemari.orłowski@gmail.com

THE PERFORMANCE OF INDUSTRY CATARINENSE FROM THE RESULTS OF THE TRADE BALANCE BETWEEN 2000-2008

Abstract: The regional diversities of Santa Catarina, such as geographical, social or economic aspects contributes to the dynamism of its economy. Since its occupation, the different regions were shaped up in function of the economic activities developed in them. Currently the State has great importance in the national scenario with regards to foreign trade. In this sense, the present study aims to analyze the implementation and training of food sectors, textile, metal-mechanical and ceramic, in addition, identify the behavior of these sectors in the state's trade balance. The food industry, currently the base of the economy of Western Santa Catarina, developed from the production of the colonizers who later became part of the process of integration with the agro-industries. The textile sector is the oldest in the State, however it will be greatly affected with the process of trade liberalization. The metal-mechanic sector arises from the need of herbal activity and is consolidated with the expansion of the economy that develops in the South, as coal activities take place, is driven by the expansion of civil construction, with the trade opening, we go back to the internal market. The process of industrialization in Santa Catarina intensifies with the national industrialization, very much in the feeling of internal needs and previously goes back to the exportation. Similarly, the policies towards industry disnaturalization will be reflected on the State. With the national currency overpriced, measure taken in order to increase imports and contain domestic prices, the balance of trade of the State drastically reduces. It was noticed that the process of trade freedom affected unequally industrial threads, the textile sector was the most affected. Among the sectors examined, the frenzy and metal-mechanic won its area on the trade balance of the State, whereas if observed had a significant reduction in textile and ceramic.

Keywords: Santa Catarina industry; Plano Real; Trade Balance.

1. INTRODUÇÃO

O estado catarinense é marcado por grandes diferenças regionais, sejam elas proporcionadas por aspectos geográficos (relevo, vegetação, clima), ou pela ocupação com a qual foram inseridas várias culturas e atividades produtivas. A partir dessa diversidade, Santa Catarina desenvolveu-se em vários setores da indústria, localizados nas diversas regiões, a partir das especificidades locais.

A expansão da indústria catarinense ocorreu em conformidade com as necessidades do mercado nacional, principalmente a partir da década de 1960. O grande impulso da industrialização, conforme Goularti Filho (2007) ocorreu no período de 1963 a 1980, que é quando o estado já apresenta uma estrutura industrial diversificada, mais competitiva e concentrada. Este salto na indústria de Santa Catarina foi resultado de experiências industriais

positivas, da mão-de-obra e inovação por parte dos empresários. Ainda para o autor, os principais setores da indústria catarinense historicamente foram o extrativismo (erva-mate, carvão e madeira), o têxtil e o alimentício e mais tarde o cerâmico, papel, e metal-mecânico.

Atualmente o estado catarinense, apesar da pequena extensão territorial que ocupa, é responsável pela exportação nacional de diversos produtos, entre eles destacam-se: pedaços de miudezas, com 15,31% das exportações catarinenses em 2008; fumo 6,65%; moto compressor 4,96% e carne suína 3,86%. No ano de 2008, Santa Catarina representou 4,17% das exportações brasileiras ocupando a nona posição entre os estados exportadores e 4,59% das importações.

Diante deste cenário, o presente artigo tem como objetivo identificar os fatores que contribuíram para a formação das indústrias têxtil, alimentícia, cerâmica e metal-mecânica, bem como analisar a participação destes segmentos industriais na balança comercial do estado de Santa Catarina no período 2000-2008.

Os setores da indústria estudados nesse trabalho (alimentício, têxtil, cerâmico e metal-mecânico) são de grande importância para o desenvolvimento do estado, pois representam em torno de 60% do total dos produtos exportados nos últimos anos por Santa Catarina. O conhecimento da real representatividade dos setores industriais na produção estadual pode servir com subsídios para ações governamentais e investimentos privados. Por parte do governo, podem auxiliar na alocação de recursos ou até mesmo financiando e investindo em infra-estrutura, o que contribuirá para maior geração de empregos, renda à população e aumento de arrecadação ao setor público.

Para o desenvolvimento do trabalho, além das referências bibliográficas coletadas em livros, artigos e revistas especializadas, foram utilizados dados do Banco Central (BC), Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio (MDIC), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), entre outros.

2. A FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA CATARINENSE

A indústria é vista por muitos administradores públicos, pesquisadores e pela maioria da própria população, como um fator fundamental para o crescimento e desenvolvimento de países, regiões e municípios. Sob este ponto de vista, espera-se que, com a presença de indústrias sejam ampliadas as oportunidades de emprego, criação e difusão de novas

tecnologias, bem como a valorização do capital humano, envolvidos no processo.

No estado Catarinense, o processo de industrialização teve uma combinação de fatores naturais somados as características e aptidões dos colonizadores. Com o passar dos anos, a indústria que, em grande parte se iniciou para suprir as necessidades locais, passou a atender o mercado nacional e posteriormente expandiu-se para o mercado externo. A consolidação das indústrias se deu pela formação da pequena produção mercantil, outro fator importante foi a intensa industrialização no estado de São Paulo a partir de meados de 1950, que estimulou o crescimento das economias regionais, entre elas a de Santa Catarina. O bom desempenho da pequena produção mercantil foi possível graças ao estreitamento dos laços comerciais e produtivos com a economia nacional, bem como a participação dos imigrantes europeus que foi de grande importância para o desenvolvimento do estado.

É interessante perceber que, em Santa Catarina cada região do estado foi e ainda é caracterizada por um determinado segmento industrial. Citando como exemplo o setor de alimentos com forte predominância no oeste, o têxtil na região do Vale do Itajaí, o metal-mecânico no norte e no sul, o cerâmico, estas indústrias contribuem para o dinamismo do estado em todo seu território.

Analisando em um contexto mais histórico, percebe-se a importância de algumas medidas adotadas pelo governo catarinense, dentre as quais o Plano de Metas (1955/1960). Cunha (1992) cita que o governo incentivou indústrias do ramo dinâmico, produtores de bens de capital, bens de consumo durável e de consumo intermediário, visando atender déficits surgidos da estrutura econômica anterior e também para satisfazer demandas adicionais, resultantes das metas fixadas no Plano.

Foi importante também o incentivo para industrialização devido ao processo de substituição de importações ocorrido no período de 1945 a 1957, quando foram privilegiados os bens de consumo imediato, e 1957 a 1961, com ênfase aos bens intermediários, de capital e de consumo durável.

No período de 1949 a 1959, ainda para Cunha (1992), os três gêneros predominantes (madeira, têxtil e alimentar), passaram de 72% em 1949 para 66,4% em 1959, nas exportações catarinenses. Isso porque as indústrias do setor dinâmico, como o metal-mecânico e cerâmico, nesse período ainda estavam em fase de implantação e estruturação, foi mais tarde que ganharam força. Embora nos anos 50 a 70 do século XX, a indústria catarinense teve crescimento abaixo dos índices nacionais, pode-se considerar seu desempenho como satisfatório, pois foi nesse período que grandes investimentos foram realizados e o estado

começou a partir da adoção de novas tecnologias e pelo processo de substituição de importação, a se destacar no cenário nacional. Até esse período a economia catarinense tinha pouca participação no mercado interno e também nas exportações brasileiras, conforme comenta Bossle (1988, p. 20):

A província catarinense, na sua fase colonial de vida econômica, não se integrava diretamente no setor dinâmico do comércio exportador brasileiro, pelo fato de apresentar características divergentes desse setor. Seu papel era dirigido no sentido de atender as necessidades da colônia, não como produtor, mas como área de segurança, desenvolvendo, assim, uma função política importante de defesa, e uma função econômica secundária.

Comparando o desenvolvimento do estado de Santa Catarina com o Brasil, Mattos (1968, p. 147), comenta: “A baixa participação dos bens de capital, de consumo durável e dos intermediários que se vinculam tecnológica e economicamente aos primeiros, assemelha a estrutura industrial de Santa Catarina àquelas encontradas em economias com menor grau de desenvolvimento”.

O mesmo autor também fala em relação ao processo de industrialização brasileira: “Como foi nesta faixa de bens que ocorreu o processo de ‘substituição de importações’, Santa Catarina, por conseguinte, pouco se beneficiou dos fatores ‘exógenos’ que motivaram o aceleração industrial do País” (MATTOS, 1968, p.148).

Pode-se perceber que Santa Catarina, ao contrário dos demais estados brasileiros, pouco se beneficiou dos processos de industrialização nacional, isso se deve a pequena participação nos bens de capital de consumo durável e dos intermediários.

2.1 Formação industrial dos setores selecionados

2.1.1 Alimentício

A indústria alimentícia historicamente foi a pioneira entre todos os ramos instalados em Santa Catarina, e ao longo do século 20 vem se diversificando e se consolidando no estado. Conforme cita Mattos (1968, p. 67):

[...] entre as diversas indústrias instaladas em Santa Catarina, a de produtos alimentares é a mais antiga, pois a sua história está intimamente ligada a vida dos pioneiros que para aqui vieram nas diversas tentativas de desbravamento do território e, posteriormente, com a instalação de vários núcleos de colonização.

A produção de alimentos em Santa Catarina, conforme Goularti Filho (2007), em seu início, sempre esteve ligada a algumas atividades agrícolas desenvolvidas pelos açorianos, como por exemplo, o cultivo da cana-de-açúcar, mandioca, farinha e do polvilho, e mais tarde na produção de banha, manteiga, queijo e salame. A produção por parte desses imigrantes, na maioria italianos, era praticada por pequenos proprietários, que produziam para sua subsistência e o excedente para comercialização.

Porém, foi na década de 1950, que ocorreu a expansão acelerada dos frigoríficos catarinenses, a agricultura deixa de ser vista de forma isolada e torna-se um ramo da indústria. É a fase em que as agroindústrias surgem com força, caracterizando o oeste catarinense e destacando-o para o Brasil neste segmento industrial. A partir dos anos de 1962, Goularti Filho (2007), identifica como o começo de “novo período em Santa Catarina”, que é quando o capital industrial passa a mover acumulação capitalista, é a partir daí que o complexo agroindustrial de carne, ganha ainda mais força. Nesse período ocorre também a subordinação da pequena propriedade ao grande capital agroindustrial.

As agroindústrias são as grandes responsáveis pelo o crescimento desse setor na indústria catarinense. São elas que estabelecem padrões de produção para os agricultores, quando estabelecem uma relação de dependência do agricultor junto à empresa. “As agroindústrias se diferenciam das demais empresas pelo controle total que conseguem manter sobre um outro produtor privado (agricultor), ditando as regras do jogo, de acordo com a necessidade de obtenção de matéria-prima” (ALBA, 2002, p. 31).

A região oeste do estado recebeu um grande auxílio por parte do setor público, foi montada uma estrutura financeira com disponibilidade de crédito onde as agroindústrias conseguiram se estruturar e se desenvolver. Esse incentivo tinha o intuito de desenvolver novas técnicas de produção, melhores sementes e melhoramento das raças.

A partir dos anos de 1990, ocorreu a desnacionalização parcial no complexo agroindustrial, comenta Goularti Filho (2007, p. 332):

Com a desvalorização cambial e a facilidade de entrada do capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense passou por uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais. Associado a esta desnacionalização, assistimos nos anos 1990 a uma redução no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores.

Mesmo com mudanças no sistema de produção excluindo grande número de agricultores integrados, a produção das agroindústrias continua aumentando, em função de

implantação de novas tecnologias e exigências sanitárias que proporcionam significativo aumento de produtividade. O setor alimentício catarinense é de fundamental importância tanto para a economia catarinense como brasileira, sendo a região oeste referência para o mercado nacional, em função das agroindústrias de processamento de carnes localizadas na região.

2.1.2 Têxtil

Entre os setores analisados, pode-se dizer que a indústria têxtil é a mais antiga, tanto no Brasil como em Santa Catarina, teve sua instalação de forma organizada, conforme Mattos (1968) em 1908, na cidade de Brusque, onde foi estabelecida a primeira fiação de algodão do estado, a partir da iniciativa de Carlos Renaux (criador da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux).

A indústria têxtil, assim como o carro a vapor, o ferro e o carvão foram os ramos que conduziram a Primeira Revolução Industrial. Goularti Filho (2007), diz que a indústria têxtil apresentava fácil difusão técnica, pois não era necessário custo elevado para sua formação. Foi com esse pensamento de implantar uma indústria com tendência de crescimento, que muitos imigrantes europeus, principalmente alemães atravessaram o oceano Atlântico em busca de novos negócios.

Goularti Filho (2007, p. 94) também faz um comentário sobre vários elementos exógenos que consolidaram a expansão do setor:

[...] a) a queda das importações durante a Primeira Guerra; b) o crescimento urbano e a expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro; c) a política cambial dos anos de 1920; d) a integração do mercado interno pós-1930; e) a queda das importações durante a Segunda Guerra. Portanto foi uma indústria que se adaptou rapidamente às exigências da demanda interna e conquistou de forma duradoura mercados cativos.

No período de 1945 a 1962, a indústria têxtil já estava consolidada no estado, o que ocorreu nesse período foi à expansão da produção por parte da ampliação da capacidade instalada e a abertura de novos negócios. De acordo com Mamigonian (1966, p. 104 *apud* GOULARTI FILHO, 2007, p. 94), essa integração técnica, sobretudo com a fabricação dos próprios teares e laçadeiras, foi, ao mesmo tempo, uma resposta da indústria local à falta de máquinas e equipamentos no mercado nacional e uma forma para enfrentar a concorrência.

O setor têxtil é muito sensível a qualquer variação na renda urbana, isso porque o vestuário, em muitos casos, acaba tornando-se um bem supérfluo, pelo fato de que uma peça pode durar algumas estações. É interessante perceber que na década de 70, ocorreu um grande

aumento na produção, isso esteve ligado ao chamado “milagre econômico” e ao Plano desenvolvido pelo governo, o II PND que ocorreu no Brasil durante o ciclo militar. O setor também sentiu o grande impacto, mas desta vez negativo com a recessão de 81-83, que castigou duramente as fábricas e gerou desempregos. Após esse período manteve um nível elevado de produção até final de 1989.

O segmento têxtil em conjunto com o vestuário, foi o mais atingido após o processo de abertura comercial e sobrevalorização, ocorridos na década de 90. Com a abertura comercial, reduziram-se as alíquotas para importação, ocorreu que importando mais produtos acabados no ramo têxtil e vestuário, as exportações catarinenses caíram significativamente. Nesse período houve queda na produção e conseqüentemente aumento de desempregos.

As grandes empresas foram as que sofreram maiores impactos com essa alteração no cenário econômico nacional, inclusive levando algumas à falência. Para recuperar espaços no cenário econômico muitas empresas, começaram a utilizar novas estratégias para redução de custos, entre as alternativas houve a terceirização de parte de seu processo produtivo às empresas de menor porte, muitas que haviam sido criadas recentemente.

2.1.3 Metal-mecânico

Em Santa Catarina o crescimento da indústria metalúrgica, se dá após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e vai competir com o setor têxtil, que até então era tradicional em algumas cidades, o setor desenvolve-se principalmente em Joinville, Blumenau e Jaraguá do Sul.

Mattos (1968) comenta que mesmo que o produto gerado pelo ramos metal-mecânico não alcançasse a expressão de outros ramos predominantes na época – como alimentício e têxtil –, por se tratar de um segmento mais dinâmico, teve seu crescimento num ritmo mais intenso em relação às outras áreas da indústria, no período de 1949 a 1962.

As primeiras iniciativas da indústria metal-mecânica no estado, ocorreram na região norte do estado, a partir da expansão das atividades ervateiras e da construção da estrada ‘Dona Francisca’.

Entendemos que a origem de um parque industrial deve ser buscada em múltiplas determinações. No caso de Joinville, não pode ser desconsiderado o papel impulsionador que teve o complexo ervateiro e, ao mesmo tempo, nem o dinamismo da pequena produção em se interagir na sua expansão. Também devem ser destacados o impulso inicial dado pela construção da Estrada Dona Francisca e depois pelo ramal ferroviário e companhias colonizadoras, e a importância do Porto de São Francisco do Sul, que transformaram Joinville em um centro comercial regional, abaixo apenas de Curitiba (GOULARTI FILHO, 2007, p. 154).

Pode-se destacar como importantes indústrias nesse setor: Fundação Tupy e Consul refrigeradores, em Joinville; Electro Aço e Altona S.A., em Blumenau; Weg Motores S.A., em Jaraguá do Sul. Mesmo essa região destacando-se como maior pólo metal-mecânico do Estado, com a presença de grandes indústrias, outros municípios também têm importância, como é o caso de Joaçaba, Criciúma, Brusque, Timbó, Rio do Sul e Caçador.

A indústria metal-mecânica em Santa Catarina, não surgiu apenas com iniciativas individuais. O governo foi o gestor para que isso ocorresse, financiando e investindo em infraestrutura, com esse auxílio por parte do governo, as empresas contribuíram para o desenvolvimento do estado, aumentando o nível de renda, gerando empregos e divisas internacionais.

Foi no período das décadas de 60 e 70 que o ramo metal-mecânico expandiu-se de forma mais intensa. Conforme Goularti Filho (2007), isso se deve basicamente a três fatores:

- a) o envolvimento da indústria local no “projeto nacional de industrialização”;
- b) o auxílio do estado no suprimento de energia, transporte, crédito e telefonia;
- c) a direção administrativa tomada pelas empresas de médio e grande porte.

A década de 80 foi sem muitos investimentos na indústria metal-mecânica do estado, assim como a maioria dos setores industriais do país, em decorrência da crise que afetou o país nesse período, caracterizando a famosa ‘década perdida’. A partir dos anos 90, o ramo se mostra cada vez mais sólido e consolidado, verificando-se um expressivo crescimento a partir de 2001, quando foram criados, segundo Dieese (2009) de 2001 a 2008, 61.399 empregos, um aumento de 88,84%, devido à expansão desse segmento no mercado nacional.

2.1.4 Cerâmico

A formação econômica da indústria cerâmica catarinense tem como marco 1919, quando foi fundada, em Imbituba, uma fábrica de louças, que utilizavam técnicas trazidas da Itália. Algumas empresas do ramo cerâmico em seu início não tinham como foco especial este segmento, porém com o passar do tempo foram se aperfeiçoando e fazendo com que a região sul do estado tivesse destaque a nível nacional. Cunha (1992, p. 262), ainda cita:

O grupo Portobello, inicialmente alicerçado no plantio de cana e na fabricação de açúcar, evoluiu para o processamento de açúcar refinado e produção de álcool, bem como descentralizou a indústria de cerâmica de revestimento, implantando em Tijucas a terceira maior empresa cerâmica de revestimento (pisos) do País.

Durante as décadas de 60 e 70, surgiram várias empresas principalmente na região sul do estado, nos municípios de Tijucas, Urussanga, Criciúma, Cocal do Sul, Imbituba e Tubarão. Essa expansão se deve à presença de materiais valiosos no solo catarinense, no ramo de construção e habitação, tais como: tijolos, telhas, cal e cerâmica. Com o avanço do progresso industrial, desenvolveram-se técnicas para a produção de cerâmica fina, azulejos, conjuntos sanitários e mármore.

No início dos anos 1960, comenta Goularti Filho (2007), que havia também na região, pequenas fábricas de ladrilhos. O estado vai ser influenciado com a consolidação do setor em Santa Catarina, a partir do arranjo institucional financeiro que culminou com a criação do BNH (Banco Nacional de Habitação) e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), que alavancaram o setor da construção civil no país.

A década de 1970 foi marcada pela grande expansão de empresas no setor cerâmico, Criciúma que antes era conhecida como a “Capital Nacional do Carvão”, passa a partir de 1973 a ser conhecida também como a “Cidade dos Azulejos”. Durante esse período muitas empresas foram criadas, gerando mais renda e crescimento econômico para a região. A região sul do estado, que antes detinha suas atenções apenas para o mercado carbonífero, passa a contar com a indústria cerâmica em grande desenvolvimento para a época, isso se deve ao grande crescimento da construção civil ocorrido nesse período, porém, a partir de 1975 um processo de concentração e centralização, liderado por algumas grandes empresas, através da aquisição de companhias menores.

Verifica-se que os períodos que mais castigam o setor cerâmico são aqueles cuja construção civil está em baixa. Os períodos mais críticos do setor, conforme Goularti Filho (2007) foram entre 1981-1983 e 1990-1992, devido ao desmonte completo do Sistema Nacional de Habitação. Cabe salientar que, o fortalecimento do setor de revestimentos cerâmicos, no sul de Santa Catarina, foi marcado por sua forma intelectual e ativa de atuar no mercado internacional. Para se ter uma idéia, as exportações de pisos e azulejos de Santa Catarina, era em torno de 9,0% das exportações brasileiras, em 1980. No final dessa mesma década representavam 28,7% e na virada do milênio, 25% das exportações nacionais. Os anos de 1990 caracterizam-se pela criação de novas empresas de pequeno e médio porte. Do ponto de vista do mercado, a cerâmica depende da prosperidade na construção do país.

3. A BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA, CATARINENSE E A PARTICIPAÇÃO DE SETORES INDUSTRIAIS SELECIONADOS

Para que se faça uma análise da evolução da balança comercial brasileira e catarinense no período de 2000 a 2008, é necessária uma breve contextualização em relação ao cenário macroeconômico das décadas anteriores, principalmente a partir do início da década de 1990. Foi neste período que a economia brasileira passou por importantes mudanças, é quando são implantadas as bases da abertura comercial, após diversos planos econômicos sem sucesso, o Plano Real atinge seus objetivos e contribui com a base das condições necessárias à retomada do desenvolvimento no país.

3.1 A indústria brasileira em um cenário macroeconômico de mudanças

Para que se entenda o cenário no qual a indústria brasileira inicia o século XXI, é necessário voltar um pouco no Brasil do século XX, mais precisamente na década de 90. Foi a partir da década de 90, o Brasil passou a intensificar os processos de abertura para o exterior, de incentivo às privatizações, de renegociação da dívida externa e de desregulamentação do mercado. A implantação do Plano Real pode ser considerada um marco importante pois, reanimou a situação financeira do Brasil, mesmo não sendo tão favorável no início, era considerada melhor com relação aos planos anteriores, como destacado por Belluzzo e Almeida (2002, p. 364): “[...] na partida do Plano Real, a situação financeira do setor público brasileiro era invejável, uma vantagem que nenhum dos planos anteriores pudera almejar”. Com o câmbio valorizado e juros altos, a economia segue uma trajetória de baixo crescimento. O pequeno crescimento ainda foi resultado de crises no mercado externo, principalmente em economias emergentes, gerando assim o aumento no desemprego. Os regimes cambiais e monetários do Plano geraram ainda grandes perdas em vários setores da indústria, principalmente nos ramos metal-mecânico, eletroeletrônico e químico.

Com relação à política industrial o principal instrumento foi a política macroeconômica: Políticas Industriais, Tecnológicas e de Comércio Exterior, Plano Plurianual com o objetivo de reduzir o custo-Brasil e ações para o aumento da competitividade da indústria brasileira. Dentre os principais mecanismos macroeconômicos utilizados pelo governo, Beluzzo e Almeida (2002), citam:

- Uma política monetária restritiva com forte impacto na taxa de juros e na taxa de câmbio;
- Política fiscal que atua na redução dos gastos governamentais, visando conter os déficits públicos;
- Criação da âncora cambial: a nova moeda nasceu presa a cotação do dólar, e depois passou por um processo de sobrevalorização;
- Com a sobrevalorização do Real estimularam-se as importações e desestimularam-se as exportações;
- A queda no ritmo da inflação a partir do Plano Real, devolveu o que era chamado “imposto inflacionário” para a classe trabalhadora, dessa forma aumentando o nível da demanda agregada.

O desempenho negativo das exportações brasileiras, segundo Lacerda *et al.* (2005), se deve à mudança estrutural da economia brasileira. A redução das alíquotas tarifárias e o dólar com valor baixo estimularam o aumento das importações, com isso a exportação nesse período não era um bom negócio.

Após a introdução do Plano Real em 1994, as importações aumentaram nos primeiros quatro anos em 143%, enquanto as exportações mostram uma situação totalmente diferente, com um aumento de 37%, no mesmo período. Agravando assim o déficit comercial do país. Nos anos de 1998 e 1999, o Brasil teve que recorrer ao FMI, a fim de alinhar suas dívidas, devido às crises no mercado externo. Esse agravamento no mercado brasileiro continuou até 2001. As indústrias catarinenses também são afetadas pelo cenário macroeconômico nacional., os reflexos ocorrem em maior ou menor intensidade, em muitos de forma tão intensa, exigindo uma grande reestruturação dos setores, para que possam continuar desenvolvendo suas atividades.

3.2 Taxa de câmbio e balança comercial brasileira

Com a abertura comercial, a desnacionalização e a dinâmica de crescimento, propostas a partir da década de 90, pretendia-se colocar em prática uma alternativa ao desenvolvimentismo através da concorrência gerada com o novo processo. A globalização da atividade econômica conforme explica Carneiro (2002), iria superar a dicotomia do mercado interno *versus* mercado externo, com especialização local em certos segmentos que gerassem maior valor agregado. Pode-se dizer que a atividade industrial instalada em qualquer país

visaria primeiramente atender o mercado interno para logo após voltar-se ao mercado global, analisando o que seria mais rentável a partir da análise de suas vantagens comparativas.

Durante grande parte da década de 90, notou-se uma valorização da taxa de câmbio real e efetiva. A taxa com relação ao dólar apreciou-se rapidamente em 1994 e a partir daí manteve níveis elevados até a desvalorização e flutuação em 1999. Nesse período, o saldo da balança em conta corrente ficou negativo, em virtude desse aumento nas importações e diminuição das exportações, o que se deve ao fato de que estes eram financiamentos com novo endividamento externo e com a entrada de capitais na forma de investimento direto estrangeiro, a acumulação de estoques de passivos externos, implicava em pagamentos crescentes de juros e dividendos.

Com o país buscando auxílio do FMI em anos anteriores, e com uma dívida externa elevada, visando fortalecer o mercado interno, foi utilizada a partir dos anos 2000 uma política com incentivo às exportações, deixando o Real desvalorizado frente às outras moedas. A tabela 1 apresenta as taxas de câmbio que comprovam esse comportamento da moeda com relação aos anos anteriores.

É possível verificar que até o ano 2000, havia um certo cuidado com o Real valorizado, incentivando basicamente as importações e deixando as exportações, de certa forma de lado. O que se observa também é que, após esse período com grande endividamento externo, o governo estimula as exportações com uma moeda menos valorizada, aumentando assim o saldo da balança comercial.

Algumas variações mostradas na tabela 1, é que no ano de 1995 o Real valia 0,92 dólares, já no ano 2000 para comprar um dólar eram necessários 1,83 Reais. Porém, o que mais chama a atenção é o comportamento no ano de 2003 onde o Real muito desvalorizado, fazia com que, para cada dólar comprado fosse necessário desembolsar 3,07 Reais. No fim do período analisado nesse estudo, o Real custava 1,84 por dólar adquirido, isso em 2008.

Tabela 1 – Índices das Taxas de Câmbio praticadas no Brasil, entre 1995 a 2009.

Ano	Real/Dólar
1995	0,92
1996	1,00
1997	1,08
1998	1,16
1999	1,84
2000	1,83
2001	2,35
2002	2,93
2003	3,07
2004	2,92
2005	2,43
2006	2,18
2007	1,95
2008	1,84
2009	1,99

Fonte: Elaboração própria segundo Dados do Banco Central – Taxa Nominal (2010).

Em meio a este cenário adverso, com riscos para o país de todos os lados, incentivou-se principalmente a partir de 2002/2003, com a entrada do governo Lula, a retomada da boa visibilidade do Brasil para com os outros países, principalmente no que diz respeito às exportações, cujos destinos principais eram a União Européia, a Ásia, os Estados Unidos, também foram intensificadas as negociações no Mercosul. As negociações no mercado mundial foram positivas, como pode-se verificar na tabela 2, onde observa-se que o saldo da balança comercial aumentou significativamente, nos anos de 2002 a 2008, apesar da queda registrada em 2008, como reflexo da crise mundial.

Tabela 2 – Balança Comercial brasileira – 2002-2008 (US\$ 1000/FOB).

Ano	Saldo Balança Comercial	Importações	Exportações
2000	-731.743	55.850.663	55.118.920
2001	2.684.835	55.601.758	58.286.593
2002	13.195.999	47.242.654	60.438.653
2003	24.877.655	48.325.567	73.203.222
2004	33.841.882	62.835.616	96.677.497
2005	44.928.809	73.600.376	118.529.184
2006	46.456.629	91.350.841	137.807.470
2007	40.031.627	120.617.446	160.649.073
2008	24.967.377	172.975.066	197.942.443

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC (2010).

Com uma visão globalizada do governo brasileiro, cujo objetivo era em médio prazo o acúmulo de reservas (o que de fato ocorreu anos depois), o país mostra a partir dos dados, que pode sim reverter situações consideradas difíceis, percebe-se que ano após ano o aumento no saldo da balança comercial aconteceu de forma gradual.

3.3 Santa Catarina e sua participação na balança comercial brasileira

Santa Catarina sempre esteve entre os principais estados participantes da balança comercial brasileira, seja com produtos importados ou exportados, fato que deve-se a sua estrutura interna bastante diversificada. A tabela 3 apresenta dados que comprovam esta afirmação.

Analisando a tabela 3 constata-se que o estado de Santa Catarina, no período entre 2000 a 2008 esteve com uma participação média de 4,81% do total das exportações brasileiras e 2,80% do total das importações. O que chama atenção é o comportamento crescente nesse período das importações catarinenses, onde no ano 2000 era de 1,71% saltando no ano de 2008 para 4,59%. Esse comportamento não ocorre para exportações, que, ao longo desse período sofre pequena variação, com o percentual 4,92% em 2000, após crescer por algum período, fecha 2008 com 4,17%.

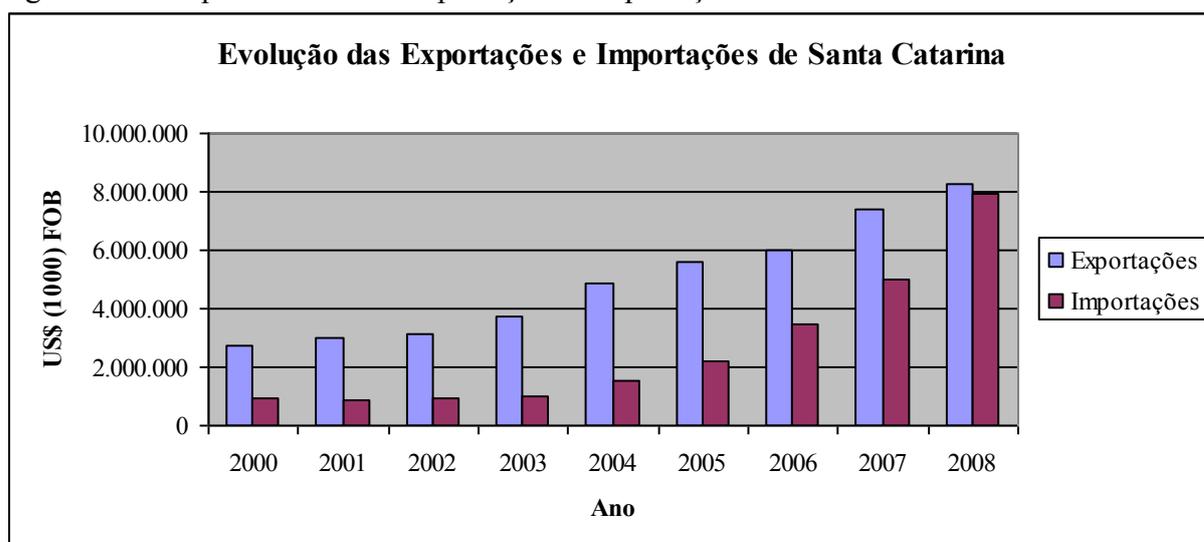
Tabela 3 – Participação de Santa Catarina na Balança Comercial Brasileira (US\$ 1.000 FOB).

Ano	Exportação			Importação		
	Brasil	SC	%	Brasil	SC	%
2000	55.118.920	2.712.493	4,92	55.850.663	957.170	1,71
2001	58.286.593	3.031.172	5,20	55.601.758	860.394	1,54
2002	60.438.653	3.160.456	5,22	47.242.654	931.395	1,97
2003	73.203.222	3.701.854	5,05	48.325.567	993.810	2,05
2004	96.677.497	4.862.608	5,03	62.835.616	1.508.950	2,40
2005	118.529.184	5.594.239	4,72	73.600.376	2.188.540	2,97
2006	137.807.470	5.982.112	4,34	91.350.841	3.468.768	3,79
2007	160.649.073	7.381.839	4,59	120.617.446	5.000.221	4,14
2008	197.942.443	8.256.219	4,17	172.975.066	7.940.751	4,59

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC (2010).

Na figura 1, pode-se visualizar a que as exportações mantêm uma média crescente, em nível pouco significativo se compararmos com as importações. Por sua vez, as importações apresentam uma tendência crescente ao longo do período analisado, chegando em 2008 (em valores), a um patamar semelhante às exportações.

Figura 1 – Comportamento das exportações e importações em Santa Catarina – 2000 a 2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos junto ao MDIC (2009).

A figura 1 mostra que no período analisado, ocorre em Santa Catarina um movimento semelhante ao do Brasil, ou seja, desvalorização da moeda no início do período em análise e posteriormente valorização da moeda que beneficia/incentiva as importações. A taxa de juros é mantida elevada por longo período, com o objetivo de controlar a inflação, o contrário acontece com os outros países, onde a taxa de juros se mantém em níveis bem abaixo dos praticados pelo Brasil. Com isso, percebe-se a entrada de capital externo, através do IED (Investimento Estrangeiro Direto), isso determina valorização do real perante o dólar, gerando o efeito que é analisado na figura 1, onde em todo o período a importação é menor que a exportação, o que ocorre é as importações crescem em porcentagem maior que as exportações.

Outros fatores que foram importantes para o país no sentido de atrair capital externo e incentivar as importações, foram o risco-país baixo e o aumento da demanda interna. No período a partir de 2000 o risco-país diminuiu, gerando mais segurança para os investidores estrangeiros, quando muitos que haviam se retirado do país voltam a acreditar na economia brasileira. O aumento da demanda interna faz com que o governo adote políticas fiscais e monetárias a fim de incentivar as importações, pois o consumo das famílias e das empresas, por exemplo, faz com que a produção nacional não seja suficiente para atendê-las.

3.3.1 Participação dos setores selecionados na Balança Comercial catarinense

Os quatro setores analisados nesse estudo – metal-mecânico, alimentício, têxtil e cerâmico – representam uma porcentagem significativa no saldo da balança comercial catarinense, principalmente para as exportações do estado. Com a consolidação e fortalecimento do Plano Real em 2000, parte dos segmentos industriais assim como a maioria dos produtos brasileiros comercializados internacionalmente, aumentaram significativamente suas participações no comércio internacional, gerando mais ganho para o estado. Cabe ressaltar que as análises tanto da tabela 4 como da tabela 5, tratam-se apenas dos 100 principais produtos importados e exportados do estado de Santa Catarina. A tabela 4 apresenta o comportamento desses setores e comprova sua importância para as exportações catarinenses a partir do ano 2000.

Tabela 4 – Participação (%) dos setores, alimentício, metal-mecânico, têxtil e cerâmico entre os 100 produtos mais exportados por Santa Catarina no período 2000-2008.

Ano	Alimentício (%)	Metal-mecânico (%)	Têxtil (%)	Cerâmico (%)	Total (%)
2000	32,14	20,92	7,51	4,21	64,78
2001	30,57	20,50	7,54	4,52	63,13
2002	30,55	20,75	6,63	4,52	62,45
2003	30,27	22,13	6,58	4,43	63,41
2004	29,27	21,35	5,30	4,24	60,16
2005	32,35	21,75	4,29	4,15	62,54
2006	25,54	24,07	3,20	3,91	56,72
2007	33,56	23,30	2,21	2,84	61,91
2008	36,36	23,46	1,37	2,37	63,56

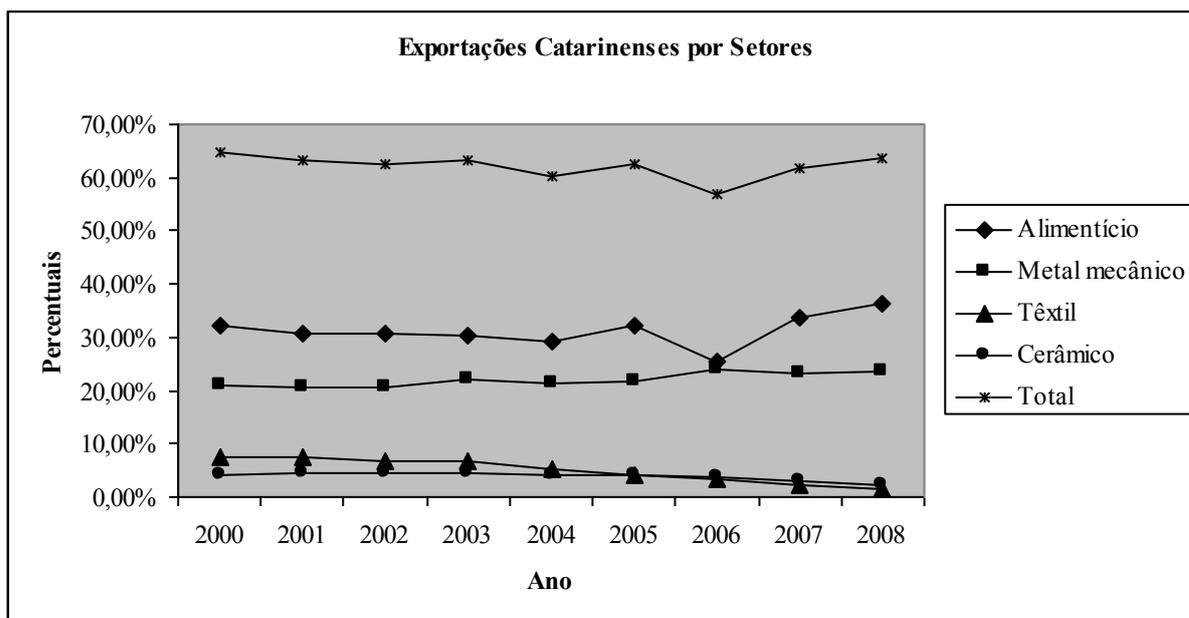
Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC (2009).

Como pode-se observar, os setores estudados são os que compõem ao longo dos anos apontados, os principais produtos exportados do estado. Porém, deve-se destacar a participação crescente ao longo dos anos, do alimentício e metal-mecânico, como os que mais investiram em produtos a serem exportados. O alimentício, que mesmo sendo de baixo valor agregado, no ano 2000 representava 32,14% passou em 2008 a representar 36,36% nas exportações. O metal-mecânico por sua vez que representava no início do período analisado 20,92% passa em 2008 a representar 23,46%.

O contrário acontece com o cerâmico e têxtil, cuja participação vem diminuindo ano pós ano. No ano de 2000, o cerâmico participava com 4,21%, vai reduzindo gradativamente e chega em 2008 com 2,37%. No entanto, a redução mais acentuada ocorre no setor têxtil, sai

de 7,51% em 2000 para apenas 1,37% em 2008. É provável que a grande parte da diferença faltante para completar os 100% em 2008, pertença ao setor moveleiro do estado, que mesmo não sendo analisado nesse estudo deve ser destacado sua importância nas exportações de Santa Catarina.

Figura 2 – Exportações catarinenses por setores no período 2000-2008.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos junto ao MDIC (2009).

A figura 2 evidencia que o setor têxtil é o que mais perdeu importância nas exportações catarinenses, pois sua participação volta-se para atender a demanda interna que aumenta significativamente nesse período. Já a indústria cerâmica também perde importância nas exportações catarinenses, pois, dois dos principais mercados como Argentina e Estados Unidos parceiros fortes deste setor, cortam suas compras através de estímulo na produção interna, isso faz com que empresas catarinenses, que antes visavam o mercado externo, passem a adotar medidas para incentivo ao consumo dentro do país.

Segundo Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (2007), dois fatores explicam o comportamento da balança comercial do estado no ano de 2006. O primeiro é o comportamento do Real frente ao dólar, que valorizado prejudicou as exportações, e, segundo, o número de empresas exportadoras diminuiu em relação aos anos anteriores. Segundo estudos da FIESC, no ano de 2006, ocorre uma redução nas exportações catarinenses, isso se deve ao comportamento do segmento alimentício, cuja participação reduz de 32,35% em

2005, para 25,54% em 2006. Outro fator que fez com que esse segmento seja afetado nesse mesmo ano, foi a crise dos alimentos, período em que ocorrem especulações sobre a falta de produtos em todo o mundo e um leve pânico global afeta toda a economia. E ainda inspeções sanitárias e pequenas crises no mercado externo principalmente na China e na Rússia.

A tabela 5 mostra o quanto os segmentos alimentício, têxtil, metal-mecânico e cerâmico participam nas importações catarinenses.

Tabela 5 – Participação (%) dos setores, alimentício, metal-mecânico, têxtil e cerâmico entre os 100 produtos mais importados por Santa Catarina no período 2000-2008.

Ano	Alimentício (%)	Metal-mecânico (%)	Têxtil (%)	Cerâmico (%)	Total (%)
2000	14,13	21,26	12,84	0,55	48,78
2001	16,26	17,62	7,56	0,40	41,80
2002	22,41	26,13	1,21	0,24	50,00
2003	25,84	23,39	2,02	0,27	51,50
2004	14,26	25,92	3,50	0,22	43,90
2005	10,81	32,06	3,09	0,18	46,10
2006	8,73	31,74	5,78	0,15	46,40
2007	7,65	31,29	7,64	0,16	46,70
2008	8,12	31,23	5,45	0,16	45,00

Fonte: Elaboração própria segundo dados do MDIC (2009).

Ao longo do período 2000-2008, o setor alimentício, onde incluem-se agregados para produção e produtos para consumo da população, observa-se uma redução da participação nas importações de 14,13% para 8,12%, isso se deve aos investimentos internos realizados, que fizeram com que as empresas comprassem menos produtos do exterior. Já o setor metal-mecânico, depende muito das modernizações impostas pelos países mais desenvolvidos, sua participação em 2000 era de 21,26% e passa para 31,23% em 2008. Vale ressaltar ainda que, os setores têxtil e cerâmico reduziram suas participações ao longo do período analisado, de 12,84% e 0,55% em 2000 para 5,45% e 0,16% respectivamente, em 2008, redução de mais de 50%.

O setor alimentício apresenta, no primeiro momento uma tendência crescente até o ano de 2003, acompanhando os incentivos gerados pelo Plano Real nas importações, posteriormente as importações sofrem queda, pois o setor já está fortalecido internamente e mais industrializado. A tendência do setor metal-mecânico é de comportamento crescente ao longo do período analisado, mostrando que ainda é dependente da industrialização mais acelerada dos países ricos. Tanto o setor têxtil como o cerâmico, apresentam uma participação decrescente, isso ocorre por serem setores cujas matérias-primas são cada vez mais, ano após

ano, fornecidas pelo mercado interno. Cabe ressaltar que o único setor que mantém uma tendência de elevação das importações, ao longo do período em análise, é o metal-mecânico.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado de Santa Catarina é bem diversificado em seu parque industrial, isso se deve a vários fatores como, recursos naturais disponíveis, mão-de-obra e colonização de imigrantes de diversas descendências. A partir dessa cenário, o presente estudo teve por objetivo verificar como a indústria catarinense se formou e como vem se comportando nos últimos anos com relação ao comércio internacional.

Foi possível verificar que a consolidação em Santa Catarina se deu pela formação da pequena produção mercantil, pela industrialização no estado de São Paulo a partir dos anos 50 e pela presença de imigrantes europeus.

O setor alimentício, em seu início sempre esteve ligado a algumas atividades agrícolas desenvolvidas por açorianos, como açúcar e mandioca, mais tarde passa a ser desenvolvido por descendentes de europeus, que se estabelecem principalmente no oeste do estado. A produção de produtos agrícolas e criação de pequenos animais era destinada para o sustento da família e o excedente comercializado, dando origem às bases da agroindústria de alimentos. Mesmo sendo um setor de pouco valor agregado em seus produtos, ainda assim as exportações aumentaram, no entanto, as importações tiveram aumento significativo, principalmente nos anos em que a moeda nacional esteve desvalorizada.

O setor têxtil forma-se a partir da iniciativa de imigrantes europeus, principalmente alemães, que se instalam basicamente nas cidades de Brusque e Blumenau, este setor ainda apresentava fácil difusão técnica, ou seja, com custo mais baixo beneficiava novos empresários que pretendiam investir nesse setor. Por ser um setor cuja demanda depende muito da renda da população, se beneficiou com o período de expansão da economia ocorrido na década de setenta, após passar por problemas nos anos oitenta, a situação se agravou com a abertura comercial. No período analisado observa-se redução da participação do setor tanto nas exportações quanto nas importações.

O setor metal-mecânico, desenvolve-se no estado a partir das atividades ervateiras e depois a construção da estrada Dona Francisca que chegaria até o porto de São Francisco do Sul. Seu impulso ocorre nos anos 60 e 70 quando Santa Catarina se integra ao projeto nacional de industrialização, com apoio do setor público no fornecimento de infra-estrutura e

e com eficiência administrativa. Observou-se que suas exportações se elevam, porém, as importações mais ainda, demonstrando a preocupação do setor em buscar novas tecnologias, para atualizarem a produção nacional.

O mais novo setor analisado nesse estudo é o cerâmico, que, assim como o alimentício, crescendo a partir de iniciativas de imigrantes italianos, é um setor que vai aos poucos tomando o lugar do carbonífero, na região sul do estado. Tem sua produção fortemente ligada aos períodos de expansão da construção civil, suas exportações são reduzidas bem como as importações. A produção é redimensionada e voltada ao mercado interno.

A indústria catarinense acompanhou o crescimento da indústria nacional nos anos 80, porém, no início dos anos 90 perdeu o dinamismo em alguns setores, como têxtil e vestuário. No início do século XXI, a indústria cerâmica segue esse mesmo caminho, ambas vem apresentando quedas significativas nas exportações, perdendo espaço para setores mais dinâmicos como o metal-mecânico.

A abertura do comércio internacional e a reestruturação ocorrida na década de 90 auxiliaram no processo de inserção dos produtos catarinenses no mercado global, principalmente nos produtos do setor metal-mecânico, e ainda manteve bons índices nos produtos tradicionais, do setor alimentício, onde teve forte participação na pauta de exportações.

Observou-se também no período analisado (2000-2008), que o mercado nacional e o próprio mercado catarinense são os principais destinos dos setores catarinenses, principalmente o cerâmico e o têxtil, isso acontece, pois com a valorização do Real as importações são beneficiadas, enquanto as exportações perdem poder de mercado.

Uma importante medida adotada no Plano Real foi em seu início, o incentivo às importações através de uma moeda valorizada, isso ocorreu até 1999. No período de 1999 a 2003, a moeda se desvaloriza, beneficiando assim as exportações. Porém a partir desse período a moeda volta a ficar valorizada facilitando novamente as importações, mas como as exportações já estavam em ritmo acelerado, permanecem com bom desempenho, gerando superávit na balança comercial. É interessante notar que, a partir da análise dos dados, o comportamento da balança comercial catarinense não segue em todos os períodos o comportamento da brasileira. Enquanto que o saldo da balança comercial brasileira cresce em todos os anos, exceto em 2007 e 2008, o saldo da balança comercial catarinense reduz a partir de 2006. Nesse sentido observa-se que a participação de Santa Catarina nas importações brasileiras cresce significativamente, em contrapartida as exportações se mantêm em níveis

pouco variáveis.

Outros fatores que beneficiaram as importações no período analisado, são as taxas de juros elevadas, que tinham como objetivo o controle da inflação, e, a entrada de capital externo através de IED (Investimento Estrangeiro Direto), isso determinou a valorização do real perante o dólar, fazendo com que as importações fossem maiores que as exportações.

A indústria catarinense começa o ano de 2009, chamado ano pós-crise com retomada do comércio exterior. As importações tiveram um primeiro trimestre bem acima do esperado, o principal motivo é mais uma vez o real valorizado frente ao dólar, gerando saldo negativo na balança comercial, ou seja, importações maiores que exportações. Porém, neste período a situação é vista com otimismo, já que boa parte dos produtos exportados obtiveram aumento significativo, mostrando que esses estão competitivos no exterior mesmo com uma moeda valorizada. O Brasil foi um dos países que menos foi afetado pela crise que assombrou o mundo, com isso, resta saber qual será a tendência para a balança comercial brasileira a no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBA, Rosa S. **Espaço urbano**: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002.

BELLUZZO, Luis Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. **A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 411 p.

BOSSLE, Ondina Pereira. **História da industrialização catarinense**: das origens a integração no desenvolvimento brasileiro. Edição Comemorativa, 1988. 155 p.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise**: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Unesp, 2002. 423 p.

CUNHA, Idaulo José. **O salto da indústria catarinense**: um exemplo para o Brasil. Florianópolis: Paralelo 27, 1992. 295 p.

DIEESE. **Indicadores econômicos e sociais na indústria metal-mecânica de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/cedoc/025256.pdf>>. Acesso em: 03 dez. 2009.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Diagnóstico do Setor Exportador Catarinense**. Florianópolis: FIESC, 2007.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2007. 473 p.

LACERDA, Antônio Corrêa de *et al.* **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005. 295 p.

Artigo recebido em dezembro de 2015 e aceito em dezembro de 2015.